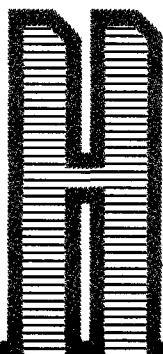




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 16

QUINTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

**(*) Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 3,
de 1992 — CN, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias
para o Exercício de 1993, e dá outras providências.**

(*) Serão publicadas em Suplemento à presente edição.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 17ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE MAIO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

SENADOR JORGE UEQUED — Defesa da integridade do Governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, quanto às declarações do Deputado Maurílio Ferreira Lima, no caso de irregularidades na concessão de verbas federais.

1.2.2 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 37/92-CN (nº 159/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$70.000.000.000,00, para fins que especifica.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 6/92-CN, lido anteriormente, e abertura de prazo para tramitação da matéria e oferecimento de emendas ao mesmo.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 63 de 1991 (nº 638/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Em processo de votação, com ressalva do art. 6º e seu parágrafo.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência geral em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. **Em Processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da administração federal direta, autarquias e fundações públicas. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos Estados e Municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Mário Andreazza" a Rodovia BR-230 — Transamazônica. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere

à BR-369 a denominação de "Rodovia Presidente Tancredo Neves". **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — Sunab, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990 (nº 3.672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991 (nº 4.785/90, na Casa de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1991 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. **Em processo de votação, com ressalva do art. 15.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1991 (nº 1.263/91, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo,

"Associação das Pioneiras Sociais" e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 308, de 1989 (nº 5.230/90, na Câmara dos Deputados), que institui o cadastro nacional de infrações penais, e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1990 (nº 3.733, de 1989, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Procuradorias Regionais da República, da Procuradoria da República do Estado do Tocantins, de Procuradorias em Municípios do interior e dá outras providências. **Em Processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.922/91, na Casa de origem), que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do imposto de renda. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1991 (nº 4.771/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a transformação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1991 (nº 4.790/90, na Casa de origem), que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1991 (nº 1.262/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1991 (nº 5.375/90, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria cargos e funções e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1991 (nº 2.339/91, na Casa de origem), que dispõe sobre reajuste de remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1991 (nº 2.206/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos básicos da Magistratura Federal e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1991 (nº 1.448/91, na Casa de origem), que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRO-NAC — e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1991 (nº 9/91, na Casa de origem), que autoriza

a Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, a participar, minoritariamente, do capital social da sociedade anônima a ser constituída sob a denominação de CELMAR/SA — Indústria de Celulose e Papel. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1990 (nº 5.996/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o prazo para concessão para exploração de serviços públicos de telecomunicações, relativo ao art. 66 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei nº 124, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares no valor de Cr\$9.200.000.000,00, para os fins que especifica. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1991 (nº 2.159/91, na Casa de origem), que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 32, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$21.922.096.000,00, para os fins que especifica. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 15, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito suplementar no valor de Cr\$291.287.000,00, para os fins que especifica. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 30, de 1991-CN, suplementar no valor de Cr\$291.287.000,00, para os fins que especifica. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1991 (nº 1.793/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º, aos arts. 7º e 9º, do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1991 (nº 2.452/91, na Casa de origem), que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1991-Complementar (nº 91/91-Complementar, na Casa de origem), que institui a contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1991 (nº 2.181/91, na Casa de origem), que prorroga o prazo a que se refere o art. 1º das Leis nºs 8.056, de 28 de junho de 1990, 8.127, de 20 de dezembro de 1990 e 8.201, de 29 de junho de 1991. **Em processo de votação.**

veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1991 (nº 2.158/91, na Casa de origem), que extingue a contribuição e o adicional incidentes sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nºs 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar, e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1991 (nº 2.308/91, na Casa de origem), que autoriza a Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA, a participar minoritariamente de sociedades de capitais privados no Eixo Químico do Nordeste, formado pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 223, de 1989 (nº 4.901/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a inclusão das creches e estabelecimentos similares no programa educacional brasileiro. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1991 (nº 1.913/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a base de cálculo das contribuições devidas ao Finsocial e ao PIS/Pasep e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1991 (nº 396/91, na Casa de origem), que reajusta a pensão mensal concedida às viúvas de ex-presidentes da República. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1991 (nº 5/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma postas em comércio. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1991 (nº 822/91, na Casa de origem), que restabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências. **Em processo de votação.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991 (nº 2.088/91, na Casa de origem), que dispõe sobre parcela do frete pago pelas indústrias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação do IPI. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1987 (nº 8.331/86, na Casa de origem), que autoriza a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, e PETROBRÁS Distribuidora S.A. — BR a, nas condições que estabelece, participarem do capital de outras sociedades. **Em processo de votação.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1991 (nº 2.211/91, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal. **Em processo de votação.**

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DAS COMISSÕES

Ata da 17ª Sessão Conjunta, em 20 de maio de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Alexandre Costa.

ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Amazonino Mendes – Amir Lando – Antonio Mariz – Bení Veras – César Dias – Chagas Rodrigues – Coutinho Jorge – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Esperidião Amin – Eptácio Cafeteira – Fernando Henrique Cardoso – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Hydekél Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Paulo Bisol – José Richa – Julio Campos – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Oziel Carneiro – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Telmo Vieira – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA
FRANCISCO RODRIGUES
JOÃO FAGUNDES
JULIO CAHRAL
MARCELO LUZ
RUBEN BENJO
TERESA JUCA

PTB
PDC
PTB
PMDB
PTB
PTR
BLOCO
PDS

AMAPA

AROLD GÖES
ERALDO TRINDADE
FATIMA PELAES
GILVAM BORGES
LOURIVAL FREITAS
MURILO PINHEIRO
SERGIO BARCELLOS
VALDENOR GUEDES

PDT
BLOCO
BLOCO
PMDB
PT
BLOCO
BLOCO
PTR

PARA'

ALACID NUNES
CARLOS KAYATH
DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
HILARIO COIMBRA
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
NICIAS RIBEIRO
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA
SOCORRO GOMES
VALDIR GANZER

BLOCO
PTB
PMDB
PMDB
PDS
PDT
PMDB
PTR
PTR
PMDB
PMDB
PDS
PT
PCdoB
PT

AMAZONAS

ATILA LINS
BETH AZIZE
KILER RIBEIRO
MARIO FERREIRA
PAUDERNEY AVELINO
RICARDO MORAES

BLOCO
PDT
PMDB
BLOCO
PDC
PT

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO
EDISON FIDELIS
MAURICIO CALIXTO
NOBEL MOURA
PASCOAL NOVAES
RAQUEL CANDIDO
REDITARIO CASSOL

PTB
PTB
BLOCO
PTR
BLOCO
PTB
PTR

ACRE

ADELAIDE NERI
CELIA MENDES
JOAO MAIA
JOAO TOTA
RONIVON SANTIAGO
ZILA BEZERRA

PMDB
PDS
BLOCO
PDS
BLOCO
PMDB

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
FREIRE JUNIOR
HAGAHUS ARAUJO
MELQUIADES NETO
OSVALDO REIS
PAULO MOURAO

PMDB
PDC
BLOCO
PMDB
PDC
PTR
PDS

MARANHÃO

CESAR BANDEIRA
CID CARVALHO
COSTA FERREIRA
DANIEL SILVA
EDUARDO MATIAS
FRANCISCO COELHO
HAROLDO SABOIA
JOAO RODOLFO
JOSE BURNETT
JOSE CARLOS SABOIA
JOSE REINALDO
NAN SOUZA
PEDRO NOVAIS
RICARDO MURAD
ROSEANA SARNEY

BLOCO
PMDB
PTR
PDS
PDC
PDC
PDT
PDS
BLOCO
PSB
BLOCO
PST
PDC
BLOCO
BLOCO

CEARA

AECIO DE BORBA
ANTONIO DOS SANTOS
ARIOSTO HOLANDA
CARLOS BENEVIDES
CARLOS VIRGILIO
EDSON SILVA
ERNANI VIANA
ETEVALDO NOGUEIRA
GONZAGA MOTA
JACKSON PEREIRA
JOSE LINHARES
LUIZ GIRAO
LUIZ PONTES
MARCO PENAFORTE
MARIA LUIZA FONTENELE
MAURO SAMPAIO
MORONI TORGAN
ORLANDO BEZERRA
PINHEIRO LANDIM
SERGIO MACHADO
UBIRATAN AGUIAR
VICENTE FIALHO

PDS
BLOCO
PSB
PMDB
PDS
PDT
PSDB
BLOCO
PMDB
PSDB
PSDB
PDT
PSDB
PSB
PSDB
PSDB
BLOCO
PMDB
PSDB
PMDB
BLOCO

PIAUI

B. SA
CALDAS RODRIGUES
CIRO NOGUEIRA
JESUS TAJRA
JOAO HENRIQUE
JOSE LUIZ MAIA
MURILO RESENDE
MUSSA DEMES
PAES LANDIM
PAULO SILVA

PTR
PTB
BLOCO
BLOCO
PMDB
PDS
PMDB
BLOCO
BLOCO
PSDB

RIO GRANDE DO NORTE

ALUIZIO ALVES
FLAVIO ROCHA
HENRIQUE EDUARDO ALVES
IBERE FERREIRA
JOAO FAUSTINO
LAIRE ROSADO
NEY LOPES

PMDB
PL
PMDB
BLOCO
PSDB
PMDB
BLOCO

PARAIBA

ADAUTO PEREIRA
EDIVALDO MOTTA
EFRAIM MORAIS
EVALDO GONCALVES
IVAN BURITTY
JOSE LUIZ CLEROT
LUCIA BRAGA
RIVALDO MEDEIROS
ROBSON PAULINO
VITAL DO REGO

BLOCO
PMDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PMDB
PDT
BLOCO
PMDB
PDT

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO
FERNANDO BEZERRA COELHO
INOCENCIO OLIVEIRA
JOAO COLACO
JOSE CARLOS VASCONCELLOS
JOSE MENDONCA BEZERRA
JOSE MOURA
JOSE MUCIO MONTEIRO
LUIZ PIAUHYLLINO
MAURILIO FERREIRA LIMA
MAVIAEL CAVALCANTI
MIGUEL ARRAES
NILSON GIBSON

PSB
PMDB
BLOCO
PTR
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PSB
PMDB
BLOCO
PSB
PMDB

PEDRO CORREA
RENILDO CALHEIROS
RICARDO HERACLIO
ROBERTO FRANCA
ROBERTO FREIRE
ROBERTO MAGALHAES
SALATIEL CARVALHO
TONY GEL
WILSON CAMPOS

ALAGOAS

ANTONIO HOLANDA
AUGUSTO FARIAS
CLETO FALCAO
JOSE THOMAZ NONO
LUIZ DANTAS
MENDONCA NETO
OLAVO CALHEIROS
ROBERTO TORRES
VITORIO MALTA

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO
CLEONANCIO FONSECA
DJENAL GONCALVES
EVERALDO DE OLIVEIRA
JERONIMO REIS
JOSE TELES
MESSIAS GOIS

BAHIA

ALCIDES MODESTO
ANGELO MAGALHAES
AROLDO CEDRAZ
BENITO GAMA
BERALDO BOAVENTURA
CARLOS ALBUQUERQUE
CLOVIS ASSIS
ERALDO TINOCO
FELIX MENDONCA
GEDDEL VIEIRA LIMA
GENERALDO CORREIA
JABES RIBEIRO
JAIR AZI
JAIR CARNEIRO
JAQUES WAGNER
JOAO ALMEIDA
JOAO ALVES
JOAO CARLOS BACELAR

BLOCO
PCdoB
BLOCO
PSB
PCB
BLOCO
PTR
BLOCO
PMDB

BLOCO
BLOCO
BLOCO
PMDB
BLOCO
PDT
PMDB
PTB
BLOCO

JONIVAL LUCAS
JORGE KHOURY
JOSE CARLOS ALELUIA
JOSE FALCAO
JOSE LOURENCO
JUTAHY JUNIOR
LEUR IOMANIO
LUIZ EDUARDO
LUIZ MOREIRA
LUIZ VIANA NETO
MANOEL CASTRO
NESTOR DUARTE
PEDRO IRUJO
PRISCO VIANA
RIBEIRO TAVARES
SERGIO BRITO
SERGIO GAUDENZI
TOURINHO DANTAS
ULDURICO PINTO
WALDIR PIRES

PDC
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDS
PSDB
BLOCO
BLOCO
PTB
PMDB
BLOCO
PMDB
BLOCO
PDS
PL
PDC
PDT
BLOCO
PSB
PDT

MINAS GERAIS

BLOCO
BLOCO
PDS
BLOCO
BLOCO
PDS
BLOCO
EDMAR MOREIRA
ELIAS MURAD
FELIPE NERI
FERNANDO DINIZ
GENESIO BERNARDINO

PT
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDT
BLOCO
PDT
BLOCO
PTB
PMDB
PMDB
PSDB
PDC
BLOCO
PT
PMDB
S/P
PMDB

AGOSTINHO VALENTE
ANNIBAL TEIXEIRA
ARACELY DE PAULA
ARMANDO COSTA
AVELINO COSTA
CELIO DE CASTRO
EDMAR MOREIRA
ELIAS MURAD
FELIPE NERI
FERNANDO DINIZ
GENESIO BERNARDINO
GETULIO NEIVA
HUMBERTO SOUTO
IBRAHIM ABI-ACKEL
ISRAEL PINHEIRO
JOAO PAULO
JOAO ROSA
JOSE ALDO
JOSE BELATO
JOSE GERALDO
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO BESSONE
LUIZ TADEU LEITE
MARCOS LIMA
MARIO DE OLIVEIRA
MAURICIO CAMPOS
NEIF JABUR

PT
PTB
BLOCO
PMDB
PL
PSB
BLOCO
PSDB
PMDB
PMDB
PL
BLOCO
PDS
PRS
PT
BLOCO
PRS
PMDB
PMDB
BLOCO
PRS
PST
PMDB
PMDB
PTR
PL
PMDB

ODELMO LEAO	BLOCO	LAPROVITA VIEIRA	PMDB
OSMANIO PEREIRA	PSDB	LYSANEAS MACIEL	PDT
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS	PSDB	MARCIA CIBILIS VIANA	PDT
PAULO DELGADO	PT	MARINO CLINGER	PDT
PAULO ROMANO	PFL	NELSON BORNIER	PL
PEDRO TASSIS	PMDB	PAULO DE ALMEIDA	PTB
ROMEL ANISIO	BLOCO	PAULO PORTUGAL	PDT
RONALDO PERIM	PMDB	PAULO RAMOS	PDT
SAMIR TANNUS	PDC	REGINA GORDILHO	
SAULO COELHO	PSDB	ROBERTO CAMPOS	PDS
SERGIO NAYA	PMDB	ROBERTO JEFFERSON	PTB
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	RUBEM MEDINA	BLOCO
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO	SANDRA CAVALCANTI	BLOCO
WILSON CUNHA	PTB	SERGIO CURY	PDT
ZAIRE REZENDE	PMDB	SIDNEY DE MIGUEL	PV
		SIMAO SESSIM	BLOCO
ESPIRITO SANTO		VIVALDO BARBOSA	PDT
		VLADIMIR PALMEIRA	PT
		WANDA REIS	BLOCO
ALOIZIO SANTOS	PMDB		
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB		
JOAO BAPTISTA MOTTA	PSDB	SAO PAULO	
JONES SANTOS NEVES	PL		
JORIO DE BARROS	PMDB	ALBERTO GOLDMAN	PMDB
NILTON BAIANO	PMDB	ALBERTO HADDAD	PTR
PAULO HARTUNG	PSDB	ALDO REBELO	PCdoB
RITA CAMATA	PMDB	ALOIZIO MERCADANTE	PT
ROBERTO VALADAO	PMDB	ANDRE BENASSI	PSDB
		ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB
RIO DE JANEIRO		ARNALDO FARIA DE SA	BLOCO
		ARY KARA	PMDB
ALDIR CABRAL	PTB	BETO MANSUR	PDT
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO	CARDOSO ALVES	PTB
ARTUR DA TAVOLA	PSDB	CUNHA BUENO	PDS
BENEDITA DA SILVA	PT	DIOGO NOMURA	PL
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT	EDEVALDO ALVES DA SILVA	PDS
CARLOS SANTANA	PT	EDUARDO JORGE	PT
CIDINHA CAMPOS	PDT	ERNESTO GRADELLA	PT
EDESIO FRIAS	PDT	EUCLYDES MELLO	BLOCO
EDUARDO MASCARENHAS	PDT	FABIO FELDMANN	PSDB
FABIO RAUNHEITTI	PTB	FABIO MEIRELLES	PDS
FLAVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO	FAUSTO ROCHA	BLOCO
FRANCISCO DORNELLES	BLOCO	FLORESTAN FERNANDES	PT
FRANCISCO SILVA	PST	GASTONE RIGHI	PTB
JAIR BOLSONARO	PDC	GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
JAMIL HADDAD	PSB	HEITOR FRANCO	BLOCO
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	HELIO BICUDO	PT
JOAO MENDES	PTB	HELIO ROSAS	PMDB
JOSE CARLOS COUTINHO	PDT	IRMA PASSONI	PT
JOSE EGYDIO	BLOCO	JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT	JOSE CICOTE	PT
JUNOT ABI-RAMIA	PDT	JOSE DIRCEU	PT
LAERTE BASTOS	PDT	JOSE GENOINO	PT

[illegible]

SAID FERREIRA
WERNER WANDERER
WILSON MOREIRA

PMDB
BLOCO
PSDB

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN
CESAR SOUZA
DERCIO KNOP
EDUARDO MOREIRA
HUGO BIEHL
JARVIS GAIDZINSKI
LUCI CHOINACKI
NEUTO DE CONTO
ORLANDO PACHECO
PAULO DUARTE
RENATO VIANNA
RUBERVAL PILOTTO
VASCO FURLAN

PDS
BLOCO
PDT
PMDB
PDS
PL
PT
PMDB
BLOCO
BLOCO
PMDB
PDS
PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO
ADROALDO STRECK
ADYLSO MOTA
ALDO PINTO
AMAURY MULLER
ANTONIO BRITTO
ARNO MAGARINOS
CARLOS AZAMBUJA
CARRION JUNIOR
CELSO BERNARDI
EDEN PEDROSO
FERNANDO CARRION
GERMANO RIGOTTO
IBSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOAO DE DEUS ANTUNES
JORGE UEQUED
JOSE FORTUNATI
LUIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
RAUL PONT
TELMO KIRST
VICTOR FACCIONI
WILSON MULLER

PT
PSDB
PDS
PDT
PDT
PMDB
BLOCO
PDS
PDT
PDS
PDT
PDS
PMDB
PMDB
PDS
PSDB
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PT
PT
PDS
PDS
PDT

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 63 Srs. Senadores e 454 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Antes de iniciar a concessão da palavra a oradores inscritos, e há apenas um orador inscrito que é o nobre Deputado Jorge Uequed, a Presidência esclarece aos Srs. Parlamentares que o retardamento do início desta sessão foi em razão de o Senado estar homenageando, em sessão solene, a memória imperecível do Jurisconsulto Pontes de Miranda, pela transcorrência do centenário de seu nascimento.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PSDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, não podem passar despercebidas, especialmente a nós do Rio Grande do Sul, as declarações fortes do Vice-Presidente da CPI do Fundo de Garantia, Deputado Maurílio Ferreira Lima. Diz o Deputado que todos os Governadores têm de pagar propina a empreiteiras para conseguir verbas federais. E vai mais longe o declarante: diz que o Governador do Rio Grande do Sul, por exemplo, para arrumar qualquer coisa terá que se submeter a uma máquina de empreiteiras. E pode ficar certo de que ele já se submeteu.

Sr. Presidente, nós que conhecemos o Governador do Rio Grande e a história do Estado, sabemos que isso não é verdade. Mas não basta sabermos que isso não é verdade; a imunidade parlamentar dá aos Deputados uma grande responsabilidade, que é a seriedade das suas afirmações. Todos têm o direito de acusar, mas têm o dever de provar. Ninguém pode se esconder atrás da sua imunidade parlamentar para agredir a honra e a dignidade de um homem público como o Governador Alceu Collares que, pela sua passagem pelo Parlamento, pela Prefeitura de Porto Alegre e agora pelo Governo do Rio Grande, tem a marca indelével de dignidade, de eficiência e de probidade.

Não se pode, num momento desavisado, sob o efeito das luzes da televisão ou das canetas dos jornalistas, lançar à lama, em todo o País, um nome honrado e digno que o Rio Grande levou para o seu governo.

Não quero fazer protestos, nem a defesa do Governador Alceu Collares, porque isso é desnecessário. Quero alertar o Vice-Presidente da CPI do Fundo de Garantia, meu querido e prezado amigo Maurílio Ferreira Lima, que não é esse o caminho da democracia, que não é esse o caminho para encontrar os erros das administrações e punir os responsáveis, que o caminho mais correto é utilizar a imunidade parlamentar para denunciar os fatos e comprová-los, para levar os nomes das empreiteiras, as datas e os valores que foram pagos. Na verdade, não se pode lançar a mácula sobre nomes honrados e dignos. Nós, do Rio Grande do Sul, não aceitamos a imputação a uma figura que o País inteiro conhece e que a probidade administrativa está comprovada, que é a do Sr. Governador Alceu Collares.

Sr. Presidente, não faço os meus protestos, não faço a defesa do Governador porque é desnecessária; a sua longa carreira política e a eficiência do seu Governo o estão fazendo. Faço o alerta ao digno Deputado Maurílio Ferreira Lima de que este não é, de maneira alguma, o caminho da consolidação democrática e do respeito da ação parlamentar. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Findo o período de breves comunicações.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 37, DE 1992-CN

(Nº 159/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Educação e da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$70.000.000.000,00, para os fins que especifica”. Brasília, 13 de maio de 1992. — **Fernando Collor de Mello**.

E.M. nº 125

Brasília, 8 de maio de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta para abertura de crédito especial no valor de Cr\$70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e da Fundação de Assistência ao Estudante, entidades vinculadas ao Ministério da Educação.

2. O presente pleito é objeto de remanejamento de recursos, e tem por finalidade adequar a programação das referidas Unidades Orçamentárias, visando atender à criação do Programa Nacional de Transporte Escolar.

3. O Programa em causa objetiva dotar os municípios, via Prefeituras Municipais, de meios para atender as necessidades de deslocamento dos alunos matriculados na rede pública, em especial, àqueles residentes em áreas geográficas comprovadamente carentes, estendendo-se, gradativamente, a alunos de todos os ciclos e a todos os municípios da União, na busca da universalização do atendimento ao escolar.

4. Ressalte-se que os recursos são oriundos do Salário-Educação, cuja aplicação, nos termos da legislação sobre a matéria, é restrita ao Ensino Fundamental e deve ser feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Como o programa será executado pela Fundação de Assistência ao Estudante, haverá descentralização das ações com a respectiva transferência dos recursos, através de convênio.

5. Cumpre informar que o crédito foi elaborado de acordo com o art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI da Constituição.

6. Nessas condições, submetemos à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, o referido crédito especial, até o limite de Cr\$70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros).

Respeitosamente — **José Goldemberg**, Ministro da Educação, **Marcelo Marques Moreira**, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS/MEFP Nº 125 DE 8-5-92.

1 — Síntese de problema ou da situação que reclama providências:

A implementação do ensino fundamental exige, necessariamente, o desenvolvimento de ações capazes de suprir com eficiência as diferentes demandas da clientela carente, usuária

potencial do ensino público gratuito. Isto vem sendo possível pela determinação estabelecida pelo Ministério da Educação de oferecer mecanismos que reduz os efeitos negativos da pobreza e carência das famílias dos escolares. A criação e implementação de programas que garantam o **acesso** e a **permanência** do aluno no ensino fundamental, constituem as diretrizes que nortearão o Ministério, tanto na busca de soluções para os seus problemas quanto para a ampliação e/ou implementação de novas ações.

2 — Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Em face do disposto na Constituição, inciso VII do artigo 208, o Ministério da Educação pretende criar na Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) que visa dotar os municípios, via Prefeituras Municipais, de meios para atender as necessidades de deslocamento dos alunos matriculados na rede pública, em especial àqueles residentes em áreas geográficas comprovadamente carentes, estendendo-se gradativamente a alunos de todos os ciclos e a todos os municípios da União, na busca da universalização do atendimento ao escolar.

3 — alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Existe, no âmbito do Poder Legislativo, Projeto de Lei de nº 183/91, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira que versa sobre a abertura de linha de crédito especial para aquisição de veículos automotores para transporte escolar de alunos matriculados em escolas rurais.

4 — Custos

O montante de recurso necessário para a aquisição do primeiro lote de veículos, é da ordem de Cr\$70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), que deverá ser repassado à Fundação de Assistência ao Estudante — FAE pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, mediante convênio.

O projeto não está incluído na Lei Orçamentária vigente, sendo necessário abertura de crédito especial, por remanejamento de recursos, no FNDE e na FAE, vez que as ações serão descentralizadas para execução por esta última.

5 — Síntese do Parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 6, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$70.000.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), conforme Anexo I, para aplicação na forma do anexo II desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações constantes do Anexo III desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 3º A programação constante deste crédito especial fica incluída no Plano Plurianual para o quinquênio 1991/1995, aprovada pela Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991, bem como em suas revisões periódicas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CRÉDITO ESPECIAL
 RECURSOS DE FONTES AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICACAO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA		70 000 000				70 000 000			
ENSINO FUNDAMENTAL		70 000 000				70 000 000			
TRANSPORTE ESCOLAR		70 000 000				70 000 000			
08 042 0239 3273		70 000 000				70 000 000			
ADQUISICAO DE VEICULOS ESCOLARES									
TOTAL OS MUNICIPIOS POR MEIO DE SUAS PREFEITURAS DE VEICULOS ESCOLARES DO MANEJO E ESCOLA DAS									
- MUNICIPIO ALEMTOLO (MUNICIPIO) - 1 500									
- MUNICIPIO ALEMTOLO (MUNICIPIO) - 1 500									
- ALUNO BENEFICIARIO/ML (ALUNO/ML) - 10 000									
08 042 0239 3273 0001		70 000 000				70 000 000			
ADQUISICAO DE VEICULOS ESCOLARES PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PUBLICA	FISCAL								
- MUNICIPIO ALEMTOLO (MUNICIPIO) - 1 500									
- ALUNO BENEFICIARIO/ML (ALUNO/ML) - 10 000									
TOTAL FISCAL		70 000 000				70 000 000			
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL									

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26297 - FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA AD ESTUDANTE

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CRÉDITO ESPECIAL
 RECURSOS DE FONTES AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICACAO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA		70 000 000				70 000 000			
ENSINO FUNDAMENTAL		70 000 000				70 000 000			
TRANSPORTE ESCOLAR		70 000 000				70 000 000			
08 042 0239 3273		70 000 000				70 000 000			
ADQUISICAO DE VEICULOS ESCOLARES									
TOTAL OS MUNICIPIOS POR MEIO DE SUAS PREFEITURAS DE VEICULOS ADEQUADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA REDE PUBLICA DE ENSINO									
- MUNICIPIO ALEMTOLO (MUNICIPIO) - 1 500									
- ALUNO BENEFICIARIO/ML (ALUNO/ML) - 10 000									
08 042 0239 3273 0001		70 000 000				70 000 000			
ADQUISICAO DE VEICULOS ESCOLARES PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PUBLICA	FISCAL								
- MUNICIPIO ALEMTOLO (MUNICIPIO) - 1 500									
- ALUNO BENEFICIARIO/ML (ALUNO/ML) - 10 000									
TOTAL FISCAL		70 000 000				70 000 000			
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL									

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE FONTES AS FONTES E TRANSFERENCIAS
CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA									
ENSINO FUNDAMENTAL		9.843.000				9.843.000			
TRANSPORTE ESCOLAR		9.843.000				9.843.000			
08.042.0239.1800		9.843.000				9.843.000			
PRODUTOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
08.042.0239.1800.0084		9.843.000				9.843.000			
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	FISCAL								
TOTAL FISCAL		9.843.000				9.843.000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE FONTES AS FONTES E TRANSFERENCIAS
CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICACAO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA									
ENSINO FUNDAMENTAL		9.843.000				9.843.000			
EDUCACAO DO MANEJO		400.000				400.000			
08.042.0187.1800		400.000				400.000			
PRODUTOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
08.042.0187.1800.0084		400.000				400.000			
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	FISCAL								
ENSINO MEDIO		1.443.000				1.443.000			
08.042.0188.2800		1.443.000				1.443.000			
ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
08.042.0188.2800.0084		1.443.000				1.443.000			
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	FISCAL								
EDUCACAO COMPLEMENTAR		8.000.000				8.000.000			
08.042.0202.2800		8.000.000				8.000.000			
ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
08.042.0202.2800.0084		8.000.000				8.000.000			
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	FISCAL								
TOTAL FISCAL		9.843.000				9.843.000			

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União
para o exercício financeiro de 1992.

LEI Nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para
o quinquênio 1991/1995 e dá outras
providências.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mensagem que acaba de ser lida encaminha o Projeto de Lei nº 6, de 1992-CN, que trata de abertura de crédito.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, o referido Projeto será remetido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sendo o seguinte o calendário para sua tramitação:

Dia 25/5 — Distribuição de Avulsos;

Até 2/6 — Prazo para apresentação de Emendas;

Dia 8/6 — Distribuição de Avulso das Emendas;

Até 17/6 — Prazo para encaminhamento do Parecer à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

VETOS PRESIDENCIAIS

1 — Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências.

— art. 18.

2 — Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades de administração pública federal e dá outras providências.

— § 1º do art. 1º;

— § 2º do art. 1º;

— § 3º do art. 1º;

— art. 3º;

— § 1º do art. 4º;

— parágrafo único do art. 7º;

— alínea e do parágrafo único do art. 16;

— § 5º do art. 18;

— § 2º do art. 20;

— art. 25;

— art. 26.

3 — Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.

4 — Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social.

— art. 1º;

— art. 2º;

— art. 3º;

— art. 4º;

— art. 6º;

— art. 7º;

— art. 8º;

— art. 9º;

— art. 10;

— art. 16.

5 — Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.

— § 1º do art. 9º;

— art. 34.

6 — Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990, que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto.

7 — Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.

8 — Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe.

9 — Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991, que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais.

— § 3º do art. 2º;

10 — Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991, que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da administração federal direta, autarquias e fundações públicas.

— § 2º do art. 1º;

— caput do art. 2º;

11 — Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990, que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime.

12 — Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.

13 — Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990, que autoriza o repasse, aos estados e municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências.

14 — Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991, que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências.

— art. 3º;

— art. 5º;

15 — Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990, que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências.

16 — Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989, que denomina "Rodovia Mário Andreazza" a Rodovia BR-230 — Transamazônica.

17 — Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990, que confere à BR-369 a denominação de "Rodovia Presidente Tancredo Neves".

18 — Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991, que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB —, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências.

19 — Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990, que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR — 364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás.

20 — Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991, que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

— § 1º do art. 9º;

— art. 10 e parágrafos;

— art. 11.

21 — Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991, que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.

— art. 31;

— art. 32;

— art. 33;

— art. 34;

— art. 35;

— art. 36.

22 — Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1991, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo, "Associação das Pioneiras Sociais", e dá outras providências.

— inciso I do art. 3º;

— inciso II do art. 3º.

23 — Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1990, que dispõe sobre a criação de Procuradorias Regionais da República, da Procuradoria da República do Estado do Tocantins, de Procuradorias em Municípios do interior e dá outras providências.

— art. 5º;

24 — Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1991, que dispõe sobre a transformação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia e dá outras providências.

25 — Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

— inciso VI do art. 4º

26 — Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1991, que dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências.

— parágrafo único do art. 4º

— art. 5º;

— art. 16;

— art. 18;

— art. 19;

— art. 21;

— art. 22.

27 — Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1991, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria cargos e funções e dá outras providências.

28 — Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1991, que dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.

— parágrafo único do art. 2º;

— parágrafo 2º do art. 8º;

— inciso IV e alíneas do § 1º do art. 10;

— inciso III e alíneas do § 2º do art. 10;

— § 4º do art. 10;

— § 6º do art. 10;

— inciso III do art. 13;

— alínea d do parágrafo único do art. 17

29 — Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1991, que dispõe sobre os vencimentos básicos da Magistratura Federal e dá outras providências.

— parágrafo único do art. 1º

30 — Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1991, que reestabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC — e dá outras providências.

— § 1º do art. 6º;

— § 3º do art. 19;

- § 4º do art. 19;
- § 5º do art. 19;
- inciso I do art. 23;
- § 4º do art. 26.
- 31 — Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1991, que autoriza a Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, a participar, minoritariamente, do capital social da sociedade anônima a ser constituída sob a denominação de Celmar S/A. — Indústria de Celulose e Papel.
 - parágrafo único do art. 1º
- 32 — Projeto de Lei nº 124, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares no valor de Cr\$9.200.000.000,00, para os fins que especifica.
 -
- 33 — Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.
 - parágrafo único do art. 75
- 34 — Projeto de Lei nº 32, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$21.922.096.000,00, para os fins que especifica.
 - art. 3º
- 35 — Projeto de Lei nº 30, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$291.287.000,00, para os fins que especifica.
 - art. 3º ;
 - art. 4º.
- 36 — Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1991, que dá nova redação ao § 1º do art. 3º, aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.
 - inciso II do § 3º do art. 2º;
 - art. 6º;
 - art. 7º;
 - art. 9º;
 - art. 10.
- 37 — Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1991-Complementar, que institui a contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.
 - art. 8º
- 38 — Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1991, que prorroga o prazo a que se refere o art. 1º das Leis nºs 8.056, de 28 de junho de 1990, 8.127, de 20 de dezembro de 1990, e 8.201, de 29 de junho de 1991.
 - art. 2º
- 39 — Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1991, que autoriza a Petrobrás Química S.A. — Petroquisa, a participar, minoritariamente, de sociedades de capitais privados no Eixo Químico do Nordeste, formado pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte.
 - parágrafo único do art. 1º e alíneas a e b
- 40 — Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1991, que dispõe sobre a base de cálculo das contribuições devidas ao Finsocial e ao PIS/Pasep e dá outras providências.
 - inciso IV do art. 4º

- 41 — Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1991, que reajusta a pensão mensal concedida às viúvas de ex-presidentes da República.
 - art. 4º
- 42 — Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1991, que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma postas em comércio.
 - art. 5º;
 - art. 6º;
 - art. 8º;
 - art. 9º;
 - art. 10;
 - art. 11;
 - art. 12;
 - art. 13;
 - art. 24;
 - art. 27;
 - art. 31.
- 43 — Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1991, que reestabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências.
 - § 2º do art. 3º
- 44 — Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991, que dispõe sobre parcela do frete pago pelas indústrias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos e comuns e revestidos, para efeito de satisfação do IPI.
 -
- 45 — Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1987, que autoriza a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS — e a Petrobrás Distribuidora S.A. — BR a, nas condições que estabelece, participarem do capital de outras sociedades.
 - parágrafo único do art. 1º
- 46 — Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1991, que altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal.
 - Redação dada pelo art. 1º do Projeto ao art. 67 da Lei nº 8.185/91.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Congressistas, como fora anteriormente acertado, não apenas com as lideranças das várias Bancadas na Câmara e no Senado, mais generalizadamente junto a todos os Parlamentares, vamos adotar, conjuntamente, tendo em vista o acúmulo de vetos na Ordem do Dia, uma cédula de votação que resguarda o sigilo do voto.

A Presidência deseja esclarecer aos Srs. Deputados que duas urnas foram colocadas, à direita da Mesa, para que os votos de S. Ex^{as} sejam ali depositados, e à esquerda uma urna para os Srs. Senadores.

A cédula dos Srs. Senadores é diferenciada, exatamente porque o Senado está sendo convocado para manifestar-se, inicialmente, sobre aquelas matérias, que são da iniciativa de Senadores, e os Deputados manifestar-se-ão sobre aqueles projetos que terão que ser apreciados prioritariamente pela Câmara dos Deputados.

Portanto, era o esclarecimento que a Mesa desejava transmitir a todos os Srs. Parlamentares, esclarecendo que a utilização dessa cédula só se fará nessa conjuntura, nessa emergência, tendo em vista o acúmulo de quase 70 vetos na Ordem do Dia. Com o desdobramento dos destaques que porventura

pudessem vir a ser solicitados, teríamos cerca de 200 votações, o que exigiria no mínimo 40 sessões do Congresso Nacional.

Com essa cédula, que foi uma sugestão da Secretaria-Geral da Mesa, procederemos a essa votação neste instante e conseqüentemente permitiremos que o Congresso Nacional aprecie toda essa matéria, desembargando a nossa pauta, à exceção obviamente, daquelas matérias que, a juízo das Lideranças, foram consideradas polêmicas. E como tal, não serão apreciadas dentro dessa processualística e sim através do voto tradicional pelo painel da Casa.

O Sr. Valter Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB — MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V. Exª e o Presidente da Câmara, pela iniciativa da nova sistemática de votação dos vetos. V. Exª interpretaram a necessidade de se racionalizar os trabalhos desta Casa. É indiscutivelmente uma iniciativa inovadora, que pode dar celeridade ao processo.

Ao cumprimentá-los, gostaria de sugerir uma mudança nesse procedimento, porque é necessário que o Parlamentar tenha conhecimento daquilo que está votando. É necessário, portanto, que se faça uma resenha, um breve resumo daquilo que se vai votar, para que o processo possa ter celeridade. Por exemplo, vou ler o item 36, para que V. Exª perceba a dificuldade que o Parlamentar vai enfrentar.

“Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1991 (nº 1.793/91, na Casa de origem).”

Votação, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1991 (nº 1.793/91 na Casa de Origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º, aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.”

É claro que o Parlamentar não terá condições de saber o que se está votando.

Ao fazer a sugestão, parece-me que a Mesa já se está adiantando nesse sentido. E se o fizer, é mais uma razão para cumprimentá-lo por essa iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Muito grato a V. Exª, nobre Deputado Valter Pereira, pela manifestação de apoio a essa modalidade agora adotada pela Mesa e que, como ressaltai, tem uma conotação meramente emergencial, conjuntural. Nas outras oportunidades, continuaremos a votar pela sistemática a que a Casa está habituada. Portanto, esperamos que, com a distribuição do avulso da Ordem do Dia, possa ser feito tranqüilamente o confronto entre a matéria a ser votada e o seu real objetivo.

O Sr. Luís Eduardo Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Exª

O SR. LUÍS EDUARDO MAGALHÃES — (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, segundo o Regimento do Senado, art. 295, a votação secreta far-se-á pelo

sistema eletrônico, por meio de cédulas e por meio de esferas. A votação secreta realizar-se-á pelo sistema eletrônico, salvo nas eleições.

Sr. Presidente, poderemos até concordar com V. Exª no esforço que está fazendo para dar celeridade aos trabalhos do Congresso. Entendemos que a quantidade de vetos que ainda não foram deliberados pelo Congresso, constitui-se num problema muito grave para a Mesa. Entretanto, gostaria de apelar a V. Exª no sentido de que considerasse os requerimentos do Bloco Parlamentar e do PMDB, pleiteando que duas matérias, os itens 44 e 18, fossem retiradas da cédula de votação, ou seja, mesmo que os Srs. Parlamentares já tenham assinalado o seu voto em relação a essas matérias, peço a V. Exª que não os considerasse. Assim, as matérias seriam retiradas antes da votação, deixando claro ao Plenário que não estão incluídas. Essas matérias estão sendo motivo de entendimento, inclusive com o Governo. Conseqüentemente, a deliberação iria prejudicar no mérito uma questão muito justa para as regiões Nordeste e Sul.

Apelamos a V. Exª, com a sensibilidade que tem, para que exclua da cédula de votação essas duas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência defere, de pronto, a solicitação do nobre Líder Luís Eduardo Magalhães e esclarece aos Srs. Deputados que essas duas matérias, por terem sido originárias da Câmara, neste momento, serão votadas apenas pelos Srs. Deputados.

Portanto, se os Srs. Parlamentares já tiverem trazido dos seus gabinetes a cédula com a votação dos itens 44 e 18, fiquem cientes que eles não serão apreciados e serão incluídos entre aqueles que, anteriormente excluídos, terão a sua votação definida pela processualística tradicional, que é o voto pelo painel.

Se votados através, da cédula, os itens 44 e 18, não serão computados pela Mesa, em razão desse entendimento de Lideranças, com o qual a Mesa se solidariza, deferindo o pleito.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para orientação da Bancada do meu Partido, o PFL e, por que não dizer das Bancadas que apóiam o Governo — PRN, PTB, PDS, PDC e PST — com assento no Senado Federal, devo dizer que os vetos constantes dessa cédula foram selecionados, ouvidas previamente as Lideranças.

A nossa posição é pela manutenção dos vetos. Por isso, solicito aos companheiros, aos colegas de Bancada que votem “sim”, ou seja, mantendo os vetos. Inclusive, Sr. Presidente, em muitos dos casos, a alteração da matéria vetada poderá gerar um certo caos jurídico, porque, depois do veto do Presidente, em alguns casos — faço questão de frisar — houve lei posterior que deu nova disciplina às matérias que agora estão sendo apreciadas através do voto.

Dá por que, Sr. Presidente, faço um apelo aos colegas, no sentido de que votem “sim” e, conseqüentemente, consigamos manter os vetos presidenciais, por vir ao encontro do interesse público e, de alguma forma, representarem um certo consenso que encontramos no Senado Federal.

Esta é a razão pela qual, Sr. Presidente, solicito a manutenção dos referidos vetos. É, portanto, um apelo, muito veemente, que faço aos colegas, neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Casa fica inteirada da manifestação do nobre Líder Marco Maciel.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos em sessão do Congresso e diversas comissões da Câmara estão funcionando. Eu mesmo encontro-me votando numa dessas comissões.

Encareço ao Sr. Presidente que determine que as comissões da Câmara paralisem as suas atividades, para que possamos votar aqui, no Plenário. Caso contrário, não sei se voto lá na comissão ou se voto aqui, no plenário.

Essa a orientação que eu gostaria de ouvir de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência explica ao nobre Líder Arnaldo Faria de Sá que, ao retardar o início da votação para às 12h de hoje, a Mesa teve em vista, sobretudo, possibilitar o decurso dos trabalhos nas comissões, sem qualquer forma de obstaculizá-los.

Então a Mesa, mesmo assim, apela aos presidentes de comissões, no sentido de que permitam, aos integrantes dos respectivos colegiados que venham a plenário, pois já se iniciou a votação, com comparecimento expressivo.

Neste instante, a Mesa visualiza cerca de 150 Deputados e a presença de 33 Senadores já está confirmada. Portanto, é o apelo, para que os presidentes de comissões liberem o seu colegiado, para que todos venham, realmente, a plenário e se possa, hoje, votar através da cédula única os vetos do Senhor Presidente da República.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de solicitar ao Bloco Parlamentar da Câmara dos Deputados que mantivesse os vetos, votando “sim”.

Esta, Sr. Presidente, é a orientação do Bloco à sua Bancada na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Portanto, transmitida a orientação do bloco, na Câmara dos Deputados, aos seus liderados.

O Sr. Eduardo Jorge — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a orientação do PT não é tão maniqueísta como a da Bancada do Governo. Alguns vão votar “sim”, outros vão votar “não”. Analisamos os itens um por um e estamos orientando a nossa Bancada como votar

Quero, também, aqui, Sr. Presidente, referendar esse processo e dizer que, diante da observação do Líder do Bloco,

Deputado Luís Eduardo, concordo com a retirada dos itens 18 e 44. Mas, vejo bem, Sr. Presidente, o que combinamos, aqui, é que esse processo deveria ter sido feito antes, quando os partidos já deveriam ter procurado o Presidente para excluí-los. Na verdade, o melhor procedimento, agora, é deixar em branco.

De toda forma, para não prejudicar o processo muito mais global, vamos concordar com o encaminhamento, aliás, já deferido por V. Exª, Senhor Presidente. Só que o Bloco e os outros partidos deveriam ter procurado V. Exª antes, na hora da preparação da cédula.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece a compreensão do nobre Líder Eduardo Jorge.

Realmente, ideal seria que, antes da confecção da cédula, já tivéssemos decidido sobre os itens 18 e 44.

O Sr. Germano Rigotto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a orientação para a Bancada do PMDB é pela manutenção de alguns vetos, porque eles estão totalmente superados, e pela derrubada de outros.

Peço a atenção dos Parlamentares do PMDB no sentido de que estamos distribuindo uma orientação para a Bancada, através de um gabarito, com relação aos vetos que entendemos devem ser mantidos e os que devem ser derrubados.

Sr. Presidente, V. Exª determinou que desconsiderássemos os itens 18 e 44. Isto, para nós, é importante, porque esses dois itens realmente devem ser votados separadamente. Houve uma falha ao não termos nos alertado para a necessidade de não colocar na cédula esses dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece ao nobre Líder Germano Rigotto as considerações que teceu e garante a S. Exª que os itens 18 e 44 já se acham excluídos, em razão da solicitação feita por requerimento encaminhado à Mesa, há poucos instantes.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Luís Eduardo.

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco — BA. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero esclarecer ao Congressista Eduardo Jorge que não estávamos concordando com o processo de votação e, por isso, não o procuramos antes, porque nossa pretensão hoje seria derrubar a sessão para que não houvesse votação por esse processo que não consideramos o mais adequado. Por isso mesmo não procuramos o Líder do PT antes para articularmos a retirada de alguns dispositivos.

Entretanto, Sr. Presidente, atendendo ao apelo de V. Exª, a Liderança do Bloco consentiu que se fizesse a votação hoje. Aproveito a oportunidade para recomendar aos membros da Bancada — não numa atitude maniqueísta, conforme afirmou o Líder do PT, mas numa atitude, como diria o Deputado Delfim Netto, da lógica de Aristóteles — para solicitar que vote “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — S. Ex^a define, portanto, mais uma vez e com redobrada clareza, a posição do Bloco na Câmara, através do Líder Luís Eduardo.

O Sr. Jonas Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JONAS PINHEIRO (Bloco — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, no ano passado, no final do mês de junho, esta Casa, bem como o Senado Federal, aprovou um projeto de minha autoria que dava muito mais lógica às multas aplicadas pela Sunab a pequenos comerciantes. Esse projeto ganhou, na Câmara dos Deputados, a concordância de todas as lideranças, indistintamente; ganhou urgência urgentíssima e foi votado quase em tempo recorde. O mesmo procedimento com esse projeto tiveram os Srs. Senadores da República. Entretanto, quando o Presidente Fernando Collor de Mello viajava para o exterior, o Vice-Presidente Itamar Franco, menos avisado quanto ao conteúdo do projeto, achou por bem vetá-lo, atendendo a alguns argumentos de inconstitucionalidade. Porém, na liderança do próprio PFL, portanto, do Bloco, foi contrafeita essa arguição de inconstitucionalidade. Desde o ano passado, toda vez que havia uma reunião do Congresso Nacional com a possibilidade de ser votado esse veto, havia a concordância de todas as lideranças de todos os partidos, no sentido de que fosse rejeitado. Como ele está incluído na cédula única, fizemos um apelo aos líderes, que concordaram, portanto, que o item se retirado para ser votado posteriormente.

Portanto, quero justificar que continuarei trabalhando para a rejeição do veto, vou continuar trabalhando para a derrubada do veto, que impõe muitas violentíssimas e impagáveis aos pequenos empresários na área de comércio sobretudo do interior do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede aos Srs. Presidentes de Comissões, quer sejam da Câmara, quer sejam do Senado, que possibilitem, com o imediato encerramento ou a suspensão dos trabalhos, o comparecimento ao plenário dos Senhores Deputados e Senadores. Na urna do Senado Federal, já votaram 19 Senadores na urna da Câmara dos Deputados, 22 Srs. Deputados. Portanto, há um comparecimento bastante estimulante, o que significa dizer que esta sistemática foi ao encontro do interesse da Casa, permitindo que se vote essa matéria no menor espaço de tempo possível.

O Sr. Eden Pedrosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDEN PEDROSO (PDT — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT elaborou uma cédula-modelo para orientar os seus Deputados nas votações dos vetos porque o nosso Partido votará “sim” a alguns vetos e “não” à grande maioria dos vetos do Senhor Presidente. Esta é a orientação do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece a orientação do nobre Líder Eden Pedrosa, do PDT, que colaborou, excluindo aquelas proposições consi-

deradas polêmicas, que deverão ser discutidas oportunamente, neste mesmo plenário.

A Presidência volta a apelar aos Srs. Senadores e Srs. Deputados que se encontram nas comissões, no sentido de que venham imediatamente ao plenário.

Na Câmara dos Deputados, já votaram 76 Srs. Deputados; no Senado Federal, votaram 22 Srs. Senadores. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esta Presidência solicita aos Presidentes de Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado que interrompam os trabalhos a fim de possibilitar aos Srs. Parlamentares a entrega de suas cédulas de votação.

Até o momento, já votaram 31 Srs. Senadores e 87 Srs. Deputados.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para solicitar aos companheiros do Bloco parlamentar, que chegaram após o anúncio da Liderança, que votem “sim” aos vetos.

O SR. MAURO BENEVIDES, PRESIDENTE, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. ALEXANDRE COSTA, 1º VICE-PRESIDENTE.

A Srª Maria Luiza Fontenele — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra à nobre Congressista.

A SRª MARIA LUIZA FONTENELE (PSB — CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente, permita-me um convite aos Srs. Senadores e Deputados aqui presentes. Ocorrerá um debate amanhã, às 14h 30min, da maior importância. Estão convidados, pela Fundação João Mangabeira, a Universidade de Brasília. O INESC, com o apoio do nosso gabinete, a professora Maria Vitória Benevides, que terminou de lançar o livro “Cidadania Ativa”, onde trata da questão da democracia semidireta, e, também, o jurista e professor Fábio Konder Comparato. Os dois estarão aqui, amanhã, às 14h 30min, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, num debate sobre democracia direta e representativa. Gostaria de que todos pudessem, com as suas presenças, enriquecer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Os Srs. Deputados e Senadores tomaram conhecimento do convite formulado pela nobre representante do Cerará. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Se algum Sr. Senador ainda não votou, queira fazê-lo. (Pausa.)

Está encerrada a votação no Senado Federal. (Pausa)

Lista de votantes

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Beni Veras — Carlos De’Carli — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Eduardo Suplicy — Elcio Alvares — Epitácio Cafeteira — Esperidião Amin — Fernando H. Cardoso — Francisco Ro-

Ilemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Paulo Bisol — José Richa — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourival Baptista — Lucídio Portela — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Junior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está encerrada a votação na Câmara dos Deputados.

Lista de votantes

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Abelardo Lupion
Adão Pretto
Adauto Pereira
Adelaide Neri
Adroaldo Streck
Adylson Motta
Aécio de Borba
Agostinho Valente
Alacid Nunes
Alano de Freitas
Alberto Goldman
Alberto Haddad
Alceste Almeida
Alcides Modesto
Aldir Cabral
Aldo Pinto
Aldo Rebelo
Aloizio Santos
Aluizio Alves
Álvaro Ribeiro
Amaury Müller
André Benassi
Ângela Amin
Ângelo Magalhães
Anníbal Teixeira
Antônio Bárbara
Antônio Carlos M. Thame
Antônio de Jesus
Antônio dos Santos
Antônio Faleiros
Antônio Holanda
Antônio Morimoto
Aracely de Paula
Ariosto Holanda
Armando Costa
Arnaldo Faria de Sá
Arno Magarinos
Arolde de Oliveira
Aroldo Cedraz
Aroldo Goes
Artur da Távola
Ary Kara

Augustinho Freitas
Augusto Carvalho
Augusto Farias
Avelino Costa
B. Sá
Benedito de Figueiredo
Benedito Domingos
Benito Gama
Beraldo Boaventura
Beto Mansur
Caldas Rodrigues
Cardoso Alves
Carlos Alberto Campista
Carlos Azambuja
Carlos Benevides
Carlos Kayath
Carlos Santana
Carrion Júnior
Célia Mendes
Célio de Castro
Celso Bernardi
César Bandeira
César Souza
Chico Vigilante
Cid Carvalho
Cidinha Campos
Carlos Albuquerque
Ciro Nogueira
Cleonânio Fonseca
Clóvis Assis
Costa Ferreira
Cunha Bueno
Daniel Silva
Dekamdor Dalpasquali
Delcino Tavares
Délío Braz
Dércio Knop
Diogo Nomura
Djenal Gonçalves
Éden Pedroso
Edésio Frias
Edésio Passos
Edevaldo Alves da Silva
Edi Siliprandi
Edison Fidelis
Edivaldo Motta
Eduardo Braga
Eduardo Jorge
Eduardo Mascarenhas
Eduardo Matias
Eduardo Moreira
Efraim Morais
Elias Murad
Eliel Rodrigues
Élio Dalla-Vecchia
Elísio Curvo
Eraldo Tinoco
Eraldo Trindade
Ernani Viana
Ernesto Gradella
Etevalda Grassi de Menezes
Etevaldo Nogueira
Euclides Mello

Euller Ribeiro
Eurides Brito
Evaldo Gonçalves
Everaldo de Oliveira
Ézio Ferreira
Fábio Feldmann
Fábio Meirelles
Fábio Raunheitti
Fausto Rocha
Felipe Neri
Félix Mendonça
Fernando Bezerra Coelho
Fernando Carrion
Fernando Diniz
Fetter Júnior
Flávio Arns
Flávio Derzi
Flávio Palmier da Veiga
Florestan Fernandes
Francisco Coelho
Francisco Dornelles
Francisco Rodrigues
Francisco Silva
Freire Júnior
Gastone Righi
Geddel Vieira Lima
Genebaldo Correia
Genésio Bernardino
Geraldo Alckmin Filho
Germano Rigotto
Gerson Peres
Gilvam Borges
Giovanni Queiroz
Gonzaga Mota
Hagahús Araújo
Haroldo Sabóia
Heitor Franco
Hélio Bicudo
Hélio Rosas
Henrique Eduardo Alves
Hermínio Calvino
Hugo Biehl
Iberê Ferreira
Ibrahim Abi-Ackel
Ibsen Pinheiro
Inocêncio Oliveira
Irani Barbosa
Irma Passoni
Israel Pinheiro
Ivan Burity
Ivo Mainardi
Jabes Ribeiro
Jackson Pereira
Jair Bolsonaro
Jairo Azi
Jairo Carneiro
Jamil Haddad
Jandira Feghali
Jaques Wagner
Jarvis Gaidzinski
Jerônimo Reis
Jesus Tajra
João Almeida

João Alves
João Baptista Motta
João Colaco
João de Deus Antunes
João Fagundes
João Faustino
João Henrique
João Maia
João Mendes
João Paulo
João Rodolfo
João Rosa
João Tota
Joaquim Sucena
Jonas Pinheiro
Jones Santos Neves
Jorge Khoury
Jorge Tadeu Mudalen
Jorge Uequed
Jório de Barros
José Aldo
José Augusto Curvo
José Belato
José Burnett
José Carlos Sabóia
José Carlos Vasconcellos
José Cicote
José Dirceu
José Egydio
José Eliás
José Falcão
José Fortunati
José Genoíno
José Geraldo
José Linhares
José Lourenço
José Luiz Clerot
José Maranhão
José Maria Eymael
José Mendonça Bezerra
José Moura
José Múcio Monteiro
José Santana de Vasconcelos
José Serra
José Teles
José Thomaz Nonô
José Ulisses de Oliveira
José Vicente Brizola
Júlio Cabral
Junot Abi-Ramia
Jurandyr Paixão
Jutahy Júnior
Koyu Iha
Laerte Bastos
Laíre Rosado
Laprovita Vieira
Lázaro Barbosa
Leopoldo Bessone
Leur Lomanto
Liberato Caboclo
Lourival Freitas
Luci Choinacki
Lucia Braga

Luís Eduardo
Luiz Carlos Haully
Luiz Carlos Santos
Luiz Girão
Luiz Moreira
Luiz Piauhyllino
Luiz Pontes
Luiz Tadeu Leite
Luiz Viana Neto
Lysâneas Maciel
Magalhães Teixeira
Maluly Netto
Manoel Castro
Manoel Moreira
Marcelo Barbieri
Marcelo Luz
Márcia Cibilis Viana
Marco Penaforte
Marcos Lima
Maria Laura
Maria Luiza Fontenele
Maria Valadão
Marino Clinger
Mário Chermont
Mário de Oliveira
Mário Martins
Maurici Mariano
Maurício Calixto
Maurílio Ferreira Lima
Mauro Borges
Mauro Miranda
Mauro Sampaio
Mavíael Cavalcanti
Melquíades Neto
Mendes Botelho
Mendes Ribeiro
Messias Góis
Miguel Arraes
Moroni Torgan
Munhoz da Rocha
Murilo Pinheiro
Murilo Rezende
Mussa Demes
Nan Souza
Nelson Bornier
Nelson Jobim
Nelson Marquezelli
Nelson Proença
Nelson Trad
Nestor Duarte
Neuto de Conto
Nilson Gibson
Nilton Baiano
Nobel Moura
Odacir Klein
Odelmo Leão
Orlando Bezerra
Orlando Pacheco
Osmânio Pereira
Osório Adriano
Oswaldo Bender
Oswaldo Melo
Oswaldo Reis

Oswaldo Stecca
Pascoal Novaes
Pauderney Avelino
Paulino Cícero de Vasconcelos
Paulo Bernardo
Paulo de Almeida
Paulo Delgado
Paulo Duarte
Paulo Hartung
Paulo Lima
Paulo Mandarinino
Paulo Marinho
Paulo Octávio
Paulo Paim
Paulo Portugal
Paulo Ramos
Paulo Rocha
Paulo Romano
Paulo Silva
Pedro Abrão
Pedro Irujo
Pedro Novais
Pedro Pavão
Pedro Tassis
Pedro Tonelli
Pinga Fogo de Oliveira
Pinheiro Landim
Prisco Viana
Raul Pont
Renato Vianna
Renildo Calheiros
Ribeiro Tavares
Ricardo Heráclio
Ricardo Izar
Ricardo Moraes
Rivaldo Medeiros
Roberto Campos
Roberto França
Roberto Jefferson
Roberto Magalhães
Roberto Rollemberg
Roberto Torres
Roberto Valadão
Robson Paulino
Robson Tuma
Rodrigues Palma
Romel Anísio
Ronivon Santiago
Roseana Sarney
Rubem Medina
Ruben Bento
Rubens Bueno
Ruberval Pilotto
Said Ferreira
Salatiel Carvalho
Samir Tannús
Saulo Coelho
Sérgio Barcellos
Sérgio Cury
Sérgio Gaudenzi
Sérgio Machado
Sérgio Naya
Sidney de Miguel

Sigmaringa Seixas
 Simão Sessim
 Socorro Gomes
 Sólon Borges dos Reis
 Tadashi Kuriki
 Telmo Kirst
 Teresa Jucá
 Tidei de Lima
 Tilden Santiago
 Tony Gel
 Tourinho Dantas
 Tuga Angerami
 Ubiratan Aguiar
 Ulysses Guimarães
 Valdemar Costa
 Valdenor Guedes
 Valdir Ganzer
 Valter Pereira
 Vasco Furlan
 Vicente Fialho
 Victor Faccioni
 Virmondes Cruvinel
 Vital do Rêgo
 Vitorino Malta
 Vitorino Mediolli
 Vivaldo Barbosa
 Vladimir Palmeira
 Wagner do Nascimento
 Waldir Guerra
 Waldir Pires
 Walter Nory
 Wellington Fagundes
 Wilmar Peres
 Wilson Campos
 Wilson Cunha
 Wilson Moreira
 Wilson Müller
 Zaire Rezende
 Zila Bezerra

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Vamos lacrar as urnas para que sejam enviadas ao Prodasen para a devida apuração e possivelmente, hoje, ainda, a Mesa do Congresso Nacional dará o resultado das votações.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência comunica que são os seguintes os itens cuja apreciação continua sobrestada.

São os seguintes os itens cuja apreciação permanece sobrestada:

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
 Nº 48, DE 1990
 (Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 33, DE 1991

(Nº 516/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB —, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. (Mens. nº 61/91 — CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 34, DE 1991
 (Nº 826/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 66/91-CN.)

Parte Vetada:

— art. 40.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 35, DE 1991
 (Nº 825/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefício da Previdência Social e dá outras providências. (Mens. nº 67/91-CN.)

Parte Vetada:

— art. 100.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. (Mens. nº 90/91-CN.)

Partes vetadas:

— inciso VII do art. 22;

— art. 23 e seus §§ 1º e 2º; e

— art. 45.

Prazo: 10-10-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 120, DE 1990
 (Nº 5.284/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado, ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. (Mens. nº 104/91-CN.)

Prazo: 28-11-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 36, DE 1991
(Nº 514/91, na Casa de origem)**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 36 (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA — e dá outras providências. (Mens. nº 105/91-CN.)

Partes vetadas:

- inciso V do art. 2º;
- inciso VI do art. 2º;
- § 1º do art. 3º;
- **caput** do art. 4º; e
- art. 7º

Prazo: 28-11-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 52, DE 1991
(Nº 912/91, na Casa de origem)**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. (Mens. nº 112/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 87; e
- art. 88.

Prazo: 28-11-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 47, DE 1991
(Nº 5.804/89, na Casa de origem)**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. (Mens. nº 138/91-CN.)

Partes vetadas:

- § 2º do art. 1º;
- parágrafo único do art. 10;
- art. 13; e
- art. 16.

Prazo: 18-2-92

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 92, DE 1990
(Nº 4.084/89, na Casa de origem)**

Votação em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. (Mens. nº 139/91-CN)

Prazo: 18-2-92

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 97, DE 1991
(Nº 1.992/91, na Casa de origem)**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.922/91, na Casa de origem), que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do imposto de renda. (Mens. 148/91-CN.)

Parte vetada:

- art. 2º

Prazo: 24-2-92

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI Nº 15, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 15, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$85.163.000,00, para fins que especifica. (Mensagem nº 16/92-CN.)

Parte vetada:

- art. 3º

Prazo: 16-4-92

— Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 140, DE 1991
(Nº 2.452/91, na Casa de origem)**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1991 (nº 2.452/91, na Casa de origem), que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências. (Mensagem nº 19/92-CN.)

Partes vetadas:

- art. 5º, alíneas a, b, e c; e
- art. 15.

Prazo: 16-4-92

— Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 139, DE 1991
(Nº 2.158/91, na Casa de origem)**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1991 (nº 2.158/91, na Casa de origem), que extingue a contribuição e o adicional incidentes sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nºs 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona. (Mensagem nº 22, de 1992-CN.)

Parte vetada:

- art. 3º

Prazo: 16-4-92

— Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 127, DE 1991
(Nº 2.088/91, na Casa de origem)**

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991 (nº 2.088/91, na Casa de

origem), que dispõe sobre parcela do frete pago pelas indústrias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação do IPI. (Mens. nº 29/92-CN.)

Prazo: 16-4-92

— Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 20 minutos.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a “Investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”.

3ª Reunião, realizada em 28 de abril de 1992

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e dois, às quinze horas, na Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Deputada Benedita da Silva (Presidente), Senador Carlos Patrocínio (Relator), Senadores José Richa, Wilson Martins, Deputadas Jandira Feghali, Maria Luiza Fontenele, Regina Gordilho, Fátima Pelaes, Lúcia Vânia, Deputados Magno Bacelar e Avelino Costa, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, convida a Drª Sara Romero Sorrentino, Diretora de Saúde da União Brasileira de Mulheres, para tomar assento à mesa. Com a palavra a depoente tece consideração sobre sua preocupação com a esterilização de mulheres no País. Relata que por volta de 1984, deu-se início a uma onda de notícias sobre mulheres que estavam conseguindo fazer laqueadura e de que modo eram feitas. Cita a ausência de uma atuação maior, em termos de planejamento familiar, a nível de Serviço Público. Denuncia a participação dos países de Primeiro Mundo na ECO-92, no sentido de que para se discutir a questão ambiental seja colocada em pauta, também, a questão do controle populacional. Finalizando, enfatiza que é preciso garantir assistência integral e um planejamento familiar livre, consciente da mulher pelo Serviço Público e que o sistema de laqueadura seja regulamentado dentro de um contexto de assistência global à saúde reprodutiva da mulher. Prosseguindo, passa-se a fase interplatória, quando usam da palavra pela ordem de inscrição as Senhoras Deputadas Maria Luiza Fontenele, Jandira Feghali, Senador Carlos Patrocínio e Deputada Benedita da Silva. Com a palavra a Senhora Presidente justifica o não-comparecimento da Drª Elza Berquó e convoca, para reunião a realizar-se na próxima quinta-feira, a Drª Maria Betânia de Ávila, Secretária-Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde e a Drª Édna Roland, Coordenadora do Geledes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

Anexo à Ata da 3ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil, destinada a ouvir o depoimento da Drª Sara Romero Sorrentino, diretora de saúde da União Brasileira de Mulheres, que se publica com a devida autorização da Senhora Presidente da Comissão.

Presidente: Deputada Benedita da Silva

Relator: Senador Carlos Patrocínio

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — De acordo com as normas regimentais, dou por aberta a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a Investigar a Incidência de Esterilização em Massa de Mulheres no Brasil.

Hoje, presente entre nós, como a primeira depoente nesta Comissão, a Srª Sara Romero Sarrentino, Diretora de Saúde da União Brasileira de Mulheres, a qual convido para compor a Mesa.

Concedo a palavra à Srª Sara Romero Sorrentino, que disporá de vinte minutos, para uma breve exposição.

A SRA. SARA ROMERO SARRENTINO — Srª Presidente, Srs. membros desta Comissão:

Viriam outras pessoas, parece-me, hoje. Então, trocamos e, assim, a minha vinda ficou para hoje. Por isso eu não trouxe alguma documentação que, acredito, seria importante entregar à Deputada Benedita da Silva, como Presidente desta CPI, para que sirva de elemento de trabalho durante a sua duração.

Começarei colocando a minha preocupação pessoal em relação à esterilização, como profissional, depois colocando um pouco em relação a nossa entidade, em relação às mulheres de um modo mais geral. Essa preocupação com a questão da esterilização começou em termos de uma realidade que vinha emergindo e se colocando para nós, particularmente profissionais da saúde e mulheres, militantes do movimento de mulheres e mulheres preocupadas com a realidade do nosso País, em torno de 1984, 1985, quando começamos a perceber que havia uma imensa frequência de noticiários sobre mulheres que estavam conseguindo fazer laqueadura aqui ou ali. As formas como essas notícias nos chegavam eram muito variadas: ou alguém que havia conseguido de graça, ou alguém que havia conseguido fazer uma laqueadura durante uma cesárea e que havia pago por fora. Esses fatos começaram de forma bastante freqüente e começamos a perceber que havia lugares que faziam laqueaduras de forma mais sistemática, inclusive lugares que tinham material de divulgação a respeito de planejamento familiar, que abordavam uma série de questões sobre o planejamento familiar, inclusive abria uma perspectiva para as pessoas de que lá elas poderiam ser atendidas em sua necessidade de fazer contracepção, inclusive laqueadura.

Nessa época, eu trabalhava no Conselho da Condição Feminina e fiz um trabalho de pesquisa, tentando saber como eram exatamente esses serviços que forneciam planejamento familiar. Nesse trabalho consegui perceber que havia uma série de clínicas — estou falando da realidade em São Paulo, que é a realidade que conhecemos mais de perto —, uma série de clínicas que faziam planejamento familiar, faziam um tipo de aula para a mulher, que durava em torno de meia hora, onde eram expostos todos os métodos, as vantagens e desvantagens de cada um, e mulher saindo dessa aula iria

para uma consulta médica onde poderia, junto ao médico, qual o método que preferia. Visitamos uma série dessas clínicas. Eram clínicas específicas, quer dizer, uma casa, um prédio onde só funcionava esse tipo de serviço, como algumas empresas, que chegamos a visitar. Visitamos, também, um serviço, que existe em São Paulo, voltado só para homens, para fazer a vasectomia. O que fomos percebendo, nesse trabalho, talvez algumas pessoas aqui já o conheçam, foi bastante divulgado na época. Havia toda uma articulação dessas entidades, quer elas estivessem funcionando independentes, num prédio próprio, quer estivessem funcionando dentro de hospitais. Outra coisa que vimos, também, é que havia muitas dessas instituições que funcionavam dentro de um serviço mais geral, hospitalar, ligado à ginecologia-obstetrícia. É que havia uma articulação delas a uma entidade nacional, à qual a maioria delas — pelo menos, todas as que nós visitamos — eram filiadas à Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar, com sede no Rio de Janeiro. Havia, também, um elemento comum a todas elas: os seus profissionais haviam sido treinados no CEPAINC no Rio de Janeiro. Tivemos acesso ao material dessas entidades, tivemos acesso a pessoas que foram treinadas lá etc. É uma entidade aberta, conhecida amplamente, que organiza congressos e seminários com a preocupação de colocar à disposição das mulheres um serviço de planejamento familiar, não é?

Com a pesquisa do PINAD de 86, quando pela primeira vez o IBGE, junto a outros itens da sua pesquisa, incluiu a pesquisa sobre as mulheres, se elas evitavam uma gravidez ou não e como inclusive eu não quero me estender, aos demógrafos. Particularmente a Dr^a Elza Belcor pode falar melhor sobre isso, porque foi ela que coordenou toda essa parte. Na verdade, esse dado é até amplamente conhecido, entre 60 e 70 das mulheres brasileiras em idade fértil, entre 10 e 49 anos, usam algum método para evitar a gravidez. Dessas mulheres que usam algum método, 44%, aproximadamente, usavam a laqueadura como forma de “resolver” o seu problema em relação à contracepção; e 40% usavam a pílula. Restam, aí, cerca de 17% a 18%, que se distribuem entre os outros métodos.

Portanto, essa pesquisa revelou, em 86, que a laqueadura é um método privilegiado de “escolha” — escolha entre aspas, porque quando você vê que as mulheres estão usando, basicamente, só dois métodos, não se pode falar em escolha, quando existe uma série de outros.

Então, essa pesquisa revelou-nos que, na verdade, 70% dessas laqueaduras estavam sendo realizadas durante a cesariana e o restante em outros momentos. Essas clínicas, das quais eu falei, que têm serviços de planejamento familiar, não trabalham com assistência ao parto. Quer dizer, a laqueadura que a mulher faz nesses locais é feita fora do momento do parto. Portanto, essas clínicas respondiam — ou respondem, não se sabe, hoje, porque não existe uma atualização dessa pesquisa — por 30% dessas laqueaduras realizadas. A grande maioria delas, na verdade, é feita no momento do parto, que acaba sendo cesariana.

Dessa maneira, não conseguimos ter provas, não conseguimos ter documentos concretos, mas temos relatos de mulheres. E estou citando isso, embora sabendo que não vou poder provar, porque são relatos de mulheres que nos são feitos diretamente, ou, na nossa vida profissional, nos são referidos por outros colegas profissionais. Estou colocando isso, não como um testemunho que possa ser comprovado, mas como um elemento de reflexão. Elas vão pagando aos

poucos, por mês, as parcelas para poder fazer a laqueadura, quando for o momento do parto. Há profissionais que fazem o pré-natal no serviço público e acerta com ela para fazer o parto em tal lugar, onde vai operar. Assim, temos as famigeradas cesárias com hora marcada porque uma mulher que já teve dois filhos por parto normal, se não fizer a cesária com hora marcada, ela corre o risco de o bebê nascer antes e não poder fazer a cirurgia, que, às vezes, já está paga. Então, muitas vezes ocorrem cesárias com hora marcada para se fazer a laqueadura.

Vimos que isso é, na verdade, uma realidade bastante frequente no nosso meio; é o grande mecanismo que está sendo utilizado pelas mulheres na tentativa de resolver o seu problema de contracepção. Na última gravidez, planejada ou não — às vezes, ela até nem queria aquela gestação, que a coloca numa situação de pânico. Então, se tinha alguma dúvida, ela decide, aproveita e faz a laqueadura para acabar com esse problema.

Nós percebemos, então, diante dessa realidade toda — e aí eu falo em termos da União Brasileira de Mulheres — que há uma omissão. Na verdade, essa realidade convive com um problema bastante grave, que é o fato de que a laqueadura não é prevista nos procedimentos do Inamps, nos procedimentos hospitalares remunerados, via serviço público. Ela só é prevista pelo Código Penal — e aí há uma série de celeumas em torno disso — que estabelece que a laqueadura feita sem uma justificativa de risco de vida etc. pode ser considerada como uma lesão corporal. Isso, na prática, não tem nenhuma repercussão, como a gente vê. Quer dizer, se o método preferencial das mulheres, hoje, é a laqueadura, é claro que esse impedimento legal não tem nenhum significado. A repercussão mais séria disso é que o serviço público não realiza laqueadura oficialmente, quer dizer, acaba sendo só essa a repercussão.

Então, os casos que, eventualmente, possam ter uma indicação de laqueadura não são realizados pelo serviço público porque ele não é remunerado. Se for feito, não será remunerado. Então, surge aí a tal história da cesária com a laqueadura paga por fora.

Outro aspecto disso é, também, a ausência de qualquer atuação, em termos de planejamento familiar, a nível de serviço público, particularmente, a nível de uma definição federal. Estamos aqui com a Ana Costa que estava comentando que escreveu o Paisme. O Paisme está na nossa história do movimento de mulheres, foi uma conquista que já tem quase dez anos, e ele previa, justamente, dentro da assistência integral à saúde da mulher, as atenções na área da contracepção e do tratamento da infertilidade. Previa, justamente, que o serviço público tivesse que dar informações, formação, métodos, assistência médica etc., para que a mulher pudesse exercer o seu direito de ter ou não filhos, sem ferir ou agravar a sua saúde.

Acontece que o serviço público, nesse particular, sempre foi uma área extremamente omissa, uma área extremamente insensível, inclusive em relação aos problemas, à problemática da mulher, e nunca houve uma ação mais efetiva, que garantisse à mulher, de fato, na rede pública de saúde, a questão do planejamento familiar. A começar por pesquisas de produção nacional de métodos alternativos como o diafragma, que é um método extremamente simples e não é produzido no Brasil, a não ser em experiências isoladas. A pesquisa nessa área é, basicamente, de métodos que estão sendo criados lá fora e vêm sendo pesquisados aqui, até o final da rede, ou

seja, a dificuldade que é ter naquele posto de saúde um serviço de planejamento familiar, onde mulher possa ser informada, refletir sobre isso e optar de forma livre e consciente sobre que método ela quer escolher. Isso já começa da escola e vai para adolescência e chega à mulher, às vezes, com 23, 24 anos, tendo tido quatro filhos, agoniada, sem ter como resolver essa questão e optando pela laqueadura, muitas vezes, precoce.

Então, a nossa batalha é para que, realmente, a questão do planejamento familiar seja exercida em termos da rede pública, porque essa é uma questão de serviço público. O que nós presenciamos, na nossa experiência, nessa questão, é que a laqueadura é objeto de lucro. Quanto mais fizer mais ganha. Então, é claro que isso só pode causar distorções no atendimento das mulheres. A laqueadura, além de ser uma questão que não pode visar lucro, tem que ser uma questão de direito da mulher, da cidadania, de foro pessoal dela e da saúde, e não uma questão política, uma questão econômica, como ela tem sido tratada. Nós vemos aí, até na ECO-92, os países do Primeiro Mundo, colocando como questão de honra para se discutir a questão ambiental, que seja discutido, também, o controle populacional. As mulheres não podem ser vistas assim: como um objeto controlado como se controlam outras questões. Por isso, temos batalhado pela regulamentação da laqueadura, dentro de um contexto de assistência global à saúde reprodutiva da mulher. Entendemos que é preciso garantir assistência integral a um planejamento familiar livre, consciente da mulher pelo Serviço Público e que seja regulamentado. Que o sistema de laqueadura tenha uma regulamentação mínima para que não corra como coisa clandestina, pois de clandestino não há nada. Mas o serviço público não põe a mão, porque define-se que essa questão não existe. Então, se não existe, não há como haver regulamentação. Entendemos o contrário, é preciso regulamentar, pois seria a forma de garantirmos à mulher o acesso a todos os métodos. Este seria um dos quesitos necessários ao acesso da mulher, como também, uma forma de combatermos algo que ocorre aos nossos olhos — é importante que os nossos demógrafos possam discorrer —, que é a transferência da questão econômica para a da reprodução. Creemos que não é a diminuição do número de filhos das mulheres que iremos resolver os problemas econômicos do País, que são esferas distintas, comprovadas em uma série de países. Existem países com grande concentração populacional e outros com uma pequena concentração, sendo que isso não anda junto com a riqueza. Quanto ao número de filhos, há de se ver o direito à saúde e à cidadania; quanto às questões econômicas, tem que se ver o crescimento industrial e agrícola. Todos esses aspectos dizem respeito à economia do País e não com o útero das mulheres, como normalmente é visto.

Era o que tinha a dizer no primeiro momento. Posso enviar à CPI alguns textos de nossa entidade, pois temos trabalhos fundamentando essa idéia.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Agradecemos o depoimento dado pela Srª Sara.

Abriremos agora aos Comissionantes.

Concedo a palavra à Deputada Maria Luiza Fontenelle.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELLE — Tenho algumas perguntas, mas, inicialmente, gostaria de partir para uma observação feita pela depoente, no que tange às razões que levam a um processo de esterilização, quase em massa, das mulheres. Tenta-se resolver através do impedimento de

nascimento de crianças um problema que está na própria estrutura econômica e que deveria, portanto, ser resolvido de outra forma. Porém, o processo está ocorrendo. Creio que há uma questão de fundo e que considero de natureza ética. Trata-se de uma questão profunda e que talvez seja um dos acontecimentos mais importantes na história da vida humana, que é a decisão do nascimento de um ser. Essa decisão é feita de fora. Esse é o primeiro ponto que desejo analisar, pedindo-lhe que seja colocada como uma pergunta. Se nesse contato com as mulheres, se essa questão foi detectada, ou seja, até onde é verdadeira a opção das mulheres. Gostaria que isso fosse melhor explicitado. Uma outra, não solicito qualquer detalhamento, mas é uma opinião que já foi, inclusive, expressa a nível de Senado, pelo Senador do PDT, Darcy Ribeiro, ao dizer que esse tipo de procedimento nos trará uma população senil, na medida em que a elite é bem mais reduzida, sendo que as mulheres com maior poder aquisitivo têm as suas próprias formas de contracepção, dando-se, preferencialmente, ao uso do DIU — o mais utilizado. Mas, a imensa maioria das mulheres brasileiras está nessa situação em que a laqueadura se coloca como a forma mais usada para o impedimento de novos nascimentos.

Feita a primeira pergunta, eu colocaria mais duas. Se houve oportunidade de vocês saberem junto a essas mulheres, que estão tendo como opção a laqueadura ou as pílulas, se elas tiveram qualquer oportunidade ou acesso a outros métodos contraceptivos? Não estou colocando a laqueadura como tal, mas nesse sentido, ou seja, para mais uma vez ir no mesmo eixo da pergunta que fiz. Até onde nós podemos detectar se há ou não uma consciência da atitude e uma opção?

Não sei se havia preocupação nessa época, mas costuma-se dizer que é um voto certo aquele obtido através da laqueadura.

Vocês tiveram em algum momento oportunidade de fazer essa correlação entre mulheres que fizeram laqueaduras e o médico responsável por esse ato, se se tratava de candidatos? Trago essa questão, porque foi uma das denúncias feitas à União das Mulheres Cearenses, e foi exatamente entre o voto certo da paciente, que teve que se submeter à laqueadura e o médico que seria candidato.

Uma outra questão, também objeto da minha preocupação, é se foi detectada algum tipo de seqüela. Embora a laqueadura não seja uma coisa simples como o uso da pílula, portanto, ela implica um dano de natureza física.

Há algum tipo de seqüela que tenha sido detectado, para que possamos melhor nos posicionar sobre esse problema?

A última questão, a não ser que nessa exposição novas questões sejam suscitadas. Há também, através de documentos públicos e através da imprensa, uma vinculação muito forte entre o processo de laqueadura ou de esterilização de mulheres, a questão da ação imperialista. Então, a pergunta que faço é se vocês detectaram a relação entre essas clínicas e organizações estrangeiras? É um dado que tivemos conhecimento, num encontro havido aqui em Goiânia, de que essas clínicas, quase todas, seriam mantidas por organizações estrangeiras.

A SRA. SARA ROMERA SARRENTINO — Começando do primeiro ponto, se conseguirmos perceber qual a razão desse processo de grande número de laqueaduras, e essa laqueadura em massa ocorrendo.

Na nossa observação, podemos concluir que se criou por conta de uma série de mecanismos, sobre a qual pretendo falar depois, uma moda da laqueadura, assim como se criou

a moda da cesariana. Hoje, já faz parte do projeto de vida das mulheres.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — A indagação que faço, ainda, é, por exemplo, se há uma relação entre a cesariana estar sendo feita por conta da laqueadura.

A SRA. SARA ROMERA SARRENTINO — Sem dúvida. Primeiro, porque se 70% das laqueaduras são feitas durante a cesariana — a proporção é muito grande de laqueaduras realizadas durante cesárias. O dado que confirma mais isso do que qualquer outro, é que o número de cesariana, no Brasil e em São Paulo, é muito grande. Chegamos a encontrar hospitais na região de Araçatuba, Marília, região Norte do Estado de São Paulo, onde o índice de cesariana chegava a 90%. Quer dizer, só não conseguia fazer cesariana se a criança nascesse antes.

Então, existe essa realidade do número muito elevado de laqueaduras que contradiz as indicações da OMS, inclusive, que seria em torno de 12 a 15% de partos via cesariana e até 20% como aceitável, digamos assim. No nosso País essa taxa está em torno de 40 a 45% de partos cesarianos. Chegando, em algumas regiões, como me referi, a até 90%.

Quando se vai buscar as causas disso, entre outras, encontra-se a cesariana marcada para fazer a laqueadura. Isso por um lado. Esse dado ajuda bastante a criar, inclusive, a moda a que me referi, quer dizer, casar, ter filhos, fazer cesária e laquear. Já faz parte até do planejamento das pessoas. Essa moda não vem à-toa. No nosso entender, essa cultura que se cria de que laqueadura é a forma de fazer contracepção, vem da desinformação, da dificuldade de acesso aos métodos desde a adolescência, quando a mulher pode ir conhecendo melhor o corpo, conhecendo melhor como se dá a reprodução, podendo planejar melhor as suas gestações etc. Isso tudo faz parte da criação de uma realidade. Por exemplo, nós assistimos todas as aulas das clínicas que visitamos, as tais aulinhas que eram dadas para as mulheres, e podemos perceber que as mulheres vão para aquela aula com a opção feita. Ela já vai lá, porque sabe que ali se faz laqueadura.

Do total de mulheres que assiste a aula, em torno de 20 a 30, cerca de 90% já optam pela laqueadura. No máximo, alguma um pouco mais esclarecida ouviu falar do DIU, arrisca até a pensar em colocar um DIU; algumas recebem pílula. Mas, no geral, aquela aula é só uma formalidade que a mulher é obrigada a cumprir, porque sabe que se não fizer a aulinha, não tem direito, depois, a fazer a consulta para decidir a laqueadura. Ela já foi para lá com a opção feita. Por quê? Porque, primeiro essa aula é pouco atraente, no sentido de realmente ajudá-la a refletir sobre o seu corpo, sobre o significado de uma laqueadura etc.

Em segundo, porque ela já “optou” pelo fim dessa vida reprodutiva, forçada por uma série de circunstâncias. Não está fazendo a opção de forma tranqüila e livre. Ou é porque não tem dinheiro para sustentar os filhos que gostaria de ter, ou porque teve filhos sem ter tido chance de escolher o momento certo, enfim, às vezes, até como solução para uma vida afetiva complicada. Geralmente, são problemas ligados ao exercício da sexualidade do casal. Então, avalia que se não tiver preocupação com gravidez poderá ficar mais tranqüila e com isso consertar um casamento às beiras de ser desfeito.

Tudo isso são elementos que ajudam, e que no fim criam essa realidade, praticamente, fechada, até você não conseguir mudar, muitas vezes, a idéia que ela tem a respeito. Ela vê

a laqueadura como uma saída e não conseguimos reverter isso.

A forma como essas coisas se dão é muito sutil. Percebemos, por exemplo, nas empresas que visitamos como a coisa se dá. O serviço de assistência social da empresa dá uma facilidade muito grande. Há uma assistente social que está sensibilizada para a questão, sensibilizada via curso que fez no CEPAINC, ou alguém que passou para ela essas idéias. Enfim, é uma assistente social preocupada com essa questão. Acredita sinceramente, podemos dizer, que se as mulheres tivessem menos filhos, não teriam tantos problemas.

Há que se fazer alguma coisa. Então, fazem palestras nas empresas para os funcionários. Muitas vezes, são palestras voltadas para as esposas de funcionários, quando é o caso de a fábrica ter mais homens; se for o caso de fábrica com mais trabalhadores mulheres as palestras são dirigidas diretamente às trabalhadoras. Oferecem transporte para a cirurgia, oferecem facilidade de desconto em folha, oferecem preço mais barato da cirurgia, dias de dispensa de serviço — 3 dias geralmente para a vasectomia. Enfim, são formas de atuação dentro das empresas.

A família, preocupada com o problema, diante de uma oferta dessa, é claro, que acaba concordando que é uma boa saída. Então, percebemos claramente. Há uma propaganda no sentido de que o casal precise tomar essa atitude, fazendo a laqueadura ou a vasectomia. No caso da vasectomia, poucos conseguem vencer o preconceito. A maioria opta pela laqueadura, mesmo.

São todas as formas que percebemos de criação desse sentimento geral. Essa é a solução e pronto. São alguns mecanismos que observamos. Claro, que essa é uma realidade bastante complexa, difícil de se poder confirmar com maiores evidências. Fizemos um estudo profundo do material. Vê-se sempre a família feliz e contente com um ou dois filhinhos, nos cartazes, no material impresso, coisas bastante sutis.

O único serviço que visitamos foi o da Clínica de São José dos Campos, chamada São Ralph, cujo responsável é o Dr. José Carlos Coimbra, vereador da cidade. Ele tinha um programa de rádio, é médico na cidade, depois, foi Deputado Estadual. Foi a única pessoa que tinha uma carreira política e, ao mesmo tempo, uma clínica de planejamento familiar.

Não conseguimos conhecer o serviço porque, na época, houve uma denúncia por parte do responsável da área de saúde da região de que estava havendo laqueadura em massa nessa clínica e o CRM abriu um processo de investigação. Quando fomos visitá-la o Deputado estava bastante irritado pelo fato de ter sido convocado pelo CRM e não nos permitiu. Então, não conhecemos o serviço. Só tivemos acesso ao material que ele divulgava junto às mulheres. O material todo está no Conselho da Comissão Feminina de São Paulo que foi quem coordenou o projeto da pesquisa.

É um material que vocês poderão a ele ter acesso, talvez pedindo ao Conselho. Ele falava sobre o problema das favelas, da superpopulação e sobre alguns riscos que a mulher corre de ter muitos filhos, inclusive falava de mongolismo etc. colocando os serviços da clínica à disposição para fazer o planejamento familiar.

O único dado que conseguimos, além desse material foi, no dia em que chegamos lá perguntando onde funcionava a clínica — ela funciona dentro de um hospital —, uma funcionária nos disse que dentro de pouco tempo estará chegando

uma Kombi, com mulheres, para a cirurgia. Foram as únicas que obtivemos em relação à atuação dessa clínica.

Estou ligando esse fato com a questão de como se manifesta a indução à laqueadura. Foi o único fato que presenciemos, no sentido de ter muitos filhos e oferecendo um serviço de planejamento familiar. Fora esse material, não tivemos oportunidade de perceber nenhuma explicitação mais clara de indução da mulher à laqueadura. Essa indução se dá muito mais pelo clima que se cria em torno de quanto é legal fazer laqueadura e resolver o problema da contracepção.

Se as mulheres tiveram oportunidade de acesso a outros métodos ou não, elas, nas clínicas, uma vez chegando a esse serviço, têm os métodos à disposição e recebem essas aulas onde são expostos todos esses métodos.

São mulheres a partir de uma certa idade, decididas a encerrar a sua vida reprodutiva, do ponto de vista de não quererem mais ter filhos. Não presenciemos nenhum trabalho com adolescentes, com jovens que queiram se casar, ou que queiram ter o primeiro filho, nem nenhum trabalho com gestantes de primeira gestação, por exemplo, para discutir a questão de planejamento familiar. Os trabalhos que vimos foram todos relacionados a mulheres já decididas em relação a sua vida reprodutiva.

Aí é que entra aquele ponto que coloquei: a mulher precisa ter oportunidade de refletir sobre esse problema desde o início da sua vida produtiva e não depois. Na medida em que ela não tem essa oportunidade de acesso à informação, é claro, ela só virá resolver a emergência depois, no fim, quando já está preocupadíssima em solucionar a essa questão.

Em termos de sequelas percebemos o seguinte: em termos de estudos, o que existe é que uma certa percentagem, que se avalia em torno de 15% das cirurgias, a mulher pode apresentar conseqüências no seu aparelho reprodutivo, particularmente em relação ao ovário. Conforme a cirurgia for feita, lesar alguns vasos que participam da irrigação do ovário etc., e esse ovário passar a ter problema.

Ela poderá ter distúrbios menstruais, obesidade, dores de cabeça etc. Isso, segundo a literatura, é uma porcentagem dos casos. Ao lado desses aspectos, vamos dizer assim, de decorrências físicas que podem surgir, que não são tão grandes: não são, digamos, maiores do que o uso de uma pílula etc., há o problema do arrependimento. Na medida em que é um fato definitivo, percebemos, por exemplo, uma série de situações que apresentaram: a criança da última gravidez veio a morrer, por algum motivo, precocemente. Então há aquela necessidade de reparação muito grande da mulher, diante da morte da criança e a associação disso com o problema de não poder mais ter filhos.

O problema da mudança da vida afetiva dela. No momento em que decide a laqueadura, às vezes...

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Só uma pergunta: você tem esse registro em termos de percentual de arrependimento?

A SRA. SARA ROMERA SARRENTINO — Não. Nós procuramos os serviços do HCA e da Escola Paulista de Medicina e só pudemos constatar que os serviços não dão conta de atender todos os casos. Existe, só como referência, um trabalho da UNICAMP buscando ver esse índice de arrependimento. Parece que em torno de 40% das mulheres se referiam a algum tipo de arrependimento. A pergunta era assim: se ela tivesse que escolher de novo, ela optaria pela laqueadura?

A mudança de vida afetiva que implicou em ela querer ter filho, quando na realidade, anterior, quando ela fez a opção pela laqueadura era diferente, e a própria desestruturação que, às vezes, acontece, pela tomada de consciência. De repente, depois da cirurgia, ela se deu conta de que não mais poderia ter filhos, e se deu conta de que não estava preparada para essa decisão, podendo, aí às vezes, entrar num processo de destruturação psicológica-afetiva importante e desesperando-se para tentar reverter essa situação para obter de novo o equilíbrio mental e psicológico.

Isso foi o que constatamos, não quantitativamente, porque não tivemos essa oportunidade. Sabemos que existem trabalhos a respeito que podem ajudar nessa reflexão, mas é grande o número de mulheres que se referem a isso.

Com relação à questão da ação imperialista, justamente num documento importante que iniciamos nessa investigação, foi o balanço do Fundo das Nações Unidas para estudos populacionais sobre todos os financiamentos existentes para ações de planejamento familiar no Brasil. Percebemos que todas essas clínicas que funcionavam aqui dispunham de algum tipo de financiamento de alguma entidade internacional que, não necessariamente respondiam por todo o custeio do funcionamento das clínicas, ele podia ser bem pequeno ou até maior, de uma associação que se chama Associação para Esterilização Voluntária, que funciona nos Estados Unidos, que nos chamou a atenção, primeiro pelo nome. Quer dizer, uma associação de esterilização voluntária. Segundo, pelo fato dessa associação estar presente em todos esses serviços.

Nesse sentido entendemos que esse era um indicativo que havia, no mínimo, uma facilitação, na medida em que um serviço qualquer busque financiamento para sua atividade, no caso dessa atividade de se tratar de planejamento familiar, ligado à esterilização.

Sabemos, por exemplo, que um dos mecanismos de como isso se dá é conseguir importar o laparoscópio. Não sei como é isso, mas é um produto que não existe no País deve ser submetido a uma série de procedimentos para ser conseguido.

Uma das coisas feitas é a concessão de um laparoscópio mediante um projeto de atendimento. O laparoscópio é aquele aparelho usado para fazer a cirurgia umbelical, um corte fora do momento da cesária, que serve não só para cirurgia, como para exames, etc. Então essa é outra coisa que percebemos.

Pesquisamos bastante, estávamos querendo saber se havia algum tipo de financiamento dado mediante o número de laqueaduras feitas. Não conseguimos ter nenhum dado a respeito disso e percebemos em uma clínica que funcionava assim, a mulher quando vinha, se lhe era dado um cartão, no bairro, por uma assistente social, por alguém que tivesse ido fazer uma palestra lá, sobre planejamento, ela vinha e trazia o nome da pessoa que a tinha encaminhado, indicado; foi o único elemento que encontramos de que podia haver uma vinculação entre quantas pessoas são encaminhadas e algum tipo de remuneração. Mas isso ficou só na suposição, não conseguimos encontrar nenhum dado mais positivo.

A nossa hipótese é de que, ou isso se dá de forma muito sutil, nem sempre muita explícita, ou o próprio pagamento, que as mulheres fazem é, por si, suficiente para justificar o funcionamento da clínica. Lembrando sempre que essa coisa das clínicas, vimos que corresponde a uma porcentagem pequena do número de laqueaduras que são realizadas.

A última coisa que gostaria de registrar, e já foi colocada, é a questão da população; se ela está se tornando senil. Eu não me sinto capacitada para abordar o tema, mas estamos

vendo que esse senso está revelando que a população está crescendo só a nível de reposição agora as decorrências daí advindas para o conjunto da vida no País, é fácil imaginar que isso está se dando às custas da laqueadura. Não vai ser uma coisa de época; toda uma geração de mulheres já está láqueada, então qual a repercussão disso para a demografia do País? Nunca nenhum país reduziu tanto a sua natalidade às custas de laqueadura acho que será o primeiro caso. Não é uma questão de uso de métodos em geral, é uma população toda, que durante uma geração, ou duas, vai estar laqueada, isso não vai mudar, não sei como isso repercute em termos demográficos. Acho que a pergunta é extremamente pertinente.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Nos termos regimentais a Mesa pediria que a próxima intervenção feita pelos Srs. Parlamentares, se fizesse no prazo de cinco minutos, para que a expositora pudesse também responder neste mesmo prazo.

Com a palavra a nobre Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI — Em primeiro lugar a minha saudação à Srª Sara Sorrentino, não só pela contribuição que pode dar, mas pelo trabalho que vem desenvolvendo, num movimento autônomo e também do ponto de vista institucional, a nível do trabalho em São Paulo, nessa área de saúde da mulher.

Farei duas perguntas. A primeira, depois daquela denúncia que fizemos da esterilização vinculada com a ECO-92, questão da pauta, saiu uma outra matéria do Príncipe Charles com a mesma opinião — não sei quem pode acompanhar — mas saiu também um posicionamento do Príncipe Charles como se exigindo que na ECO-92 fosse tratada a questão da esterilização do controle demográfico, eles sempre particularizam, indicam mais para o Terceiro Mundo, América Latina.

A primeira pergunta se localizaria aí: como fica sua avaliação diante das informações — não sei se a Srª tem — dos pré-encontros que têm havido em relação à questão ambiental, parece-me que isso tem sido o centro da polêmica na questão da mulher. Então seria importante que tivéssemos essas informações de uma forma mais precisa.

A segunda é se na experiência desenvolvida em São Paulo, que dados podem nos ser repassados senão agora de forma verbal, mas talvez até em termos de documento para o CPI, nessa experiência, no que pode contribuir para a avaliação do ponto de vista do perfil social, mostrando que é possível fazer-se um trabalho com a saúde da mulher e de planejamento sem a esterilização, como a forma principal de planejamento.

Gostaria que a Senhora falasse um pouco sobre sua experiência nesse campo e nos fornecesse dados estatísticos e documentação que nos possa ajudar, não só a revelar a realidade de uma ação concreta, que tem sido feita, mas também mostrar que é possível tratar a questão do planejamento e da saúde da mulher sem que se recorra, na verdade, tendo como forma principal a questão da laqueadura.

A SRA. SARA R. SARRENTINO — Na verdade as mulheres sempre tiveram que enfrentar dois fogos. Quando pensamos que superamos, eles voltam de forma imprevisível, por um lado é o problema do direito de poder decidir se quer filhos ou não e todas as implicações que isso acarreta em termos de acesso a serviços, desde legislação correspondente, até poder decidir livremente, por exemplo, do ponto

de vista econômico, se tem dinheiro para criar todos os filhos que quer ter.

De um lado sempre enfrentamos barreiras que nos empurram para que sejamos simplesmente reprodutoras, quer dizer, ter filhos sem nenhum tipo de acesso a nenhum conhecimento científico, a nenhum avanço da tecnologia, simplesmente ter filhos e pronto, por ser essa a nossa função e, por outro lado, aqueles que não querem que tenhamos filhos e querem eles decidir se devemos tê-los ou não; sempre nos culpando pelos problemas da economia, dentro da linha de que o problema do mundo é que as mulheres têm filhos demais.

Do que tenho acompanhado dos debates sobre a ECO-92, vemos que, talvez nem estivéssemos nos dando muito conta disso, embora, por exemplo, na União Brasileira sempre tenhamos controle de natalidade, que não é nenhuma coisa antiga, nem fora de modo, ainda está presente na realidade das mulheres do nosso País, a ECO-92 veio comprovar que o controle da natalidade não caiu de moda coisa nenhuma. O imperialismo, particularmente os Estados Unidos, estão muito preocupados, sim, com a questão de definir, a partir dos seus interesses, qual deve ser o crescimento populacional, principalmente nos países pobres e de forma mais explícita é impossível, como foi colocado agora, em termos da ECO-92, com uma nuance nova, uma maquiagem nova, que é a questão do meio ambiente. De repente não é só mais o problema da miséria, mas de que o excesso de população é um problema para o meio ambiente. Isso pode até pegar muitos de calça-curta, os desprevenidos.

Com essa preocupação que agora, felizmente, a humanidade começa a ter de preservar o meio ambiente a questão populacional é mesmo um problemão que precisamos ver como resolver.

No nosso entendimento isso é uma nova maquiagem de um velho problema: o de se entender, realmente, que se resolvem os problemas econômicos definindo, primeiro de forma nada democrática e sim impositiva, para as mulheres quantos filhos elas devem ter — nem de dentro do País é e sim de fora do País — de forma totalmente distorcida, como já cansamos de ver pela própria história que se desenvolve, acreditando que mexendo no crescimento populacional mexe-se na realidade econômica do País; quando vemos que é ao contrário. A questão populacional vem em decorrência da realidade deste País, e não é causa da mesma.

Então, acho que é necessário estarmos alertas para essa maquiagem. Às vezes achamos que o nosso problema maior está nos “natalistas”, mas, de repente, percebemos que não, que temos que voltar, porque aqueles lá estão, de novo, vindo à carga, numa fase em que é muito complicada essa luta, porque as mulheres já têm claro para elas, já incorporaram a vontade de ter um controle maior sobre a sua reprodução. De fato, a tendência a aceitar esse controle fica mais facilitada. As mulheres muitas vezes se esquecem do seu direito à independência, etc.

Os dados sobre as formas de atendimento, Jandira, realmente não temos. Por melhores experiências que consigamos ter, elas são sempre muito restritas e impotentes diante de uma realidade mais geral do serviço de saúde, que é o privado, que responde pela grande maioria do atendimento. Temos de outros países.

O que se vê é que 5% de mulheres optam pela laqueadura, 10, 15%, no máximo, em outros países. Se se contrapõe isso à situação do Brasil, encontra-se 40%.

Nesse sentido é que dá para perceber que é possível fazer alguma coisa diferente do que está aí. É possível, por exemplo, usar-se o diafragma? A mulher opta pelo diafragma? Opta sim, se ela tiver informação; se ela estiver consciente, ela vai optar. A mesma coisa ocorre com o DIU, com a tabela e outros métodos, enfim.

Nós já temos até dificuldade, tamanha a incorporação que se tem desses conceitos, de imaginar isso. Pensamos: "Imaginem se vai haver tanta mulher que vai querer métodos naturais, ou coisa assim!" E há. A realidade está mostrando que há, porque onde houve possibilidade, isso aconteceu. Só que em outros países. Com relação ao nosso País, não dá para fazer essas afirmações, a não ser em populações tão pequeninhas que não se pode ter como exemplo para o geral. Então, não teria mesmo.

A realidade dessas mulheres, a pesquisa do PNAD mostrou, vale, como pequena variação, diminuindo do Norte para o Sul, para o País todo. A laqueadura apareceu como primeira opção. Esse é um elemento comum a todos os Estados, inclusive àqueles que têm uma rede pública de saúde melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Pergunto se a Deputada Regina Gordilho gostaria de fazer alguma pergunta.

A SRA. REGINA GORDILHO — Eu, infelizmente, cheguei um pouco atrasada. Prefiro continuar acompanhando para, num outro momento, fazer uma pergunta com a qual eu tenha consciência de algum esclarecimento. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — A Deputada Fátima Pelaes?

A SRA. FÁTIMA PELAES — Infelizmente, também cheguei após a exposição da depoente e, portanto, continuarei a ouvir.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Sr^a Presidente, Srs. Membros da Comissão, gostaria, tendo em vista o rigor do Regimento, de ser muito breve. Quero apenas cumprimentar a depoente pelos subsídios que trouxe a esta Comissão e pelos que creio que, certamente, nos enviará quando mandar para nós todos os dados coletados quando da feitura da pesquisa.

Gostaria de fazer algumas perguntas. Primeiramente, quero situar a União Brasileira de Mulheres. É uma entidade vinculada a que instituição? Ou é fruto do trabalho voluntário de pessoas? Em segundo lugar, em que período foi feita essa pesquisa e quais foram os empecilhos que motivaram a sua paralisação? Uma outra pergunta — praticamente já respondida, tendo em vista o questionamento da Deputada Maria Luíza — que é se a Dr^a Sara conhece o dispositivo do Código Penal que permite a laqueadura? Também se a senhora nota diferença substancial entre o planejamento familiar e o controle da natalidade.

A senhora já se posicinou, aqui, favoravelmente ao planejamento familiar e gostaria de saber se a senhora vê diferença substancial, ou se é contra algum desses princípios. São somente essas as perguntas iniciais.

A SRA. SARA SARRENTINO — Bem, a União Brasileira de Mulheres é uma entidade autônoma. Ela não é vinculada a nenhuma instituição pública ou privada, nem a nenhum partido político. É uma entidade de mulheres, suprapartidária,

não recebe financiamento nenhum, nem interno, nem externo, embora não sejamos contra receber ajuda. Mas temos grande dificuldades em consegui-la, e ela é a uma entidade que congrega núcleos de ação de mulheres nos vários Estados, justamente com o objetivo de unificar essas lutas, unificar as discussões, os debates, e levar à frente algumas bandeiras que são comuns às mulheres.

Ela funciona na base de reuniões periódicas, e de material de divulgação que é mandado para as entidades; funciona com contribuições, com atividades de finança e existe há três, quatro anos.

Quanto à pesquisa que nós fizemos, ela foi delimitada e já está encerrada. Era uma pesquisa que se propunha conhecer como funcionavam as clínicas de planejamento familiar.

Os empecilhos que encontramos foram esses a que já me referi; um, que não foi possível visitar; e outro, uma certa dificuldade em ter um clima mais favorável para conhecer mais de perto o funcionamento, na medida em que vínhamos como alguém de fora, éramos uma instituição, e ninguém tem obrigação de abrir suas portas para uma investigação. Nós também não podíamos forçar a barra, nem era esse o nosso objetivo.

Quanto ao Código Penal, Sr. Senador, nós também não entendemos que ele proíba a laqueadura. Inclusive, o que temos reunido de pareceres, é que ele, na medida em que não deixa muito clara essa questão, ou seja, se ele, uma vez que não estiver bastante justificado o risco de saúde, deixa um precedente para que haja, por exemplo, um arrependimento da mulher e para que ela denuncie que foi feita uma laqueadura nela, na medida em que ele abre esse precedente, ele cria essa situação de dubiedade que temos. Nós entendemos assim a questão do Código Penal.

Ele não proíbe, mas, por outro lado, deixa aberto um precedente para, havendo arrependimento, a mulher...

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Mas a minha pergunta, se me permite, seria se a senhora conhece algum dispositivo que permita a laqueadura.

A SRA. SARA SARRENTINO — Não.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Apenas deixa em aberto?

A SRA. SARA SARRENTINO — Ele só situa dizendo que é proibido, exceto em casos em que se justifique, assim como, por exemplo, em qualquer cirurgia. Se o médico justifica que aquela cirurgia salvaria a vida da pessoa, está justificado, não é lesão.

Mas como a laqueadura é uma opção de uma função não essencial para a vida, pode haver o arrependimento e, então, se cria o precedente de acusação do profissional que fez a cirurgia. Não está justificado um risco de vida que ampare o profissional.

Isso é usado como forma de não se colocar a coisa em termos abertos, a ponto de, por exemplo, o Inamps não reconhecer esse ato cirúrgico como um procedimento normal.

Com relação à questão do controle da natalidade e do planejamento familiar, a que V. Ex^a se referiu, acho que, na verdade, hoje, o movimento de mulheres já chegou a uma compreensão que foge um pouco dessa polarização, que é a concepção de direitos reprodutivos. Tudo o que está na esfera da reprodução está inserido na esfera de um aspecto do direito da cidadania, que é o direito de se ter ou não ter filhos, sem que isso signifique um ônus pelo qual se tenha

que pagar, quer com saúde, quer numa série de outros aspectos. E ter acesso aos direitos, nessa área reprodutiva, é, por exemplo, não ter a vida reprodutiva decidida por outros que não a própria pessoa. O controle de natalidade, nesse sentido, se choca com o direito das pessoas. Ele é uma atitude que fere o direito elementar de cidadania, porque, por exemplo, quando uma mulher opta por uma laqueadura no momento do parto, em situação de extrema pressão, e depois ela se arrepende, ali ela foi submetida a uma pressão que feriu um direito dela, que é o direito de decidir essas coisas em paz, tranquilidade, informação, etc., e não sob pressão.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Estou satisfeito, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Antes de encerrar as intervenções, eu gostaria de lhe fazer umas perguntas. A primeira é se a clínica de São Paulo, detectada por V. Sª, ainda funciona. Além disso, é importante saber se ainda está sob a direção desse parlamentar citado. Como poderíamos contribuir para comprovar todas essas denúncias que estamos fazendo? Pergunto isso porque temos com frequência, em todas as CPI, atingido um limite onde não podemos comprovar o que dizemos, embora seja a verdade. Então, quais seriam os mecanismos que poderíamos introduzir para que essa denúncia, hoje colocada por nós, possa ter amparo legal, não apenas para pesquisas, mas para que possamos acionar o poder público a fim de que puna os responsáveis por isso?

A SRA. SARA R. SARRENTINO — V. Exª me colocou numa situação delicada. Não sei dizer se essa clínica ainda está funcionando e se a direção ainda está sob a responsabilidade do deputado. Podemos sair daqui com o compromisso de verificar essa informação e transmiti-la. Posteriormente sei que ela funcionava em São José dos Campos na ocasião.

Quanto a essa questão dos mecanismos, há alguns pontos que nos inquietam, inclusive, como movimento não temos poder para ver esses fatos preocupantes. Particularmente, penso que um problema que tem nos inquietado muito é a situação econômico-financeira do País. Nos documentos oficiais do Ministério ele desapareceu e tornou-se Programa de Saúde Materno-Infantil. Sabemos que não temos mais participação na época em que ele foi criado. Criou-se, em nível do Ministério, uma comissão de estudos sobre reprodução humana que era um fórum de cientistas e de mulheres do movimento que discutiam as grandes questões ligadas aos direitos reprodutivos e que essa comissão deixou de funcionar. Então, sabemos que, dentro do Ministério, não há espaço nem canais para comunicação. E essa é uma preocupação nossa. Também não sabemos em que situação se encontra a própria oferta de métodos para os Estados e para os municípios, porque isso tem ligação com compras. Muitas vezes, são métodos importados, há uma série de formas para conseguir isso de forma subsidiada pela própria OMS, Fundo APE e outras entidades que facilitavam a aquisição desses métodos pelo Governo Federal para distribuir para os Estados. Isso não sabemos em que situação se encontra. Sabemos que nos Estados não há nada. Quer dizer, ou o Estado consegue suprir a rede de métodos por conta própria ou nada há. É mais uma questão que nos preocupa. Quanto a essas denúncias mais graves, um dos canais existentes são as próprias mulheres nos serviços que fazem a recanalização das trompas. Então, ali é fácil conseguir ter acesso àquelas que se arrependeram ou de alguma forma e precisam desfazer a cirurgia, em termos das entida-

des que lidam com essa questão. A própria Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar, cujo Presidente é o Dr. Hélio Aguinaga; e o Sepain, no Rio de Janeiro, são entidades que têm atuado nessa esfera do planejamento familiar. Do ponto de vista do movimento, propomos uma CPI sobre esterilização que ouvisse esses setores.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Agradeço a participação dos Srs. nesta Comissão.

O primeiro depoimento trouxe uma grande contribuição. Estaremos aguardando as documentações para que a nossa Relatoria possa sistematizá-las.

Gostaria, neste momento, de requerer junto à Comissão que poderemos, em nome da CPI, saber se essa clínica está funcionando e sob a direção de quem. Isso seria importante para a CPI.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião de hoje, gostaria de comunicar que a Drª Elza Berquó não foi possível estar presente, porque tivemos alguns problemas relacionados com o feriado, enfim, impedimento que nos levou a fazer o convite às vésperas da reunião. Sabemos que todas essas pessoas têm realmente uma agenda sobrecarregada de compromissos.

Nesse sentido, estaremos, então, nesta semana, embora ainda tenhamos o feriado de sexta-feira, mais folgados aqui, para estabelecermos um calendário e, desde já, comermos a convidar as pessoas, para que possam, em tempo hábil, estarem aqui. Para quinta-feira, estamos convidando para depor às 9h30min a Drª Maria Betânia de Ávila, da Secretaria-Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde; e a Drª Edna Roland, que é coordenadora do Geledés, que estará conosco na próxima quinta-feira às 9h30min. Desde já está convidada.

Gostaria ainda de pedir aos Deputados e Senadores que fizeram indicações que acrescentem e sugiram nomes e endereços. A falta desses dados tem dificultado o convite.

Com relação às instituições, gostaria de surgir, como no caso da Bemfam, o convite da presidência dessas instituições. Não seria necessário fazer uma indicação de um outro nome, senão da presidência. Ela fica incumbida, no caso de não poder vir, de indicar o nome que possa realmente representar a instituição com o poder de dialogar conosco e passar as informações que buscaremos na interpelação aqui feita.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELLE — Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Concedo a palavra à nobre Deputada Maria Luiza Fontenelle.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELLE — A representante do movimento de mulheres no fórum da Eco-92 talvez pudesse, de posse de mais elementos, colocar a questão da esterilização nesse contexto da ecologia.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Gostaria de informar que a Drª Rozisca já consta da lista de convidadas para depor nesta CPI.

Agora, poderemos, dada uma situação, adiantarmos a sua vinda ou não. Poderemos ainda ouvir mais pessoas e deixa-

riamos os esclarecimentos para mais adiante. Não sei se a Comissão entende urgente...

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELLE — Talvez haja a conveniência de ela ser ouvida antes da Eco-92, quer dizer, antes do início de junho.

A SRA. JANDIRA FEGHALI — Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a

A SRA. JANDIRA FEGHALI — Só um esclarecimento, pois não estou aqui com o roteiro. Não me lembro se a CNBB está dentro desse roteiro ou só as teólogas. Digo isso porque até vou passar aos Anais da CPI a documentação estava informando, agora, ali, que recebi da Comissão de Seguridade da Câmara dos Deputados a cópia de um parecer da representação da CNBB no Conselho Nacional de Saúde, quando foi consultada sobre a oportunidade de se dar ou não título de utilidade pública a algumas entidades controlistas, como a ABPFI, que é a Associação Brasileira de Planejamento Familiar, e outras. A BEMFAM, lamentavelmente, já tem esse título de utilidade pública.

Então, o parecer está muito interessante, porque eles dão opinião contrária ao fornecimento do título de utilidade pública. Quando dão parecer contrário, eles explicam por que e dão muitos dados. Um dos dados pelo levantamento feito por eles — e, aí, entra na questão colocada pela Dr^a Sara R. Sarrentino, de que a atividade principal dessas entidades é a esterilização. Eles dão esse dado, oficialmente, ao Conselho Nacional de Saúde, via própria CNBB. Eu estou perguntando isto, porque é um documento importante, oficial, que registra que a atividade dessas entidades é, fundamentalmente, de esterilização e é um pronunciamento que, também, tem credibilidade. Vou encaminhar uma cópia do documento ao Relator para que S. Ex^a possa, inclusive, utilizar nas suas formulações posteriores.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Comunico à Deputada Jandira Feghali que já consta, também, na lista de depoentes.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Sr^a Presidente, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de fazer uma pergunta, porque na nossa última reunião ficou estabelecido que nós procuraríamos o Ministro da Educação, Dr. José Goldemberg, para ver o posicionamento daquela autoridade com relação à Eco-92, sobre aquelas notícias, principalmente do **Jornal de Brasília**. Nós não tivemos a oportunidade de falar com o Ministro José Goldemberg. Nós voltaremos a insistir na audiência?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Eu penso que sim, já que não fomos atendidos no período de audiência. O pedido foi feito e não fomos atendidos. Quero, ainda, dizer que o requerimento foi encaminhado e estamos aguardando, evidentemente, que a audiência seja marcada. No caso de haver dificuldades para marcar a audiência, podemos convocá-los a depor na CPI, prestar um depoimento na CPI, dadas as dificuldades e a agenda do Sr. Ministro. Haverá um novo depoimento na próxima quinta-feira, às 9h30min. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

4^a Reunião, realizada em 30 de abril de 1992

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Parlamentares Deputada Benedita da Silva (Presidente), Senadores Carlos Patrocínio (Relator), João França, Magno Bacelar, Deputada Maria Luiza Fontenele, Lúcia Braga e Deputado Ivânio Guerra, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, comunica que a Dr^a Édna Rolland, do Instituto GELEDÉS, deixa de comparecer a presente reunião por motivos de ordem administrativa. Informa, ainda, que encaminhará o problema aos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Carlos Patrocínio, Magno Bacelar e a Senhora Deputada Lúcia Braga. Finalizando, convoca reunião a realizar-se na próxima quinta-feira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

Anexo à Ata da 4^a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil, que se publica com a devida autorização da senhora presidente da Comissão.

Presidente: Deputada Benedita da Silva

Relator: Senador Carlos Patrocínio

(Íntegra do Apanhamento Traquigráfico da Reunião.)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — De acordo com o Regimento, declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Comunico, antes de mais nada, que teríamos hoje o depoimento da Sr^a Edna Rolland, do Instituto GELEDÉS, de São Paulo, que ficou impossibilitada de comparecer à Comissão, porque, segundo informação da nossa assessoria, na pessoa do Sr. Augusto, o requerimento de expedição de passagem para a depoente não foi sequer aceito pelo Diretor-Geral, sob a alegação de que não há verba e, por ser uma CPI mista, por determinação do Presidente, não haveria condições de se efetuar o pagamento dessa passagem. Enquanto Presidente desta Comissão, estaremos, hoje, falando sobre o assunto com os Srs. Presidentes do Senado e da Câmara já que se trata de uma CPI mista. Ao mesmo tempo, gostaria de comunicar à Comissão que houve, na minha avaliação, uma extrapolção de ordem funcional, na medida em que o Diretor se recusou a receber o requerimento. Ele poderia tê-lo respondido até negativamente, mas teria que ter oficializado essa posição, já que se trata de uma CPI. Pelo que me consta, temos uma função, enquanto parlamentares, de buscar todo respaldo junto à estrutura administrativa da Casa, às decisões políticas. Com relação ao funcionamento de uma CPI, sobre a possibilidade ou não do comparecimento de um depoente à Comissão, cabendo a decisão técnica à Comissão e a decisão administrativa, à Presidência da Casa.

Então, é impossível, na medida em que recebemos esse tratamento da não-aceitação do requerimento, não oficializar o fato de terem-nos colocado numa situação difícil, inclusive junto à Sr^a Edna Rolland, que, ontem, telefonou-nos insistentemente para saber sobre a sua vinda, quando tivemos que lhe dizer não seria possível.

Nesse sentido, não temos condição de fazer funcionar essa CPI, já que o seu objetivo hoje seria realmente o depoimento. Assim, estaremos procurando os Presidentes de ambas as Casas e gostaria de estender esse convite também a cada um dos membros da Comissão. Passo, então, a palavra ao Relator e ao Plenário.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Gostaria apenas de ratificar as palavras da eminente Presidente, registrando a nossa estranheza, porque existem várias outras CPI mistas em pleno funcionamento e, se não nos for dado condições de continuidade dos nossos trabalhos, certamente essa atividade, que é atribuição específica do Congresso Nacional, ficará frustrada.

Iremos, portanto, com a Presidente, Deputada Benedita da Silva, fazer gestões junto às Presidências das duas Casas para que elucidem definitivamente esse impasse.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. MAGNO BACELAR — Sr^a Presidente, nobre Sr. Relator, é lamentável! A minha palavra soma-se à manifestação de V. Ex^{sa} em função de que, na realidade, temos visto uma sequência de comissões criadas e que não chegam a funcionar. Tenho cinco convocações para às 10h, o que é inteiramente impossível e acho que merecia um estudo mais sério dos Presidentes de ambas as Casas para que não caíamos no descrédito e não tenhamos queixas contra a imprensa, que denuncia os fatos com justa razão.

De forma que deixo aqui a minha solidariedade e estou pronto a corroborar o protesto e as reclamações da nobre Presidente e do nobre Relator.

A SRA. LÚCIA BRAGA — Sr^a Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros da Comissão, também quero me juntar nessa atitude de solidariedade em relação a esse fato, que causa estranheza, espécie, porque isso vem sendo uma constante. Faço parte de outra Comissão mista, que investiga o sistema habitacional, onde sinto que também há dificuldades. Vários requerimentos da Presidente da Comissão não são deferidos, impossibilitando a Comissão de viabilizar os seus contatos.

Gostaria, por conseguinte, de me aliar a V. Ex^{sa} na busca de soluções para essa situação, que realmente fere todos os princípios desta Casa, deste Parlamento, numa hora em que buscamos investigar as causas de um problema tão grave como o da esterilização em massa das mulheres brasileiras. Todos estamos empenhados realmente nesse trabalho e aqui encontramos um impasse como este pela frente.

Quero me colocar à disposição da Sr^a Presidente e do Sr. Relator para que busquemos realmente uma solução para o problema. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Tendo em vista essa constatação, mais uma vez quero convidá-los a ir agora falar com o Presidente do Senado e, depois, com o Presidente da Câmara.

Antes de terminar, gostaria de convocar outra reunião para quinta-feira, dia 7 de maio, às 9h30min

Está encerrada a reunião de hoje.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 593, de 1991-CN, destinada a "investigar a crise na Universidade Brasileira".

17ª Reunião, realizada em 30 de abril de 1992

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 10h 30 min., na Sala nº 4 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Garibaldi Alves Filho, Esperidião Amin, Alfredo Campos, Lavoisier Maia e Elcio Alvares e os Senhores Deputados Eraldo Tinoco, Murilo Rezende, João Faustino, Raul Pont, Henrique Eduardo Alves, Pulino Cícero e Iberê Ferreira, reuniu-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "Investigar a Crise na Universidade Brasileira". De acordo com o preceito regimental a Presidência declara aberto os trabalhos. Em seguida, convidou o depoente Professor Cristóvam Buarque para tomar assento à mesa e em seguida Procede-se o juramento. Não havendo número regimental a Presidência deixa de proceder a eleição do Vice-Presidente constante do item 1 da pauta, ficando adiado o processo de votação para a próxima reunião. O Presidente concede a palavra ao depoente para fazer a sua explanação sobre o atual quadro vivido pelas Universidades. Em seguida convida o Professor Diógenes da Cunha Lima a tomar assento à mesa e prestar o juramento. Prestado o juramento, a Presidência comunica aos presentes que tão logo seja encerrado o depoimento do depoente, será facultada a palavra para a fase de interpelações aos depoentes, e concede a palavra ao Professor Diógenes da Cunha Lima para fazer o seu depoimento. O depoente faz um balanço dos principais pontos que julga ser a crise vivida pelas universidades, apresenta dados que no seu entender justifica o seu ponto de vista. Citou como exemplos principais, a crise econômico-financeira, a mais grave, falta de motivação e a falta de pessoal qualificado. Terminada a exposição do depoente, a Presidência faz alguns comentários sobre os depoimentos prestados e passa a palavra ao Relator para fazer os seus questionamentos. Com a palavra o relator faz alguns comentários sobre os depoimentos dos depoentes, faz algumas perguntas aos Professores Cristóvam Buarque e Diógenes da Cunha Lima, que respondem a todas as indagações. A seguir os depoentes foram interrogados pelos Senhores Deputados João Faustino, Raul Pont, Henrique Eduardo Alves e Iberê Ferreira. Satisfeitas as respostas, a Presidência comunica que não há interpelantes inscrito e passa a fazer as suas considerações finais, agradecendo as contribuições prestadas pelos depoentes aos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente convoca reunião a realizar-se no dia 7 de maio do corrente, às 10 horas, com a finalidade de ouvir depoimentos do Professor Florestan Fernandes — Docente da Universidade de São Paulo e do Professor Jacques Velloso — Docente da Universidade de Brasília e declara encerrado os trabalhos e, para constar eu, Joaquim Baldoino de Barros Neto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da 1ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 593, de 1991-CN, destinada a "Investigar a crise na Universidade Brasileira", com a finalidade de ouvir depoimentos dos professores Cristóvam Buarque e Diógenes da Cunha Lima.

ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — que vai à publicação, com autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Deputado Eraldo Tinoco

Relator: Senador João Calmon

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Está aberta a reunião. Convoco para ter assento à mesa o Professor Cristóvam Buarque, ex-Reitor da Universidade de Brasília, e o Professor Diógenes da Cunha Lima, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Daremos, inicialmente, a palavra ao Professor Cristóvam Buarque, para o seu depoimento de 20 minutos. Logo em seguida, ouviremos o depoimento do Professor Diógenes da Cunha Lima, por igual período. Encontram-se, desde já, abertas as inscrições para as inquirições que os Srs. Parlamentares desejarem fazer.

Peço ao Professor Cristóvam Buarque que proceda ao juramento de praxe e que o assine depois.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Passo a palavra ao Professor Cristóvam Buarque para o seu depoimento.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — Creio que o principal, embora o juramento se refira à verdade que devemos dizer, é jurar o que se escreve. Deixo escrito um depoimento, que — sugiro seja acrescentado ao juramento — juro ser verdade, de acordo com a maneira como encaro o problema da universidade brasileira.

Começo, cumprindo meu juramento, dizendo que a expressão “crise da universidade” deve ser reanalisada. Fico extremamente satisfeito em ver que há uma comissão parlamentar analisando a universidade. Por duas razões: primeiro, porque mostra a seriedade com que o Congresso trata o problema da universidade, dando-lhe *status* de merecer uma investigação; em segundo, porque retira de dentro da universidade o tema “crise universitária”. A crise da universidade não é um assunto que deva ser estudado apenas pela universidade; deve ser estudado por toda a comunidade nacional.

O primeiro ponto — creio — que deve ser analisado é o significado da crise da universidade. Escolhi como documento — não o lerei por ser muito longo — o que chamei de “Um Pequeno Dicionário da Crise Universitária Brasileira” ou um “Pequeno Dicionário da Polêmica Universitária”. Tomei cerca de 50 verbetes, analisando minha posição sobre cada um deles.

Leio, em ordem alfabética, embora esteja apresentado não em ordem alfabética, como nos dicionários tradicionais, mas a partir da importância. Começa com a palavra crise.

Analiso, por exemplo, o problema da administração da universidade, da aposentadoria dos professores, do assembleísmo, da falta de auto-estima, da definição de autonomia, do que significa crise da autoridade, do problema das bolsas de estudo, da crise em si, da relação com a cultura, da dedicação ao ensino, do conceito de democracia na universidade, do desafio que a universidade deve enfrentar, do significado de diversidade universitária, de como tratar do problema da

eleição de reitores, do elitismo — que é um tema extremamente discutido —, do empreguismo na universidade — tem sido um dos temas mais discutidos nesta Comissão —, do que é o ensino superior, da estabilidade funcional do professor, do trabalho de extensão universitária, sobre o problema da gratuidade, das greves, da hierarquia, da história da crise, da indissolubilidade ensino/pesquisa/extensão, do isolamento que a universidade vive em relação ao mundo e do mundo em relação à sociedade, da isonomia, da legitimidade da universidade, da relação da universidade com o mercado, da missão da universidade, dos movimentos docentes, discentes e de funcionários, do horário noturno, do problema do número de professores, do papel da universidade na sociedade, do problema da paridade dos três segmentos da universidade influenciando nas suas decisões, do partidarismo dentro da universidade, da pesquisa, do conceito de universidade pública, da sua qualidade, dos rituais universitários, do papel social da universidade, do que é uma universidade para a crise — proposta que fazemos na segunda parte do nosso trabalho —, e, finalmente, do vestibular. Li em ordem alfabética, mas, na apresentação, os tópicos estão dispostos seguindo uma ordem que considere mais apropriada.

Na outra parte do depoimento, para não ficar apenas na análise, apresento uma sugestão à Comissão, apontando uma proposta de universidade para o Brasil nas próximas décadas, não nos próximos meses. Analisei qual é a transição, a universidade como instrumento de soberania, qual deve ser a reforma no método, na estrutura; como ela deve se integrar na sociedade; como devemos educar a universidade, quais as amarras que impedem as mudanças; quais são as mudanças, as atividades, o que é uma universidade tridimensional, que é aquilo que a gente vem tentando aplicar na UnB; como integrar a universidade; qual a metodologia, a avaliação e uma proposta, inclusive, de como se fazer a eleição de dirigentes. Pois bem, esse é o documento. E está escrito com a verdade que penso, embora, obviamente, não penso que seja a verdade da realidade, porque a realidade não é necessariamente o que pensamos. Mas propomos coisas e temos que ter modéstia para isso.

Como resumo, incluí algumas páginas no começo, que não vou ler, mas gostaria de considerar o seguinte: primeiro, fala-se muito, Srs. Senadores e Srs. Deputados, que a manifestação da crise na universidade aparece por causa da perda de qualidade dos alunos de hoje. Eu me formei há aproximadamente 20 anos — nos anos 60, em Engenharia — e é impossível que um estudante de engenharia, hoje, saiba menos do que aquilo que aprendi na universidade. É impossível! Não tive um professor em dedicação exclusiva, não tive biblioteca, não tive uma revista de engenharia em português, na época, e os livros eram poucos, tínhamos que estudar em inglês e me lembro de alguns livros em italiano e francês, línguas das quais não sabíamos nada! Eu não tinha um professor em dedicação exclusiva. Não havia um professor com pós-graduação! os senhores podem dizer que estudei em Recife e que, em São Paulo, talvez fosse diferente. Não acredito que fosse muito diferente!

Entretanto, é óbvio que, hoje, um estudante sai em crise o que não acontece comigo na universidade! Por quê? Onde está o sintoma da crise? Não pode ser na qualidade, quando se mede a quantidade de conhecimento que um aluno de hoje obtém. E o que eu disse para o meu curso de engenharia, diria para a economia, que quase não existia na época, que é a minha segunda carreira. Diria para a medicina inclusive.

Refiro-me à média; é possível que algumas universidades da época fossem melhores do que muitas de hoje. Mas, na média, não pode ser pior a quantidade de conhecimentos que se adquire na universidade. Entretanto, a crise é uma realidade! Mas de onde vem a crise? Para mim, o que se perdeu na universidade entre 30 anos atrás e hoje não foi em termos de qualidade, não foi a quantidade de conhecimento que se recebe, mas a sintonia desse conhecimento com as exigências do momento no qual o aluno sai. Eu me formei em engenharia há quase 30 anos, sabendo muito pouco, comparado ao engenheiro de hoje, mas saí sintonizado com o esforço de industrialização do Nordeste. Saí sintonizado com a proposta de desenvolvimento para o Brasil; saí com o objetivo de colaborar para construir um País novo. Hoje, o aluno sai sabendo mais engenharia, mas não sai com um projeto para o qual trabalhar. Ele não sai sintonizado com um projeto de nação. Essa é, a meu ver, a verdadeira crise universitária. O fato de termos uma instituição que perdeu sintonia com o conjunto.

Agora, vamos analisar porque se perdeu sintonia, onde está “a culpa” e como resolver isso!

A grande culpada não é a universidade, embora ela seja também culpada; a grande culpada é a sociedade brasileira, é o País, é a humanidade, se quiserem ir mais longe, que deixou de ter um projeto hegemônico para oferecer à sociedade, inclusive a universidade. A universidade perdeu sintonia não só porque ela se afastou do projeto, mas porque o projeto desapareceu. A verdade é que aquela idéia de que o desenvolvimento construiria uma utopia e que o nosso papel de universitário era fazer parte, gerando conhecimento que construiria a utopia, essa utopia morreu. Ninguém mais acredita que o crescimento em si vai fazer utopia. Ninguém acredita em si que ser engenheiro mecânico vai acabar com a fome do Nordeste, como a minha geração acreditou. Não por ser engenheiro mecânico, mas por ser um profissional de nível superior.

Então, a sociedade brasileira perdeu o rumo! E quando uma sociedade perde o rumo, ela força a perda de rumo para todas as instituições dentro dela. Acho que, se formos olhar bem, a universidade está até menos fora de sintonia do que muitas outras. Acho que o ex-SNI perdeu muito mais sintonia do que a universidade a partir da perda daquele modelo autoritário concentrador. Acho que o INSS hoje está menos sintonizado, pela perplexidade geral do que fazer com aposentadorias, com crises financeiras e tudo. Acho que a Igreja Católica, com o maior respeito, está meio fora de sintonia, quando vemos as igrejas protestantes crescendo, quando vemos perplexidade por diversos valores novos na moral.

Há uma perda de sintonia de todas as instituições! Com o maior respeito, não há qualquer instituição mais importante, fundamental, decisiva para o futuro do Brasil do que o Congresso Nacional. E devemos perceber que esse momento de aprendizado, inclusive, faz com que haja falta de sintonia entre a agenda do povo, a agenda da Nação e a agenda de cada um de nós, inclusive do Congresso. Então, há uma perda de sintonia, mas não por culpa da universidade, que tem uma grande parcela da culpa e da responsabilidade. Por quê? Porque a universidade é uma das poucas instituições que podem usufruir da falta de um projeto nacional. Ela pode usufruir, porque pode ter como seu objetivo a ajuda no encontro de um projeto nacional.

Nesse ponto, creio que, mantinha as diferenças, há uma semelhança com o Congresso Nacional. Somos diferentes do SNI, somos diferentes do INSS, somos diferentes de uma

quantidade de instituições, cujo papel é cumprir uma função para realizar o projeto nacional. Nós — universidade, Congresso e algumas outras instituições — temos também o papel de encontrar um projeto. Não de executar! Executar é um problema do Congresso e do Poder Executivo. A Universidade não é uma instituição política e não se deve pretender ser uma instituição política. Mas, formular o conhecimento de um novo projeto nacional, sim, a universidade pode ajudar. E aí vem a culpa da universidade! Lamentavelmente! A universidade não está tentando se aproveitar da crise nacional para dizer: “estou aqui para ajudar a formular um proposta nacional”! A universidade assumiu-se estar em crise, em vez de assumir-se ser para a crise! E creio que o primeiro passo para retirar a universidade da crise atual é a universidade dizer: “não estou apenas em crise; sou para a crise. Existo para formular alternativas que criem um sabor de nível superior que ajude a encontrar um caminho diferente para o País”!

Vejam que muitas das universidades, na sua história, têm cumprido esse papel. Outras não; e têm sido destruídas por isso! Se olharmos bem, a universidade mais tradicional, embora não a mais antiga, que é a Sorbonne, deixou de existir durante uns cinco anos, depois da Revolução Francesa, porque ficou fora de sintonia. Ela existia para formar os filhos dos aristocratas, para formar os dogmáticos. E a Revolução Francesa cortou a cabeça dos aristocratas; não tinha mais aristocrata para ir à universidade. E ela não soube se situar em ser uma universidade para formar outro tipo de sociedade. Que fez a Revolução Francesa? Fechou! Não servia para nada, porque ela não soube se sintonizar. Já outras universidades souberam se sintonizar. Sintonizaram-se num projeto novo de sociedade, ou num intervalo entre um projeto e outro sintonizar-se na própria crise; sintonizar-se nas dificuldades de um projeto nacional.

Como creio que a crise brasileira vai durar provavelmente algumas décadas, não no crescimento, no emprego, que são alguns detalhes importantes, mas a crise de uma proposta de nação diferente, a reinvenção do Brasil vai durar algumas décadas — não estou falando em consertar o Brasil que está aí! Isso é até possível, durante algum tempo. Mas não a reinvenção dele! Não um Brasil que vai ficar com um salário mínimo de Cr\$280 mil, em vez de Cr\$250 mil, que dá para comprar mensalmente dois pães a mais por dia para cada família de cinco! Não! Isso é um consertozinho! Lamento que muitos de nós estejam gastando tanto tempo em lutar para que o salário mínimo suba de Cr\$250 mil para Cr\$280 mil, quando a solução dos problemas dos que ganham o salário mínimo não vai chegar, ainda que este seja Cr\$500 mil cruzeiros.

Vai chegar através da educação para todos que tenham salário baixo ou alto, alimentação para todos que tenham salário alto ou baixo, saúde para todos que tenham salário alto ou baixo então, o conserto de elevar o salário mínimo para Cr\$280 mil, Cr\$300 mil etc., esse pode haver. Mas a reivindicação de um Brasil diferente vai levar algumas décadas.

E são nessas décadas que eu gostaria de ver a universidade situada, tendo o papel de ser uma universidade para a crise. Obviamente, não nego que precisa recursos para que a universidade cumpra esse papel, mas não creio que o primeiro problema da universidade seja recurso! O primeiro problema da universidade é ideológico; é uma idéia de universidade! Sem dinheiro, essa idéia não será executada, mas, só com dinheiro, também não será. Vou mais longe: muito dinheiro

sem uma proposta nova de universidade pode ser perigosa, porque a universidade vai pensar que não há crise no País.

É preciso que a universidade descubra pelo menos que há crise no País. Quando digo universidade, quero fazer a maior ressalva em respeito a milhares de colegas, companheiros, estudantes, funcionários, professores, até eu próprio, que tenho a honra de ser professor universitário, é a minha profissão, a minha opção pessoal, e estou falando aqui como professor universitário e, portanto, sinto isso. Mas a instituição em si ainda não percebeu que o seu maior problema não é a falta de recursos, mas sim a falta de uma idéia de universidade. E que, depois da idéia, é preciso recurso para que ela não morra. Obviamente, é um processo dialético; se demonstrarmos muito sem recursos, ela morre antes de ter a idéia, mas não podemos discutir só recursos; temos que discutir uma idéia de universidade. E é sobre isso que coloco a segunda parte do meu documento.

Qual é uma proposta de universidade que poderia ter sintonia? Primeiro ponto: Quero insistir que o problema da universidade não é aumentar número de alunos hoje. O Brasil tem um dos menores números de alunos universitários por habitante do País. Um dos menores do mundo. Mas o Brasil tem o maior índice, a maior proporção de estudante universitário em relação a estudante do Segundo Grau. As pessoas esquecem isso! A cada cinco alunos do segundo grau, temos dois na universidade. Nenhum país do mundo tem essa proporção, porque, em outros países, muitos alunos que entram no primeiro grau chegam ao final do segundo grau. Então, a pirâmide sem uma forma até o fim do segundo grau; depois ela se transforma na universidade. Aí, o número de universitários é grande. Não podemos querer mudar a pirâmide no topo. A isonomia tem que começar pelas bases. Esse é outro dos temas que no Brasil tanto se discute: a isonomia pelo topo, esquecendo a isonomia básica. A isonomia básica, neste País, é todo mundo ter uma escola boa, de qualidade para todo mundo; é ter saúde para todos, é ter comida para todo mundo e depois se discutirá a isonomia no topo. Pois bem, a isonomia educacional não pode começar por todo aluno que termina o Segundo Grau entrando na universidade, mas todo aluno entrando na primeira série do I Grau, terminando a última do II Grau e depois, com isso, automaticamente, o número de universitários vai aumentar.

Então, o primeiro passo para mudar a universidade não é aumentar o número de alunos. O segundo passo não fazê-la paga.

A idéia de universidade paga é mais uma das armadilhas a meu ver muitos propõem sem perceber — da elite brasileira para manter a universidade propriedade sua: enquanto, vejam bem, a universidade só servia para uns poucos, mas servia conforme um projeto de Nação elitista, ninguém falava em cobrar a universidade, agora que vem uma democracia, que se começa a pensar em um outro País, que se começa a discutir em cima de bases para que muitos cheguem à universidade, começamos a falar em que ela seja paga.

O que gostaria de propor como discussão desta Comissão não é quem paga a universidade, mas quem se beneficia dela. Se o beneficiário da universidade forem os alunos, acho que ela deva ser paga, mas, aí vamos ser coerentes, vamos pagar integralmente, não vamos criar a mentira de pagar 10% e o Estado dar 90% e dizer que ela é paga e, portanto, o aluno é dono dela. Vamos cobrar 100%.

Os 100%, hoje, significam cinco mil dólares em média; no curso de Medicina isso dobra ou triplica. Quantos podem

pagar cinco mil dólares por ano para ter dois ou três filhos na universidade? Então o número de alunos já vai reduzir, não vamos ter 400 mil alunos, vamos baixar para 200 mil e, quando baixarmos, o preço sobe para 10 mil dólares e não mais cinco mil. Quando chegar a 10 mil dólares, o número de alunos cai, já são 50 mil. Ao chegarmos nos 50 mil alunos, o custo será de 20 mil dólares. Aí eu recomendo mandar seus filhos estudarem no exterior — como era no começo do século, porque o número de alunos era pequeno.

Então, vamos ser coerentes. Não é possível utilizar a mentira dizendo: “Vamos cobrar. Custa cinco mil dólares; o aluno paga 500 dólares e o Governo dá 4.500. Essa é a mentira e com uma finalidade: a partir daí, a universidade é privada, e aí o médico não irá estudar cólera, porque com a cólera ele não receberá o seu investimento de volta, pois quem tem cólera não pode pagar médico. Assim, o aluno vai estudar cirurgia plástica para rejuvenecer madames. Ele não vai estudar como evitar que os dentes caiam, mas estudará ortodontia para corrigir o dente tanto ou mal implantado.

Esta é uma das razões pelas quais — acho, em nome da justiça — se quer privatizar a universidade.

Vejam, na África do Sul, a universidade era grátis, agora que acabou o *apartheid*, quer que ela seja paga. Por quê? Porque sem o *apartheid*, os negreos vão poder frequentar a universidade, e então só há uma maneira de impedi-los: é fazê-la paga. Continuarão entrando negros, mas serão pouco, porque a maioria ainda é pobre. Com isso dessa universidade passa a ser paga; é justo que ela seja paga, mas os livros de história vão continuar dizendo que os brancos são maiores, mais competentes e mais inteligentes que os negros, pois são os brancos que pagam.

O papel da universidade pública na África do Sul agora não é fazê-la paga, é fazê-la trabalhar para a maioria do país, incluindo os negros que lá vivem. E isso, muitas vezes, esquecemos. Mas a esquerda, que defende a gratuidade, esquece também que mantê-la grátis apenas tendo como privilegiados os alunos, é melhor fechá-la e mandar as pessoas estudarem no exterior. Para que seja grátis é preciso que ela tenha um papel com o País.

E o que é a universidade ter um papel com o País? Volto a insistir: quero discutir quem se beneficia, antes de discutir quem paga; e quero que os beneficiários da universidade sejam os 150 milhões de brasileiros, e vou mais longe, quero que os beneficiários da universidade brasileira sejam os cinco bilhões de habitantes do mundo hoje e os futuros bilhões que venham a existir. E isso através de quê? Através de uma universidade capaz de gerar saber de qualidade para toda a humanidade. Mas como se faz isso num País pobre como o Brasil?

Faz-se de uma maneira muito simples. Há dois tipos de conhecimentos na universidade, um que chamaria de estético: as ciências puras, as artes, a filosofia e as letras. Essas áreas não têm compromisso com o Brasil, nem com o agora. Essas áreas têm compromisso com a humanidade e com o futuro. O filósofo não tem que ter compromisso com a fome, mas com o saber. O cientista idem. O artista o literato também.

Agora, há outras áreas do conhecimento: Engenharia, Medicina, Direito, Economia, Nutrição, cujo compromisso não é com a Humanidade nem com o futuro; é com este País e com o agora. E se este País escolheu o caminho da democracia, este País significa a maioria.

Então, essas áreas têm que ter um tratamento diferente. As áreas estéticas têm que ter um único compromisso, que

é com a qualidade. Qualidade significa ineditismo, em gerar um saber novo para o mundo. Quem quer estudar São Tomás de Aquino deve ter o mesmo privilégio de quem quer estudar a fome. Mas temos que inventar alguma coisa sobre São Tomás de Aquino que ninguém disse e que seja coerente com o juramento e que seja verdade. Tem que gerar saber de qualidade. A avaliação nas áreas estéticas tem que se dar a nível internacional, ou então não se faz, deixa-se que lá fora se descubra as coisas, porque já que é um compromisso com a humanidade, não há por que avaliar com os padrões brasileiros.

Agora, as áreas tecnológicas têm que dar respostas para o Brasil aqui e agora. O engenheiro tem que fazer aquilo que se precisa para resolver os problemas das grandes massas do País. O problema do Brasil é fazer um automóvel que não pareça com uma carroça, ou transportar 150 milhões de habitantes a um preço compatível com os seus salários? Fico com a solução da segunda proposição.

O papel de um nutricionista é resolver o problema dos gordos ricos, ou dos pobres magros? Fico com a segunda.

O problema dos médicos de pele é fazer com que os carecas tenham de volta seus cabelos ou evitar os problemas de queimaduras? Fico com a segunda opção.

E aí é preciso exigir qualidade, mas também compromisso com os problemas deste País.

Como se faz isso? Primeiro, com uma rígida avaliação. E a universidade a tem desprezado. A universidade é em parte culpada de não haver isso. Falo com a tranquilidade de quem é de uma universidade que tem um centro de avaliação que seus professores, em que os alunos também avaliam os seus professores e que hoje tem um sistema de avaliação que se espalha por todo o Brasil. Lamento que na hora em que foi criado não tenha se aceitado chamá-lo de Auditoria Acadêmica.

Não entendo como uma universidade tenha uma auditoria financeira, que é meio, e não tenha uma auditoria acadêmica, para avaliar o que é a sua finalidade. Mas não importa o nome. É um centro de avaliação, mas é muito pouco. A avaliação não pode, inclusive, ficar restrita à universidade. A avaliação o da universidade tem que ser feita pelo conjunto da sociedade brasileira, através de instituições superiores que possam analisá-la. Claro que há problema da liberdade acadêmica! Claro que há o problema de como se avaliar alguém cujo trabalho leva 20 anos para ficar maduro! Claro que há esses problemas. Por isso a comunidade deve participar.

Então, o primeiro passo é avaliação. Mas o segundo é uma radical mudança no currículo dos cursos das áreas técnicas. Lamentavelmente, grande parte dos cursos das áreas técnicas estão trabalhando hoje como se não houvesse começado um processo democrático no Brasil.

É como se na África do Sul as universidades continuassem organizadas como se não houvesse sido eliminado o **apartheid**. É como se na Rússia as universidades continuassem organizadas como se ainda não existisse mercado. Não pode ser assim! Tem que haver mudanças no conteúdo dos cursos de Medicina. Tem que haver mudanças no conteúdo dos cursos de Engenharia, de Nutrição, ao menos nas universidades públicas. Quanto às particulares, muito bem! Elas são feitas para formar pessoas para o mercado. Então o pai do aluno paga pela universidade em vez de comprar ouro ou investir na bolsa. É um investimento como outro qualquer, que não vai resolver os problemas do Brasil, mas que permitirá que

a universidade seja mais uma escada social neste País de elitismo.

Mas a universidade pública não pode ser uma escada social dos indivíduos apenas, embora também isso. Ela tem que ser, acima de escada social, um instrumento de construção de um mundo mais belo e melhor. Mais belo nas áreas estéticas: Ciências, Artes, Filosofia e Letras. E melhor nas áreas tecnológicas. Esse é o desafio.

Qual a proposta de estrutura que temos, além da mudança do curso e da avaliação?

A universidade prisioneira dos departamentos, não conhece a realidade do mundo. O estudante de Medicina não conhece a coléra, pois ela é um problema de saneamento, de economia, de urbanismo. O estudante de Engenharia não conhece nada de transporte, que é um problema de urbanização, de economia, de sociologia, de psicologia social. A fome não entra na universidade, pois ela não é um tema da Nutrição. A Nutrição estuda a nutrição, não a fome, que é problema de História, Geografia, Economia, de distribuição de renda. Então, precisamos ter uma estrutura multidisciplinar na universidade. A UnB montou-a. E hoje se espalha pelas universidades do Brasil o que chamamos de matriz: qualidade na área departamental e compromisso no que chamamos núcleos temáticos.

O núcleo da fome, o núcleo da saúde, o núcleo da economia o núcleo do Brasil, o núcleo da América Latina, o núcleo da Ásia são organizações por tema e não por categoria do conhecimento e não por área do conhecimento. E para que a universidade dê um salto, já que estamos entre um paradigma e outro, já que vamos viver um período de insegurança e falta de rumo, tem que permear a universidade o humanismo. Não serve um engenheiro que seja só engenheiro.

Li um artigo do Deputado Roberto Campos esta semana onde mesmo ele, que é um homem que rege e defende com muita coerência e competência o problema de mercado, citava Haijek, que é o economista mais liberal de todos, como um dos grandes mestres dele e que dizia: "Ninguém pode ser um bom economista se só for um economista. Por que se o economista quer trabalhar a realidade do mundo, como economista ele não entenderá nada, porque a realidade do mundo é diferente e é multidisciplinar.

Estabelecemos uma universidade multidisciplinar não só nos temas, mas também na promoção do humanismo ali dentro, através do que chamamos de núcleos culturais.

Finalmente, não basta ter essa universidade tridimensional que apresentamos num documento: é preciso integrar esse cubo da universidade tridimensional ao mundo. Uma universidade isolada do mundo pode funcionar quando o mundo vai muito bem, porque através da Engenharia se resolve os problemas de transportes e da construção, mas quando o mundo está mudando, não basta ter a engenharia. É preciso ligar a universidade à realidade.

Isso nós fizemos, estamos fazendo na UnB e em outras universidades do Brasil, através de um profundo e intenso trabalho de extensão. Não é extensão populista, como se coloca, é fazer com que o nosso aluno aprenda a realidade lá fora. Mas, em alguns casos, quando vemos a esquerda que está na universidade falar em populismo, temos que pensar duas vezes. Às vezes vejo que o radicalismo antipopulista chegou a tal ponto que existem pessoas que são capazes de verem outras se afogando e que não as tiram da água, porque é populismo salvar quem está se afogando.

Ensina-mos a pescar, em vez de darmos o peixe. Mas não podemos ensinar a nadar em vez de salvar o que está se afogando. E uma parte da população brasileira está-se afogando e a universidade tem responsabilidade de evitar isso. Como, por exemplo, uma integração profunda da universidade com o ensino básico. A universidade está alienada do ensino básico. Não é culpa apenas dela; é o salário professor que é baixo; mas esse salário vai continuar baixo por algum tempo. A universidade vai esperar que os salários subam ou vai inventar uma forma de se integrar no ensino básico? Existem formas.

Primeiro, ela pode, apesar dos baixos salários de professores, dar mais prioridade aos cursos de licenciatura do que aos de bacharelados. O que temos visto ao longo desses últimos vinte anos é o contrário. Temos poucos cursos para formar professores de Geografia; mas, para geógrafos, temos muitos. Temos poucos cursos para formar professores de Física e Matemática. Temos cursos para físicos e matemáticos. Isso tem que mudar!

Segundo, a universidade deve se integrar no processo do ensino básico com a proposta que temos, que essa não está implantada nem aprovada, ou seja ao invés de um vestibular que selecione — temos que continuar com o rígido processo de seleção — que a avaliação seja feita dentro do próprio ensino básico.

Não é comparar, num País de desigualdades como o Brasil, com os Estados Unidos as notas do Segundo Grau. Mas podemos aplicar provas no final do primeiro ano do 2º Grau, no final do segundo e do terceiro anos e tirar a média. Isso criaria já uma relação. Sem medo de que pareça — e vou explicar por que não parece — uma proposta feita há alguns meses atrás, dessas que o atual o Governo faz e esquece. Tem que colocar, de uma maneira mandatória, estudantes da universidade como professores do 2º Grau. Por que se impõe mandatoriamente uma disciplina chamada Estudos dos Problemas Brasileiros — EPB —, que está caindo de moda, mas não se pode fazer uma prática dos problemas brasileiros?

Por que não podemos ter como parte da formação do aluno dar aulas no 2º Grau? Não falo isso como pagamento da universidade. Porque se ele sentir que está pagando a universidade, já não fará isso. Se está pagando é o dono e sendo dono não vai querer fazer isso.

O Brasil não perderia muito se prolongássemos para cinco anos, ao invés de quatro, muitos dos cursos universitários de hoje. Nesse quinto ano o aluno participaria do 2º Grau como professor. O Brasil precisa hoje de, pelo menos, um milhão de novos professores. E não existe esse um milhão, prontos para lecionar, na hora em que formos contratar. Teremos que usar, de forma emergencial, pessoas que estão em condições de dar aulas no 2º Grau. O Brasil não pode e fazer, por exemplo, o que fez Cuba, fechar a universidade para alfabetizar e resolver o ensino básico. Seria um suicídio da ciência e da tecnologia brasileira. Temos que combinar as duas coisas.

O terceiro papel da universidade no ensino básico seria um instrumento...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Lamento informar que o seu tempo já se esgotou. Concederei a V. Sª mais 5 minutos, para concluir.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — O que precisamos além disso? Que a universidade seja um instrumento de treinamento dos professores do 2º Grau. Se a universidade for esse

instrumento, conseguiremos dar um salto razoável. As amarras que impedem isso são internas e externas. Externas, porque a universidade continua sendo vista lá fora apenas como escada social e não como instrumento de transformação. Por isso, a idéia de pagar, dentro da justiça; se é uma escala social, tem que ser paga.

O mais grave são as profundas amarras internas na universidade, que analiso no documento. Uma delas, precisamos ter a tranquilidade de afirmar, é o corporativismo que existe em toda a sociedade brasileira e também na universidade. A universidade se olha mais para dentro. Eu diria que a universidade é a menos corporativa, talvez, das instituições, porque ainda olha para fora, como objeto de estudo. Mas ainda é muito corporativa e isso irá dificultar as mudanças.

Creio que devemos mudar de fora para dentro e não apenas de dentro para fora. E esta Comissão tem um papel. Srs. Deputados e Senadores, já participei até como colaborador em algumas Comissões Parlamentares de inquérito no Congresso. Lamentavelmente, o excelente papel que essas Comissões fazem, na maioria dos casos, se limita a analisar como inquérito a crise. Já é um grande papel, mas creio que nesse caso aqui deveríamos buscar mais além de analisar a crise, um papel propositivo das transformações que a universidade precisa fazer. Não é que o Congresso imagine isso apenas numa comissão e tente impor à universidade. Mas daqui pode sair uma idéia da necessidade de uma reforma universitária profunda neste País. Não apenas aumentar as verbas, os salários, nem pequenos arranjos. Não! Uma profunda reforma universitária de como deve ser uma universidade num período de transição para uma sociedade democrática que vamos construir.

Daqui pode sair primeiro, a necessidade da reforma universitária; segundo, daqui pode sair eu não diria a proposta da reforma, mas o caminho que devemos seguir para criar um grupo neste País, obviamente acima de partidos, de instituições e que pense essa reforma universitária.

O documento que deixo é uma pequena contribuição, em que faço a recomendação de que esta Comissão, no seu relatório, avance no alerta a este País de que é preciso uma profunda reforma na universidade brasileira. E dei a minha contribuição pessoal nesse "Dicionário Pessoal dos Verbetes da Polêmica Universitária", sugerindo quais deveriam ser os rumos dessa reforma.

Não tenho a menor idéia se essa de fato será a melhor, porque o problema é muito complexo e muito mais gente precisa discuti-lo. Mas, pelo menos, é a minha contribuição pessoal, que dou com muito prazer, agradecendo o convite que recebi do Senador e do Deputado para estar aqui presente.

Finalmente, quero dizer que uma das provas de que universidade não vai tão mal é que todas essas análises e autocríticas eu as faço a partir de alguém de dentro, de alguém que fez a opção, de alguém que não quer ficar fora da universidade e acha que a universidade é uma das instituições, mais do que todas as outras, que está discutindo, e fora dela, as suas próprias crises.

Recentemente, para terminar, participei de um debate do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, onde estavam presentes todos os reitores, alguns ex-reitores, como eu, jornalistas. Debatíamos a crise universitária. Havia um jornalista furioso nas críticas. Eu faço críticas fortes, mas não furiosamente. Aceitei, inclusive, parte das críticas desse jornalista. Mas fiz-lhe uma proposta: que fizesse uma reunião de diretores de jornais e chamasse reitores para dizer o que pensa-

mos do jornal brasileiro hoje, o que pensamos da imprensa. Duvido que a imprensa chame pessoas de fora para discutir a crise do jornal. A universidade já está chamando pessoas de fora para discutir a sua crise. Eu fico satisfeito que o Congresso Nacional também esteja discutindo essa nossa crise, que, sendo a crise da universidade, é a crise do futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Agradeço ao Professor Cristóvam Buarque seu brilhante depoimento. Conforme a orientação dos trabalhos, vamos deixar as indagações para serem feitas ao final, após ouvirmos o depoimento do Professor Diógenes da Cunha Lima, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a quem peço, neste momento, para fazer a leitura e a assinatura do juramento.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sob quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco). — Oferecemos o mesmo período de tempo ao Professor Diógenes, 36 minutos, para que possa fazer as suas colocações. Comunico ao Plenário que também está à disposição, com o Secretário, a lista de inscrições.

Concedo a palavra ao Professor Diógenes da Cunha Lima.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Professores.

Registro a minha alegria e honra de participar desses trabalhos, dando o depoimento de uma vida dedicada à educação superior, a minha experiência. Registro também a minha responsabilidade de falar depois do mestre Cristóvam Buarque, que sabe das coisas, e perante pessoas tão qualificadas quanto as que integram a Comissão.

Dividi a minha exposição, que será breve, até para não repetir muitas coisas que o mestre Cristóvam Buarque já apresentou, e com as quais concordo integralmente em quatro partes: se valeu a pena; o que é a universidade, o nosso sistema universitário, uma apresentação do que vejo, razões dessa crise da universidade brasileira; uma experiência, coisa rápida que tivemos; e, afinal, possíveis sugestões.

O primeiro passo é indagar se a jovem universidade brasileira, a menina com menos de setenta anos. Muito nova, inventada a partir da junção de universidades, se valeu a pena o seu esforço e a sua experiência a cada um de nós. Seria a primeira grande indagação, que não temos muita condição de responder, mas temos, quase por intuição, que dizer o que pensamos; uma reflexão sobre isso.

Somos 920 instituições de ensino superior. Destas, 10%, 94 são nominalmente universidades. Um milhão e meio de estudantes de nível superior, atuando em todos os Estados brasileiros, vários pelos Estados maiores, pelos Estados grandes, pelo menos um em cada Estado. Valeu a pena esse esforço, esse trabalho, o dispêndio, o custo da Nação, notadamente, nas 36 universidades federais? Cinqüenta por cento de pós-graduados *stricto sensu*; doutorado e mestrado, cerca de 50% hoje em dia. Discute-se muito — e, aí, recomeça a reflexão — sobre a relação docente-aluno. As universidades alemãs que visitei, quando na Presidência do Conselho de Reitores, enfatizavam e davam grande importância à sua rela-

ção de 20 por 1, enquanto que nós, nas federais, temos 7 por 1.

Mas nós sabemos que todas essas estatísticas têm que ser olhadas sob o ângulo real. No caso das universidades brasileiras, há uma série de atividades que não estão, rigorosamente, dentro desse padrão. A mesma coisa que se repete do MEC, que mais de 50% do custo do MEC vai para as universidades federais e que só se tem 20% do alunado, mas não se observa, por exemplo, que compete à universidade manter hospitais e que estão incluídos nesse valor as aposentadorias, as pessoas inativas. Os centros odontológicos, os museus que a universidade mantém, as gráficas e os famigerados restaurantes universitários. Quantas coisas estão nesse meio para apresentar custos e relação?

Creio que a crise que existe sobre a universidade e que é antiga tem múltiplas facetas. Uma delas seria econômica-financeira, mas, para mim, a mais grave é uma crise de motivação. Há uma crise de pessoal qualificado. Para mim, há uma crise extraordinária de gestão e há, também, no sentido mais amplo, uma crise ética.

Quero dizer aos Srs. que muito me agrada comprovar e saber que a corrupção, como se fala por aí, não chegou dentro da universidade. A crise ética, talvez, é a falta de uma visão do Terceiro Milênio; o que se está procurando para o Terceiro Milênio. Qual é a destinação da universidade, para que serve e para que todo este enorme esforço nacional? A que se destina a formação de pessoal? Será apenas um elemento de ascensão, mobilidade vertical, das pessoas que nelas ingressam? Será a formação da cidadania, será a formação do homem integral? Para mim, são pouco claros os seus objetivos. É muito fácil dizer-se que a finalidade é de ensino ou pesquisa e extensão, mas a coisa parece misturada, difícil, um ambiente nublado para se saber, realmente, a que serve, a que se destina e o que está fazendo?

Muitas vezes, parece-me um problema ético; é que grupos pretendem transformar a universidade num outro tipo de instituição. Professores, alunos, funcionários que vão lá para votar e serem votados; para discutir problemas salariais; para fazer greve; para promover algumas promoções culturais, ou seja, é um nítido papel de sindicato. Será a universidade apenas um sindicato, com as características específicas disto? Será que resolvendo um problema que já foi bem exposto, jogar dinheiro na universidade resolve? Parece-me que, quando o organismo está distorcido e se joga muito dinheiro, aumenta a distorção.

Paralelamente, a universidade está sendo tratada a pão e água e mais água do que pão mas, paralelamente ao problema, há que repensar, refazer, estabelecer objetivos muito claros, estabelecer as formas de liderança compatível com a necessidade do momento atual e da região, do local, onde está inserida a universidade.

Parece-me que há muitos fatos que são inegáveis. Nós não temos um processo de avaliação completo para dizer se valeu a pena. Oitenta por cento da pesquisa nacional está dentro da universidade — olhem que é um dado muito sério —, mas se ela é pequena, se nas publicações científicas nós, ainda, não atingimos o nível desejado, já é um dado importante para se refletir; tem formado somente todo o professorado do ensino médio ao longo do tempo do Primeiro e Segundo Graus, além do seu próprio pessoal — forma profissionais de várias áreas: políticos, líderes, líderes deste País.

Então, quero crer que o País irá para onde for a sua universidade. Quero, no mínimo, crer que o destino do País está ligado ao destino da sua elite pensante, porque a universidade é formadora de uma elite pensante, não num outro sentido, mas naquele que usa a cabeça, os instrumentos da produção do conhecimento para fazer crescer o homem e torná-lo mais feliz, ser socialmente útil.

Eu creio que a universidade é a principal responsável pela produção do saber neste País.

Pensem os Srs. o que representaria cada Estado nosso sem a sua universidade correspondente, sem as suas instituições universitárias — o que seria? Impensável no dia de hoje. A modificação que houve, notadamente nas regiões pobres, na minha região, o Nordeste, como o Norte e o Centro-Oeste — o que representa? E observem que a concentração das universidades é no Centro-Sul, mas, a partir daí, modificou-se muito a vida daqueles Estados. A extensão universitária, eu diria que nasceu na Universidade do Rio Grande do Norte com o Reitor Onofre Lopes, o Grutac, que deu nascimento a muitos outros projetos como o Rondon e outros que não me recordo bem. É como a extensão universitária: um ano como professor, depois de formado, para atender a demanda do Segundo Grau. Esta é uma proposição antiga e creio que não é do seu conhecimento — a do Grutac, no Rio Grande do Norte, da época do então Ministro da Educação, Sr. Senador Jarbas Passarinho.

As coisas graves que vejo na universidade: primeiro, os seus objetivos não são muito claros. A meu ver este é um grave problema porque é impossível viver numa instituição, atingir a eficácia e eficiência sem saber-se quais são os seus defeitos. Como ela funciona. Ao meu ver, a gestão universitária — que, agora mesmo, na Universidade do Rio Grande do Norte, com o apoio da OUI, da Universidade de Quebec deve estar sendo discutida e é o terceiro seminário de gestão universitária — é um problema realmente grave para mim.

No meu entender, uma das coisas mais incríveis é que passamos do chamado autotitarismo para a ausência autoridade. Então, a coisa, de tal maneira, degingolou e houve, ao meu ver, uns critérios rigorosamente antidemocráticos.

Por exemplo, a formação desses colegiados heterogêneos e a chamada paridade. O que é isso? Para mim, a experiência é um desastre. Colocou-se, na mesma sala dos colegiados superiores da universidade, professores, alunos e funcionários em condições paritárias. Significa dizer: obriga funcionários e estudantes a decidirem sobre fatos que não conhecem; a decidirem sobre o que não sabem. O meu motorista, eleito, veio discutir política de pós-graduação na universidade. Não que não mereça, considero um rapaz simpático e inteligente, mas recuso-me a discutir com ele. No processo da democratização que se instaurou, estabeleceu-me essa estranha coisa de funcionários que serviam de apoio e de estudantes como agentes de informação para decidirem os altos destinos da universidade.

Para mim é absolutamente estranho, desusado, diferente — devo levar pedras se disser isto de fora mas tenho coragem, jurei e devo dizer aquilo que penso. Isto é, rigorosamente, como penso. Sei que fere interesses de muitos que, a pretexto de inovar a universidade, de ampliar e melhorar a democracia, tem atitudes rigorosamente anti democráticas e, masi ainda: nesta diluição de responsabilidade. Quem é responsável por isso? O colegiado, significa ninguém. O reitor, cuja palavra não tem mais o mesmo sentido, muitos já não podem usar aquele nome bonito de magnífico, já perdeu o direito de utili-

zá-lo, porque magnífico para mim é Shakespeare, é Groethe é Oscar Niemeyer, é Villa Lobos, mas, regente, aquele que rege, o reitor, já não é mais. Ele serve, na maioria dos casos, para presidir solenidades, para vir de pires na mão pedir ao ministro algum recurso para diminuir a crise financeira da sua universidade; e mais ainda, para assinar como gestor do dinheiro quando, de fato, ele já não é mais gestor do dinheiro que foi passado para todos os departamentos, cada departamento decide o seu papel e o seu destino.

Essa coisa de eleição chegou a tal ponto que eu posso dar dois exemplos concretos da minha universidade, é sobre o reitor que me substituiu, logo depois. Havia um prefeito do campus, que é o homem encarregado de fazer a administração do campus, e foi chamado pelo reitor, pois havia um buraco enorme na sala de aula para fechar. E o reitor falou. “É um absurdo, os estudantes estão perdendo aula”. Então, ele disse — “O Sr. fale com jeito comigo porque eu fui eleito. Eu vou pensar, ou vou convocar o meu pessoal para examinar”. Houve a criação de um colegiado lá para saber se se tapava ou não o buraco.

Esses fatos se repetem com muita frequência dentro da burocracia extrema, que para mim, é outro elemento, eutra falha da universidade. Em uma universidade ou outra é possível que haja menos burocracia. O que eu sei é que se pede a coisa mais simples, por força de lei, a transferência de um estudante que vem por determinação de uma função... na Universidade de Brasília... um Deputado que chega aqui, que tem o direito da indissolubilidade do casamento, mas a universidade vai examinar aquilo ali através dos seus canais burocráticos... e o tempo passa e não se resolve aquilo ali. Isso é em todas as universidades.

Esse critério de gestão, muitas vezes, com todas essas eleições, estabelece, muitas vezes, que o mais astucioso seja eleito em vez do mais competente, e, para mim, o único critério da universidade é o da competência. Não pode haver aquela jogada de fazer média com o estudante, quando o professor pretende ser eleito. Não há como se pensar em uma universidade gerida por funcionários. Seria quase que os funcionários reivindicar em participar, aqui, da elaboração das leis dentro do Congresso. São funcionários para dar apoio; não são eleitos pelo povo para esta função como docentes que sabem que sabem das finalidades reais da universidade. O resto é apoio, e o outro é formação. E é um desrespeito, a meu ver, aos alunos exigir deles que decidam sobre o que eles não sabem, como expulsar os funcionários.

O descomprometimento da universidade é outro defeito, eu diria com a Federação. A Universidade da Paraíba pode e deve estar estudando, porque é universal, os problemas da China, mas antes desses estudos, a meu ver, que estude a Paraíba, o Nordeste, para depois o País aos problemas universais. Isso, a meu ver, é um compromisso que não tem com o momento, porque a universidade há que ser dinâmica; muitas vezes ela tende a se estratificar e não sair daquele posicionamento parado.

A universidade, historicamente, foi e é preservação cultural. A universidade deve ser, reter e ter o acervo básico do saber, do conhecimento.

Há que guardar, há que ter. A universidade tem falhado muito na falta de promoção da preservação cultural de importância. Há deficiência de produção, de revista, sem falar dos laboratórios, da biblioteca, porque estes são um desastre. A situação da universidade brasileira, salvo exceções como a

UnB, a USP e a Unicamp, que já têm bibliotecas de respeito, na maioria das vezes é um desastre!

Há falta de auto-avaliação, na maioria das universidades, com os seus alunos, os seus cursos e na universidade como instituição.

O divórcio da universidade/empresa. Há uma desconfiança mútua da empresa para com a universidade e da universidade para com a empresa. Não sei como mudar. Tentei algumas vezes, mas é uma coisa tremenda a desconfiança mútua do empresário, das empresas para com a universidade e da universidade para com as empresas, o divórcio entre uma universidade e outra. Os centros de excelência, que eles melhora em cada universidade; não estão a serviço das demais; estão a serviço interno. Fecham-se e a colaboração é mínima de uma com as outras. Quando, às vezes, vai começar a colaborar é de cima para baixo. A que sabe mais tem maior sede, vem numa posição de importância que torna intolerável a aproximação da que está nascente.

Há ociosidade de professores, de instalações e de equipamentos. É impressionante a falta de avaliação dessa ociosidade. Também porque não há cobrança, por exemplo, da assiduidade do professor, das coisas mais elementares que não carecem de verbas para melhorar.

Da análise do estudante, da competência, do domínio do assunto, do conhecimento.

A autonomia. Conferir autonomia sem dinheiro é um desastre para a universidade. Há que se meditar muito sobre esse aspecto e se confere autonomia para a universidade viver sozinha, mas ela não vive.

V. Ex^{as} conhecem muito bem os problemas das universidades. Mas resumo dizendo que ela há que se aperfeiçoar, melhorar, ver com maior clareza os seus objetivos para saber onde atingir; se não sabe qual é a meta, qual é o fim, fica difícil, dentro deste quadro, chegar lá.

Na administração da escassez há muitas coisas, como esta, que se pode fazer, às vezes, com pequenas experiências na união, no trabalho conjunto, no esforço.

Creio que nós tivemos uma experiência na Universidade do Rio Grande do Norte muito bonita e até a Câmara, sobre a Presidência, à época, do Deputado Paulino Silva, prestou uma homenagem à universidade do Rio Grande do Norte nos seus 25 anos, homenagem bonita, porque a Universidade estava conquistando alguns pontos curiosos e diferentes e até com essa dificuldade porque era a administração da escassez. Era a dificuldade da administração.

Mas dois projetos chamaram a atenção — não vou cansar nem tentar repetir o óbvio — porque, simplesmente, foram vitoriosos: um chamado Memória e o outro chamado Vanguarda. O projeto Memória tinha maior amplitude para ver se colocava a universidade na preservação cultural. E houve um trabalho de motivação na universidade inteira para ela trabalhar: professores, alunos e funcionários. E começou a trabalhar nesse projeto. Mas, ao resultado concreto, eu quero lembrar alguns itens: fez-se, por exemplo, na TV Universitária uma documentação sobre as matrizes do pensamento das personalidades locais e dos que nos visitavam.

Então, temos um acervo, hoje de mais de cem pessoas, com as matrizes, contendo pensamentos dessas pessoas. Luiz da Câmara Cascudo deu duas horas de depoimento para a TV, dizendo o que ele pensava; Djalma Marinho contou a história da sua vida; Dinarte Mariz, no plano local ou um artista como Oriano de Almeida. Mas aqueles que se destacaram em uma atividade, que têm uma contribuição a dar, vamos

registrar e repassar para ver como se fazia; os visitantes como Oscar Niemeyer ou um D. Helder Câmara. Muitos registram.

Esse foi o primeiro trabalho que se chamou Memória Viva, depois foi transmitido nacionalmente em um outro programa na TVE.

Um outro lado: começou-se uma Escola de Música. Vamos registrar a música que se fez no Rio Grande do Norte, que se diz lá um Estado musical: eram 1.200 partituras eruditas, populares, folclóricas que foram registradas.

Passou a ser o acervo da Escola. Trinta e um **long plays** foram publicados, de música local, pela seleção da escola e que serve ao acervo da escola.

Em outro setor de música havia um professor que tinha a maior coleção brasileira de discos em 78 rotações. Ele entende, dedicou a sua vida nisso embora seja professor de medicina. O registro em fita do Professor Graço Barbalho, dos anos, creio, de 28 a 53, de toda a Música Popular Brasileira. Um exemplo dos estudos dele: A Segunda Guerra Mundial vista à luz da Música Popular Brasileira. Estudo interessantíssimo, porque todo o tempo da Guerra, desde os primórdios até a vitória, está registrado pela Música Popular Brasileira. Estudo interessantíssimo!

Um outro item: no Nordeste, todo mundo sabe o cordel. A maior coleção brasileira estava na casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Porque é o Jornal, é a filosofia local, é o pensamento do nordestino. A universidade partiu para registrar 10 mil. Hoje já está bem mais, mas dez mil folhetos de cordel passaram a integrar a sua coleção para estudos. Essa experiência foi realmente interessante.

Teses dos professores que não se publicavam, não chegavam ao conhecimento, não se podia publicar os trabalhos deles. Dir-se-á que muitos não tinham valor científico necessário, mas era o que se produz; em latim "Para sed minha". Pode ser ruim, mas é aquilo que é meu. Foram 400 publicados, no mimeógrafo, em pequena edição de 50, 100, 200 mas existiu. Isso foi uma experiência que deu certo.

Apoio: Federação das Indústrias, Federação do Comércio, institutos vários, Governo do Estado, prefeitura, qualquer organismo que pudesse participar e quando havia interesse comum com a Fundação Joaquim Nabuco ou outros organismos que estudava aqui no Senado, na Câmara, o pedido onde podia ser. Em outras palavras: participação com outras universidades para estudos comuns.

Este acervo existe, funciona e em muitas outras áreas foram feitos. É o Projeto Memória funcionando. Ao lado desse, partimos para outro, que era o projeto Vanguarda.

As coisas tendem a se mobilizar, a se estagnar, a morrer. Uma universidade tem que ser dinâmica e estar para frente, verificar a produção do conhecimento que envelhece. Então, em todos os setores havia uma busca neste sentido. E desde a música experimental dos jovens até alguns avanços de física, do estudo interno ou de combustível sólido, porque Natal é o local em que foi realizada nessa busca do Projeto Vanguarda.

Ainda no Plano de Conselho dos Reitores, a coisa mais simples é que nos falta dinheiro, mas começou-se a fazer a união por computadores, através da informática, das bibliotecas para estas ficarem à disposição das nossas universidades.

Creio que não há outro caminho que não o de unir os centros, que é produção, é o saber, o registro dos livros de todas as universidades.

Para mim, como sugestões: repensar e órgãos colegiados diretivos da universidade do grau maior serem feitos por professores. Esta é uma proposição.

São dez pequenas proposições que, creio dentro do pensamento ainda no nosso Cristóvam Buarque, a Câmara e o Senado podem dar uma contribuição diretiva não só de investigar a crise, mas passar para frente na orientação que lhes cabe como condutoras do Poder Legislativo.

Que hajam órgãos coletivos também para os seus funcionários e estudantes no seu âmbito, o que deve ser considerado pelos órgãos superiores de professores: estimulados valorizados para o estudo da melhoria, eficiência e eficácia.

Eleição direta a ser examinada. Esses aspectos que eram considerados conquistas, para mim há que ser repensado pois o que se conhece é que há professores em outros setores.

Programas que se destinam a evitar a ociosidade pessoal, de instalações, de equipamentos, de possibilidades de união-empresa, união entre as universidades.

Entendo mais que essa união, essa participação social da universidade há que ser com os órgãos públicos, todos há que servir. A universidade desconfia dos órgãos públicos federais, estaduais, municipais, e há uma desconfiança também inversa, como há com a empresa. A universidade há que se integrar e há que servir aos órgãos públicos, porque são de interesse público. Há que se destinar a isso.

A universidade também deve ser pluralista e não sectária, valorizando todas as formas da filosofia e não a uma única corrente ideológica, único filósofo eleito para presidir com as suas múltiplas tendências o pensamento. Há que aceitar, terá que ser receptiva. A universidade há que ser receptiva a todas as idéias, a todas as correntes do pensamento.

A avaliação deve ser feita aos alunos, do aluno para o professor, há que avaliar o professor, os cursos, a instituição, e o critério — o Prof. Itamar sugeriu — de valorização, de promoção e de pagamento pela produção acadêmica. Não há dúvida. A autonomia com recursos, não a universidade tratada apenas mais com água do que com pão.

Um programa de preservação cultural de sua memória que seja permanente, até porque ela terá os subsídios, os elementos necessários a ter um valor endógeno, interno, **ad intra**. Ela tem que ser preservadora dos bens culturais, de como foi desde as suas origens. Mas, ao lado disso, a obsolescência do saber exige um processo, não digo um projeto, de vanguarda; a obsolescência do saber notadamente na ciência. Sabemos que o saber nas artes se perpetua; ninguém pode modificar um quadro de Salvador Dali, ele é aquilo e terminou. Mas a ciência, hoje, não é amanhã, sobretudo o que é tecnologia. Então, a obsolescência do saber científico e tecnológico exige a vanguarda, exige uma perspectiva.

Há, por fim, que se dar autonomia à universidade, absoluta para que ela possa gerir os seus caminhos, dizer os seus caminhos. E ainda, há que estudar uma ética para o futuro. A universidade deve-se voltar para essa visão.

Creio que V. Ex.^a sabe que vale a pena, e concluo lembrando a sugestão do poeta: "A alma da universidade não é pequena".

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Prof. Diógenes da Cunha Lima.

Passamos, imediatamente, ao período das indagações. Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador João Calmon, para os seus questionamentos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, eu pediria licença, pela primeira vez, para uma inversão da ordem que temos seguido, dando preferência às perguntas dos nobres Parlamentares, inclusive alguns Senadores como eu, porque nós temos a obrigação de estar, dentro de pouco tempo, no plenário para votar a Lei do Salário Mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Pois não. Sugestão aceita. Pela lista de inscrições, concedo a palavra ao nobre Deputado João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, indiscutivelmente, esta Comissão vive hoje um dos seus grandes momentos. Não me refiro à quantidade, mas à qualidade dos depoimentos que acabamos de ouvir.

O depoimento do Prof. Cristóvam Buarque redefine, no meu entendimento, uma postura filosófica conceitual para a universidade brasileira. E, sem dúvida o seu depoimento dará raízes a esta Comissão substância, conteúdo, para que propostas novas possam ser formuladas pelo Poder Legislativo brasileiro em função das mudanças que desejamos ver nas universidades brasileiras.

O depoimento do Prof. Diógenes da Cunha Lima, repleto de dados, traduzindo uma experiência rica, pragmática, na vida administrativa, pedagógica, da universidade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que se registre a magnitude deste dia da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quando esta CPI foi constituída a universidade brasileira vivia, talvez — como vive hoje — um dos momentos mais críticos da sua história, paralizada há mais de 60 dias, professores enfrentando a realidade do subemprego a administração central da educação nacional indiferente às dificuldades, aos problemas e ao esvaziamento da instituição universitária do País.

Enfrentávamos, portanto, uma crise administrativa, financeira, pedagógica e, além de tudo isso, agravando tudo isso, tomava o Governo a iniciativa de encaminhar para o Congresso, ou pelo menos anunciar o encaminhamento ao Congresso Nacional, de uma mensagem cujo objetivo sintetizava claramente a intenção privacionista da universidade do nosso País.

Diante dessa complexidade, o Congresso Nacional tomou a iniciativa de criar esta CPI, para que aqui dentro fosse constituído um fórum próprio, capaz de discutir, e não apenas discutir, mas preservar a instituição universitária brasileira, principalmente a universidade pública. E esta CPI tem procurado se desincumbir desta missão, debatendo, discutindo, ouvindo depoimentos daqueles que têm compromissos com o ensino superior brasileiro, que têm responsabilidade para com a educação do País, e que desejam, ao participar dos trabalhos da comissão, oferecer uma contribuição que, no meu entendimento, será histórica para a universidade brasileira.

Gostaria de fazer algumas indagações, dizendo mais: que nós, que aqui estamos, entendemos que a crise brasileira, tão propalada, tão discutida, tão analisada, só terá sinais de alento se começarmos a resolver preliminarmente o problema da universidade e do ensino superior. Porque se avanços em alguns segmentos, na área dos transplantes, da arquitetura, da comunicação, da tecnologia de ponta, se avançamos em todos esses setores, todos esses avanços nasceram dentro da nossa universidade, dentro do ensino superior, dentro da universidade pública, dentro dos grandes centros de saber. Exatamente por entender isso, e desta forma, é que pensamos que

só poderemos resolver o problema do País, a crise brasileira, se começarmos a resolver a crise da universidade brasileira.

É dentro dessa linha que gostaria de dirigir duas perguntas, uma ao Professor Cristóvam Buarque, uma outra ao Professor Diógenes da Cunha.

Sem dúvida nenhuma, no depoimento do Professor Cristóvam Buarque, analisou-se o aspecto elitista da universidade pública brasileira, a falta de sintonia dos seus propósitos, dos seus objetivos com o País, numa complexidade nacional. É uma universidade que tem a democracia dos hábitos, mas não tem a democracia dos resultados.

Perguntaria ao Professor Buarque: como, que idéias, que contribuição se poderia dar a esta Comissão, no sentido de se apresentar mecanismos que possam reduzir o elitismo da universidade pública? V. S^a, que dirigiu com tanto brilhantismo a UnB, e que sabe que lá a universidade tem os alunos do Lago, muito mais do que os alunos de Taguatinga, Planaltina ou Guará. Talvez seja o maior pátio de estacionamento de veículos de Brasília. Como, que mecanismo ou que experiência se pôde viver dentro da UnB, para que a universidade, que é paradigma, que é exemplo pudesse realmente democratizar seus hábitos?

A segunda pergunta dirigiria ao Professor Diógenes da Cunha Lima.

O seu pronunciamento, o seu depoimento, analisou com muita propriedade as deformações da universidade pública. Com a sua democracia excessiva, com o seu assebleísmo, enfim, com a complexidade da sua administração, com a burocratização que impede a concretização dessa sintonia de que nos falou, com tanta propriedade, o Professor Cristóvam Buarque.

Perguntaria ao Professor Diógenes, também, como, que idéias poderíamos trazer para esta Comissão que objetivassem a redução da complexidade administrativa e da burocratização da universidade, visando à sua sintonia com a sociedade brasileira em crise.

Essa a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Muito obrigado.

Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Professor Cristóvam Buarque, para responder à indagação feita.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — Primeiro, quero agradecer a pergunta ao Deputado, dizer que fico satisfeito de recebê-la, não só pelo respeito que tenho por S. Ex^a, e sentir-me merecedor da pergunta, mas pelo tema.

A primeira coisa, Deputado, e é isso que procuro neste documento — é redefinir as palavras. Veja bem o problema público, privado e estatal, numa sociedade democrática, não deve haver espaço para instituição que não seja pública. Agora, há duas maneiras de uma instituição cumprir o compromisso público: umas, nas mãos do Estado, e outras, nas mãos dos setores privados, todas duas são públicas. Uma empresa privada que faz remédio para resolver problemas da saúde, tem um papel público. Então, a universidade tem que ser pública. Mesmo a estatal, que não é hoje pública, porque é estatal, mas não é pública, e também as particulares, pelo compromisso que elas devem assumir.

A segunda é a palavra “elitismo”. Veja bem: é óbvio que a universidade é elitista, mas não por causa do estacionamento dos carros, o estacionamento dos carros é um problema do elitismo, da sociedade inteira. Nas lojas de brinquedos só entra rico, nas sorveterias só entra rico, nos hospitais bons

só entram ricos. Nas escolas boas — são particulares na maior parte — só entram ricos, isso é o elitismo da sociedade, mas a universidade também é elitista. Não porque as pessoas que entram lá têm carro, mas porque as pessoas saem de lá para trabalhar para quem tem carro.

O que faz uma universidade elitista não é a roupa de quem entra, mas a cabeça de quem sai. É menos elitista um filho de rico que entra na universidade e estuda para resolver o problema do cólera do que um filho de pobre que entra na universidade para fazer cirurgia plástica para ficar rico.

Primeiro entendimento do elitismo: elitismo não é o tipo de aluno que entra, é o tipo do profissional que sai e para quem ele trabalha. E aí vamos ver como se muda. Se ele entra numa universidade pública, estatal e grátis, ele tem que trabalhar para as massas. O que é trabalhar para as massas? Nas áreas das ciências, das artes da filosofia, as massas é o mundo inteiro. Volto a insistir. Estou totalmente de acordo com o meu colega Diógenes de que as massas internacionais são melhores servidas por um profissional se estuda o local, mas não porque é local, mas porque através disso ele dá uma colaboração internacional maior.

Quem quiser estudar São Tomás de Aquino, aqui, tem que ter espaço. Mas ele vai dar uma contribuição internacional maior se ele estudar um filósofo local. Um dos exemplos, é Câmara Cascudo. Se Câmara Cascudo tivesse estudado os mitos gregos, talvez não tivesse dado a mesma contribuição, mas mereceria estudar, se ele quisesse estudar isso.

Então, nessas áreas estéticas, o único compromisso para não ser elitista é ter uma rígida avaliação. O seu trabalho tem que trazer algo de ineditismo para o mundo internacional, para o pensamento mundial.

Agora, nas áreas técnicas temos que mudar o currículo, para que ele estude os problemas das massas brasileiras, porque se nós queremos o sistema democrático, os médicos não podem resolver os problemas de saúde apenas dos ricos, têm que resolver os de todos.

Como é que se resolve isso? Há que mudar o currículo.

O currículo dos cursos de Nutrição, volto a insistir. é feito para solucionar o desejo de emagrecimento dos gordos e não para resolver o problema da desnutrição.

Há áreas em que não se pode trabalhar separadamente o que afeta ricos e pobres. A cirurgia plástica, mesmo, estuda tanto o rejuvenescimento como a correção dos defeitos.

Mas temos que procurar ter um currículo mais adaptado à realidade, e, aí, acho que os núcleos temáticos ajudariam, porque se trariam os problemas reais para dentro da universidade. Esta é a mudança: mudança na estrutura, mudança no currículo. Segundo, a relação com a sociedade inteira. Como é que se faz isso? Através das extensões, da incorporação da universidade ao programa de educação de base e através, sobretudo, do ensino à distância.

A universidade tem que ter não uma relação de quinze alunos por professor, mas de duzentos, trezentos alunos por professor. Mas não na sala de aula.

Na sala de aula isso não pode ocorrer. Não se pode ensinar um estudante de Medicina com duzentos alunos assistindo a uma cirurgia ou a um parto. Há que se ensinar a dois de cada vez.

Agora, pode-se ter o ensino à distância. Não para formar médicos, mas para ensinar a História do Brasil, o que é a inflação, o que é a democracia, a geografia do mundo, através dos jornais, das televisões. Chama-se a isso ensino à distância.

A universidade brasileira poderia ter dois, três milhões de alunos sem aumentar o número de pessoas ali dentro.

A outra coisa, para acabar com o elitismo, é a relação com a sociedade. E, aí, tomando o que disse o Diógenes, a universidade pode se relacionar com o setor privado. E vou apresentar uma proposta que está aqui escrita.

Vincular a universidade ao mercado, como propõe o Ministro Goldemberg, é correto, se se disser qual o mercado. O dos ricos apenas não interessa; mas o mercado de todos, sim. Então, a universidade tem que atingir o mercado de todos.

Como é que se faz isso? Definindo-se metas. O Governo quer duzentos médicos que trabalhem no problema de epidemias. A universidade forma os duzentos médicos e damos o dinheiro. Pode até não ser por universidade, podem ser grandes pacotes das universidades brasileiras.

Queremos engenheiros que entendam de saneamento, e não de grandes represas. Queremos duzentos engenheiros, no próximo ano, que entendam de saneamento; queremos trezentos licenciados em Geografia. O Governo pode definir a meta, mantendo-se a autonomia de como vai ser o curso.

A autonomia do tipo pode acontecer, mas destino profissional não precisa ser autônomo. A sociedade é que define que profissional quer! Como fazer não deve definir, porque em como fazer se intervir, vai fazê-lo, provavelmente, errado. É melhor dar autonomia para que cada um faça.

Depois, há o relacionamento com as empresas. Há uma maneira boa de se promover o relacionamento com as empresas.

Jogar as universidades nas mãos das empresas é uma tragédia, porque elas trabalham para hoje, e não para o futuro. Nenhum empresário é louco de trabalhar para o mercado de daqui a vinte anos. Então ele vai produzir não remédios para a cólera, mas remédios para a calvície, para dar um exemplo.

Então, como é que se pode fazer?

Tenho uma proposta que coloco aqui. Por que o Estado, além dos recursos que dá à universidade, não diz: "Para cada cruzeiro que a universidade consiga do setor privado para trabalhos diretos em tecnologia, o Governo dá mais um"?

Se dissermos que a universidade deve se virar, ela vai ficar prisioneira do mercado; mas se disséssemos: "É bom ir para o mercado atual, mas vamos dar mais um cruzeiro, ou dois, ou três — não sei a proporção — para que vocês façam as coisas livremente". É outra maneira.

Então, vejam bem, citei as metas que podemos definir. Acabar o elitismo, na medida em que as metas forem comprometidas com as massas. Se não forem, ele não se acaba. Aí há o problema do elitismo fora, no Congresso e no Poder Executivo.

Segundo, a mudança do currículo das áreas técnicas, onde incluo, inclusive, Direito, Economia, Nutrição, Medicina, todas as profissões que buscam um mundo melhor, diferenciadas daquelas que buscam um mundo mais belo.

Terceiro, a rígida avaliação da qualidade de todos.

E só um detalhe, aí, citando o Diógenes: a Ciência não muda nos seus objetivos, muda no que ela aprende. As técnicas mudam no que elas aprendem e ensinam, mas não mudam nos objetivos. Algumas coisas que eram boas deixam de sê-lo, conforme o tipo de sociedade que queremos. Então, devemos analisar esses dois aspectos.

Finalmente, o ensino à distância. Criar dentro da universidade, forçar a universidade a se empolgar pela educação das

grandes massas. Não no ensino básico apenas, mas das grandes massas nacionais, através dos meios de comunicação, como algumas universidades fazem; antes que se façam universidades só para isso, como se está propondo no Distrito Federal. É até melhor que haja só para isso do que não haver; mas é melhor que as universidades à distância estejam dentro da universidade.

E, finalmente, a estrutura universitária, que proponho que se dê através dos núcleos temáticos, porque eles levam os problemas reais para dentro da universidade.

E, repito, para não deixar de colocar, exigir-se da universidade ser um instrumento de redefinição da crise linguística que o Brasil vive, do significado dos termos. Por isso, apresentei o meu dicionário pessoal.

Nas crises, temos a vantagem de ter dicionários pessoais. Nos momentos de paradigma, não existe lugar para a personalização dos dicionários. Vivemos um momento de crise; podemos nos dar ao luxo de inventar significados pessoais para as palavras, porque ninguém as está definindo bem. E esse é um papel, a meu ver, hoje, da universidade. E definir, sobretudo, Deputados, para concluir, o que significa a palavra "modernidade", que eu peço desculpas por não ter incluído no meu dicionário.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o professor Diógenes da Cunha Lima.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Creio que todos sabem que a burocracia tomou conta da universidade de uma maneira avassaladora.

Muitos sabem que a quantidade de processos judiciais promovidos contra a universidade é enorme, porque se vai estudar e se negam direitos, ainda que líquidos e certos.

Creio que todos sabem do sofrimento das aproximações de professores com a universidade, da mudança de estudantes. Isso ocorre em Brasília, onde se deve receber os filhos dos Parlamentares que se deslocam para cá com suas famílias.

Mas há também um problema grave que, repito, é de gestão.

Na hora em que tudo é colegiado, ninguém é responsável por nada, diretamente. Joga-se no colegiado e ele irá discutir, enviará para um relator, que examinará, que levantará três preliminares e, a partir daí, se começará a discutir e se eternizarão os problemas.

A meu ver, a universidade, a quem compete gerar conhecimentos, fazer descobertas, deverá fazer a sua análise e o seu programa de desburocratização. Um programa de desburocratização, de simplificação das suas decisões, para tornar — desculpem a palavra tão repetida — permeáveis, transparentes a universidade, que parece uma instituição ainda isolada do todo, que não participa da sociedade brasileira.

Agora, ela própria é que pode, internamente, se modificar. E, a meu ver, dentro daquela sugestão de se criar, o professor é que sabe qual é a finalidade da universidade, logo, ele é quem deve gerir a universidade, logo, ele é que deve gerir a universidade, com o apoio dos funcionários e tornando-a voltada para o estudante, que é centro da sua atividade. O centro da nossa preocupação é o estudante.

Muitas vezes se cuida de tudo na vida, menos do essencial. A universidade, deve se voltar para o estudante, mas as vezes ele passa a ser apenas um dos instrumentos para se atingir poder internamente na universidade, o que não é o desejável.

Mas, quero dizer, Sr. Deputado, que agradeço toda a presença e a beleza que é a constituição e o funcionamento

desta Comissão, que se deve, também, à presença do Deputado João Faustino, e dizer que acredito — é intuição — no ensino. A educação é como o petróleo, justifica qualquer investimento e dá lucro, por pior administrada que seja.

Investir na educação dá lucro, mesmo com toda a burocracia, mesmo com as falhas, com os erros que nós detectamos.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Raul Pinto, o inscrito seguinte.

Antes, entretanto, pergunto ao Deputado João Faustino se poderia nos prestar a gentileza de assumir a Presidência *ad hoc*, em função de um compromisso inadiável que tenho neste momento. Infelizmente, até agora esta Comissão não reuniu **quorum** para eleger o seu Vice-Presidente. Apesar de não termos tido, ainda, o **quorum** numérico, temos tido, graças a Deus, o **quorum** da qualidade e podemos dizer isso especialmente no dia hoje, com as brilhantes exposições que aqui ouvimos, sem dúvida alguma importantes para a nossa reflexão e para a composição do parecer do Relator, que, sabemos, vai incorporar todas essas opiniões tão válidas ao seu relatório, para tentarmos tirar a universidade da crise.

Também vejo o professor Cristóvão com esse horizonte. Há pouco tempo escrevia um artigo em que questionava exatamente esse problema do horizonte, de como as elites brasileiras encaram os seus problemas

Nós pensamos muito mais a respeito do hoje do que do futuro, e fiz aquela reflexão analisando alguns fatos específicos, como, por exemplo, a apreciação do Orçamento Público que ocorre nesta Casa.

Nós temos muito mais preocupação, e a própria imprensa, os próprios meios de comunicação e as próprias pessoas que se debruçam sobre o assunto, a respeito das questões imediatas, das questões até paroquiais, do que, por exemplo, de uma reflexão a respeito da destinação dos recursos setorialmente, a respeito, por exemplo, das questões plurianuais. Talvez este seja o único País no mundo em que o orçamento anual tem mais importância que os orçamentos plurianuais.

E nesta colocação que tivemos aqui no dia de hoje, tivemos e temos oportunidade exatamente de fazer essa reflexão dentro do horizonte de que a universidade é uma instituição que não pode estar madura com a idade que ela tem, mas não pode também perder a sua perspectiva de uma instituição não apenas para o hoje, mas, acima de tudo, que possa transformar a sociedade e projetar para o futuro aquela sociedade que todos sonhamos e imaginamos. De sorte que o **quorum** da qualidade felizmente permanece nesta Comissão, o que nos anima, inclusive, a prosseguir no nosso calendário até o dia 21, convocando desde já reunião para o próximo dia 7, quando teremos o depoimento do Deputado Florestan Fernandes e do Professor Jacques Veloso.

Convido todos os integrantes para que aqui estejam e peço, de antemão, as minhas escusas tanto aos nobres depoentes, como aos integrantes da Comissão pela minha ausência eventual e involuntária a partir deste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Assumo com muita honra a Presidência dos trabalhos desta CPI, e passo a palavra ao ilustre Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT — Professor Diógenes, é com satisfação que o recebemos e temos a oportunidade de ouvi-lo

debater estes temas e que aprendemos um pouco mais sobre a universidade. Vou levantar alguns temas, para que outros Deputados possam ter a possibilidade de falar, e vou dirigir questões para os dois ex-reitores para ganharmos tempo.

Inicialmente, gostaria de dizer que me sinto sintonizado com o diagnóstico feito das origens da crise, que separa aquela visão de que a crise é da universidade ou de outras instituições. Digo isso porque vivi, como estudante, na década de 60, esse tipo de universidade que buscava uma sintonia com o projeto nacional, e que de certa forma ajudou a criar e a desenvolver um projeto com equívocos, problemas, mas que fazia disso um instrumento insubstituível no processo de formação dentro da escola em geral e não só da universidade. Então, quero parabenizar o professor pela capacidade de síntese e pelo brilhantismo com que colocou esse problema, que me parece que é central, o primeiro. Acho que sem resolvermos isso a universidade ou qualquer outra instituição permanece em crise.

Se analisarmos o que é hoje a indigência do debate teórico-político no Congresso Nacional, observaremos que é algo que mostra exatamente a fragilidade das estruturas partidárias, de projetos de médio e longo prazo que venham a possibilitar rumos não só para o País, mas para o conjunto das suas edições. Parece-me que a sua avaliação é, do meu ponto de vista, extremamente correta, feliz e muito precisa em relação a esse aspecto.

Em segundo lugar, gostaria de lançar alguns problemas, e ouvi-los. Um deles, já levantado pelo Deputado João Faustino, é sobre o ingresso na universidade. Tramita aqui na Comissão de Educação, e por isso a minha ansiedade em ouvi-los, um projeto que quer romper um pouco ou enfrenta este problema do ingresso na universidade pública no seu elitismo. Gostaria de saber dos senhores se partilham da idéia ou se conhecem algumas experiências ou se têm algum posicionamento, já em algumas universidades brasileiras, ou no Conselho de Reitores sobre um processo de ingresso com seleção econômica, no sentido de permitir àquelas famílias com menor renda, mediante comprovante do Imposto de Renda ou de patrimônio, enfim, os critérios do projeto são um pouco genéricos, superficiais, mas sabemos que em outros países existem experiências nesse sentido. No caso da França, alguns dos campos da Universidade de Paris tiveram e mantêm experiências nesse sentido, para enfrentar essa acusação de que a universidade é elitista. De antemão já digo que não concordo com o argumento fácil de que são os estacionamento, o número de carros, porque estudos feitos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na USP, o próprio diagnóstico, feito aqui pelo Reitor Lobo, na sua exposição, mostra que isso é muito mais manchete de jornal do que realidade. Portanto, não compartilho dessa visão simplista, de que é por este indicador que vamos saber se a universidade é ou não. Mas, a dúvida de que coloco é esta. Existe um projeto, vamos ter que nos posicionar sobre ele e gostaríamos de ter mais informações, mais dados sobre essa experiência.

Segundo aí é mais uma questão polêmica — o professor Diógenes da Cunha mostrou claramente a sua posição sobre a gestão democrática. Quero colocar o problema não só sob o ângulo da escola pública, porque, como foi dito aqui, temos em novecentas instituições, noventa e quatro universidades, trinta e seis são federais, mais algumas estaduais, onde os critérios são um pouco diferenciados. O que quero dizer é que a maioria esmagadora das universidades e do público universitário, hoje, está sob instituições privadas. Conheci

o problema inicialmente colocado sobre a necessidade do projeto, da mística como aluno, e conheci a realidade do estudante como professor em universidade particular na década de setenta e dos anos oitenta, onde sentimos o reflexo da ausência do projeto, da ausência da mística de um processo praticamente, de ausência de democracia na sociedade, do debate e assim por diante. Este não é o tema principal.

Mas a gestão democrática. Temos uma realidade que de um milhão e meio, temos quatrocentos ou um pouco menos de estudantes na escola pública. A grande maioria está sob o controle, a égide, a orientação de mantenedoras ou de simplesmente empresas educacionais. Fora do processo de escolha com maior ou menor participação da comunidade acadêmica, temos a alternativa da indicação pelo Presidente da República, ou pelo Governador, ou pelo dono. Qual a outra alternativa? O Professor Diógenes fez uma crítica bastante dura aos processos eletivos. Podemos substituir isso pelo quê? Não conheci processo eletivo. Formei-me em uma das universidades em que predominava o autoritarismo e predominava a indicação que nunca — ao menos dos que conheci — primou pela competência, mas primou pela amizade ao Presidente da República. A indicação pelo Presidente da República que, dos que conheço, nunca primou muito pela indicação de competência, ao menos da minha universidade. Depois como professor sofri e conheço durante anos a experiência da mantenedora, onde o Conselho Universitário é uma ficção, proque acima dele, todo poderoso, está a mantenedora, que é um ente que não se sabe bem o que é. É uma ordem religiosa? É um grupo de acionistas? Então, eu gostaria de ouvir qual seria a outra alternativa ao processo eletivo. Acho que podemos discutir processos paritários, maior ou menor participação, médias ponderadas, mas eu gostaria, principalmente, de ouvir o professor Diógenes, que também viveu uma experiência aqui na UnB, sobre como vamos encaminhar isso. Por fim, eu gostaria também de ouvir a opinião dos ex-reitores sobre o projeto de emenda constitucional que tramita aqui — os senhores devem ter conhecimento. Ele procura, ou ao menos promete, atender esta questão de ampliar a autonomia com recursos, como pede o Professor Diógenes, só que de uma forma que acho extremamente perigosa: quotas fixas, percentuais sobre um orçamento, que sabemos extremamente limitado, e com encargos — isto já está sendo mudado parcialmente pelo Relator, mas com os encargos dos inativos poderá se transformar muito mais numa armadilha do que numa autonomia financeira real.

Então, sei que em cinco minutos é difícil tratar desses temas, mas também temos um tempo limitado para pergunta, e faço uma só, de uma única vez.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Antes de passar a palavra ao professor Cristóvam Buarque, eu gostaria de dar uma explicação à Comissão: os Srs. Senadores estão sendo convocados agora a Plenário do Senado Federal para uma votação, por sinal polêmica, do salário mínimo. De forma que esperamos que antes do final da nossa reunião possamos ter o privilégio da participação dos Srs. Senadores neste debate.

Passo a palavra ao Professor Cristóvão Buarque.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — A minha resposta à pergunta do Deputado exige saber que postura, que visão, se tem da universidade: se a universidade é uma escada social para ajudar as pessoas a subirem na vida, acho que deve

facilitar para os pobres. Deve-se facilitar bem, abrir bem, para que os pobres entrem e lá subam na vida.

Mas se temos a idéia de que a universidade é uma instituição de serviço público, inclusive para as massas pobres, acho que não devemos facilitar a entrada de incompetentes, ricos ou pobres. Devemos exigir os mais competentes e dar os ensinamentos para que sejam médicos competentes e sirvam para o povo.

Eu fico com a segunda.

Agora, se a primeira é a opção está equivocada e iludindo as pessoas pelo seguinte: vamos supor que queiramos que as pessoas subam na carreira através da universidade. Eu pergunto: vamos deixar que entrem os analfabetos? Não, então aí se retira 4 milhões de crianças. Temos 31 milhões de crianças.

Vamos deixar que os analfabetos entrem? Não, então tira 4 milhões que nunca vão entrar numa escola.

Vamos deixar que entrem os que não terminam a 1ª série do 1º grau? Não, então aí tira 10 milhões. Já são 14 milhões.

Vamos deixar que entrem os que não terminam o 1º grau? Não, então tira mais 5 milhões.

Vamos deixar que entrem os que não terminam o secundário? Não, então tira mais 2 milhões.

Então, a democracia de facilitar só vai beneficiar 3 milhões dos 31 milhões do País. É um elitismo e não uma medida popular.

Desses 3 milhões, um e meio já entra. Então, nenhuma medida popular facilita.

Há outros exemplos? Há. Por exemplo, nos Estados Unidos para negros, latinos e mulheres.

Nos Estados Unidos quase todos terminam o 2º grau. Então, embora seja um privilégio, de qualquer maneira, é um privilégio a partir de uma totalidade e não de uma pequeníssima minoria de 3 milhões em 31 milhões.

E mesmo assim está sendo contestado, lá.

A solução não é reduzir as dificuldades para entrar na universidade, as soluções são duas: uma, aumentar o número de pessoas que terminam o 2º grau, fazer com que todos os brasileiros terminem o 2º grau; a isonomia básica, e dentro da isonomia entre os assalariados altos deste País, a isonomia básica deste País.

Segundo, exigir mudanças dentro da universidade, para aqueles que recebem formação sirvam a humanidade inteira, ao Brasil especialmente e às massas brasileiras pobres, se queremos uma sociedade democrática.

Então, a minha posição é essa.

Eu só quero dizer, antes de passar a outra questão, que essa idéia é mais um dos arranjos que viemos fazendo no Brasil, beneficiando sempre a minoria, dizendo que é em nome da maioria.

Lutamos por aposentadoria por tempo de serviço, em nome de que o povo brasileiro não chega à idade, mas só beneficiou quem pode provar que trabalhou 35 anos. Só a classe média conseguiu se beneficiar.

Agora estamos consertando a violência, colocando policiais de binóculos em prédios daqui de Brasília como uma grande coisa, ao invés de começar a acabar com a violência.

A Globo fez um programa maravilhoso sobre soluções para meninos de rua: pôr menino para trabalhar, coisa que a Europa já deixou de fazer há 100 anos. Aqui é um avanço pôr criança na fábrica, que de fato é melhor do que na rua mas é um arranjo.

Devemos fazer com que todos terminem o segundo grau e, enquanto não faz isso, exigir que a universidade mude o seu compromisso, mas não a sua responsabilidade com a qualidade. E se com essa qualidade são os ricos que entram, o que está errado é o ensino básico, não a universidade.

Outro ponto é sobre a autonomia.

Sou francamente favorável à autonomia. Obviamente tem que se garantir os recursos. Essa é outra luta. Agora, sacrificar a autonomia para não perder os recursos sou contra, precisa dar autonomia.

Agora, autonomia, não autismo. A universidade hoje é autista, ela não fala com o País, ela não fala com o povo. Tem que ser uma autonomia vinculada à sociedade, a partir de metas, de propostas, de compromissos com a sociedade. E finiza onde? Aqui e no Poder Executivo. Não se pode cortar esse laço.

E aí vem o problema da eleição.

Não queria me adiantar ao Diógenes, mas faço uma proposta: primeiro, a eleição ainda é importante, não para sempre. No dia em que o País souber para onde vai, e a universidade se sincronizar com isso, esse assunto de eleição de reitor vai ficar para o passado.

E quando a universidade tiver muita gente capaz de ser autor da universidade — autor no sentido de autoridade — qualquer um vai ser reitor.

Até proponho que no futuro seja sorteio: quem perder vira reitor. (Risos)

Por enquanto, tem que haver eleição. E o funcionário tem que participar. Não porque o funcionário vai escolher melhor, é porque exige que o reitor debata.

A eleição direta não escolhe reitor melhor. Falo com isenção de quem foi eleito diretamente. A eleição direta não escolhe reitor melhor nem pior, mas escolhe uma universidade melhor, porque obriga o candidato a reitor a debater sua proposta.

O que está errado hoje é que vejo eleições de reitor em que eles debatem se vai ter estacionamento ou não. Eles são candidatos a prefeito do campus e não a autor de uma universidade nova. Então, a eleição ainda deve continuar, mas não deve bastar-se na universidade. Aí, sim, rompo com o corporativismo. Qual a proposta que faço aqui? Para as federais, senão seria difícil.

V. Ex^{as} não debateram ontem, aqui no Senado, se o Rezek volta ao Supremo Tribunal Federal? Por que a universidade não elege uma pessoa e manda para que a Comissão de Educação da Câmara sabatine esse candidato e defina se essa pessoa merece ou não o cargo e a comunidade que eleja outro.

A responsabilidade de dizer que não serve é grande para a Comissão. Mas, por que não fazer isso? E fiscaliza, vê os compromissos, vê se a eleição foi fisiológica; ver, como disse o Diógenes, se o candidato a reitor apenas usou lábia junto aos funcionários ou é uma pessoa que tem capacidade de representar uma universidade.

Essa é uma idéia; ou transfere, até, se quiserem, para as Assembléias Legislativas, mas criando-se um fórum externo à universidade. Sou favorável a esse fórum. Não deve se bastar dentro da universidade, porque corremos o risco de, obviamente, haver fisiologismo.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Professor Diógenes da Cunha.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA — Eu diria que a universidade só pode enfrentar essa próxima ação unindo uma universidade à outra.

Se temos 95 universidades no País, elas têm que estar unidas, e até com as instituições de ensino superior na universidade, mas que têm valor.

Até agora, quando há essa união, as universidades somam mais defeitos do que virtudes. Entre elas somam-se mais defeitos que virtudes. Só se enfrenta o problema união com sociedade, através desse posicionamento.

Quanto ao elitismo, parece-me que há um consenso, Deputado, de que a universidade é formadora de uma elite intelectual. Quanto a qualidade, ou o elitismo, no sentido econômico-social, a universidade, é que pode gerir e criar a forma de estabelecê-los internamente. Creio que não há outro caminho para dar essa amplitude, principalmente tendo por base um único critério, que é o da competência, dentro daquilo que o nosso mestre Cristovam Buarque apresentou

Sobre a gestão universitária, há uma divergência de pensamento. Considero um desastre, uma coisa pouco moral, — desculpem a expressão — colocar-se em colegiado superior para decidir, paritariamente, em eleição direta, funcionários mal qualificados, sem conhecimento, que podem dirigir, gerir a universidade e a política de graduação, a política de pós-graduação, a política de pesquisa da universidade; estudantes que estão em formação, a pretexto de serem bonzinhos e democráticos.

Isto é antidemocrático, rigorosamente antidemocrático, porque fere a responsabilidade.

Para mim há um princípio básico, também, o de que só pode votar quem pode ser votado. Eticamente, para mim, seria isso. Se eu posso escolher o reitor, eu posso também ser escolhido reitor. O estudante, teoricamente, pode ser escolhido reitor. Os funcionários também podem ser escolhidos reitor, é teórico, senão seriam dois pesos e duas medidas: poder apenas votar.

Creio que decidir, colocar em órgão decisório da finalidade da universidade, funcionários que são pessoas de apoio, colocar também estudantes que estão em formação é atribuir uma responsabilidade que eles não podem assumir pela própria constituição, pela própria formação.

É uma distorção universitária no processo de gestão.

Claro que as suas preocupações, Deputado, parecem-me muito válidas na medida em que não temos um caminho. Partiu-se de um autoritarismo, de uma violência, de uma escolha que era semelhante à da União Soviética — as universidades que vi e que haviam nomeado há 4 anos e estavam pleiteando fazer lista quintupla. Na Universidade de Bonn, só os professores titulares escolhem um colegiado, como nos Estados Unidos, a maioria. O Brasil optou por essa fórmula híbrida, boazinha, demagógica, a meu ver, de estabelecer isso. Criou o termo democracia é participação; e democracia tem sempre o sinônimo de participação, mas para mim — me permita usar uma linguagem do meu mestre, Deputado Djalma Maranhão — seria o debate mais estéril do que o ventre de Sara, o debate do mestre Cristóvam Buarque com o estudante iniciante da universidade, eleito representante dos estudantes, sobre os altos destinos da pós-graduação ou da pesquisa na universidade.

Penso que a universidade não deve ser gerida dessa forma, deve ter o princípio de responsabilidade, porque democracia implica responsabilidade e quem sabe das finalidades são os professores. Esses, sim, estão e devem, teoricamente, estar

preparados para isso. O corpo de apoio deve dar apoio, deve ter o seu órgão próprio, que tenha audiência pelos outros colégios. Como eu disse aqui, um estudante deve ser o seu órgão próprio.

Quando na Presidência do Conselho de Reitores, fui advertido pelo MEC por estar recebendo a UNE, porque uma lei proibia ter contato. Fomos, muitas vezes, porta-voz dos estudantes. Nós os recebemos tantas vezes quantas fomos procurados, como a ANDES e a FASUBRA, que eram os órgãos representativos de funcionários e professores. Creio que o caminho lógico é o da audiência através da representação, não do corte. A situação ficou tão estranha que as idéias iam-se formando na cabeça das pessoas, com uma aceitação absoluta. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial, dizendo que eu e o Conselho estávamos recebendo terroristas, quando se tratava de estudantes. A meninada estava falando, e muito bem, sobre os problemas da classe.

Audiência é uma coisa, decisão sobre a vida universitária é outra. A capacidade decisória não está criada ainda e o debate estéril não é a forma de atingir a democracia. Funcionários qualificados, tudo bem que tenham audiência, devem ter o seu órgão, mas penso que o modelo brasileiro, optado pela maioria do Brasil e aceito, há de ser repensado.

Com respeito à emenda constitucional, preocupa-me essa forma de conferir autonomia sem dinheiro. A universidade carece de dinheiro para os seus objetivos. Vejam o exemplo do absurdo: universidades resistem sem revistas científicas, porque não há verba para isso. Na nossa gestão, compramos 100 mil volumes para a biblioteca da universidade. Sabem o que isso representou? A totalidade da verba destinada ao tipo de material em que estaria incluído o livro. Não é nada, não tem significação, mas também não tem ligação. Uma universidade do Piauí não pode ter notícia junto à USP. A ausência de forma de consulta, de trabalho, de apoio entre as universidades é que destrói esse momento brasileiro. Preocupa-me muito tal situação. Há que se pensar nesse emendão em termos de percentual sobre os impostos, a receita, como fez o Japão, que se tornou vitorioso e hoje ameaça a economia americana através da educação. Repito: investimento em educação sempre dá lucro. Não se pode deixá-la com autonomia, morrendo de fome.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Deputado Henrique Alves.

O SR. HENRIQUE ALVES — Sr. Presidente, ilustres depoentes, Srs. Deputados, Srs. Senadores, quero fazer nossas as palavras do Deputado João Faustino, quando aqui observou que hoje é um dia muito feliz para esta Comissão, que recebeu aqui tantos ilustres reitores e educadores. Hoje é um dia muito especial, pela qualificação dos depoimentos aqui prestados.

A CPI está de parabéns pela oportunidade de trazer aqui figura tão ilustre e renomada como o Professor Cristóvam Buarque.

Do Rio Grande do Norte, é com alegria e muita honra que recebemos o Professor Diógenes da Cunha, um norte-riograndense que nos brindou com uma exposição tão bem formulada. O registro que fazemos da presença quase maciça da Bancada é um atestado à competência e à qualificação do Professor Diógenes da Cunha.

Vou ser objetivo em duas colocações, porque há outros Deputados que querem fazer uso da palavra. No tocante ao assunto já debatido, temos nossas opiniões próprias, mas é

sempre bom ouvir outros depoimentos para reforçar nossa opinião ou até redefini-la.

Uma questão antiga, mas que sempre volta à tona, é o ensino pago na universidade. Estamos cansados de ouvir que quem está dentro das universidades públicas são aqueles que têm melhores condições financeiras, frequentam cursinhos para poder se preparar melhor; que, portanto, poderiam pagar a universidade privada; que ingressam na universidade pública, tirando o lugar dos pobres que não puderam se preparar melhor, porque trabalham e não têm tempo para estudar. Essa história antiga sempre volta e sempre ameaça a instituição da universidade pública gratuita. Gostaria de saber a opinião dos dois depoentes a respeito desse tema. É possível? Como V. S.^a analisam esse tipo de discussão? Se não me engano, há uma proposta do Ministro José Goldemberg no sentido de que não seria a cobrança pura e simples do aluno que estuda, mas, através do exame do Imposto de Renda deles próprios e dos seus pais, poder-se-ia cobrar um índice, para que a universidade pudesse receber, de alguma maneira, uma colaboração daqueles que tivessem condições de pagar a universidade pública.

O Professor Diógenes da Cunha assinalou que há uma desconfiança recíproca entre a universidade e os órgãos públicos. É uma advertência, uma denúncia interessante, nos preocupa e é verdadeira. Até que ponto, Professor Diógenes, isso poderia ser eliminado? Parece-me que a universidade, muitas vezes, pode não colaborar — talvez seja essa a interpretação — com o órgão público, para não parecer uma adesão, porque muitas vezes há um dirigente de um partido ou de segmento político conflitante com o pensamento da universidade. Há um constrangimento por parte do governante e do administrador. Não quer que pareça uma adesão à universidade, a perda da liderança das suas idéias, entregando-as à universidade.

Que tipo de orientação V. S.^a, com a experiência que têm, poderiam dar para promover uma relação melhor entre a universidade e órgãos públicos, já que ambos têm as mesmas responsabilidades de formar, fazer crescer e de pensar num Brasil melhor?

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Professor Cristóvam Buarque.

O SR. CRISTÓVAN BUARQUE — Quero deixar claro ao meu colega Diógenes que, ao me referir à autonomia da universidade, eu estava falando em termos de gerência. Sou favorável, desde que os recursos sejam garantidos. Isso pode ser feito. A USP, a Unicamp e a Unesp estão assim procedendo e não está ruim, mas não confundo isso com o problema da paridade da democracia interna. Na redefinição das palavras, temos que redefinir o que é uma universidade democrática. Universidade democrática não é aquela que elege o reitor e que funciona com paridade, mas aquela que trabalha para um país democrático. Hoje, para trabalhar com um país democrático sou favorável à eleição direta durante algum tempo, até que não seja mais necessário, para debater a universidade, e aí todos têm que dar opinião. A universidade de Brasília não aceitava, no seu curso de Medicina, a homeopatia e o estudo de ervas como alternativa. Foi de fora, conversando com uma erveira, — eu nem conhecia esse termo — que surgiu, a partir de um programa de extensão. Essas coisas surgem do debate.

Aluno pode ser eleito reitor? Primeiro, o Congresso fiscalizaria. Sou contra nomear. Mas na hora em que os profes-

sores, funcionários e alunos elegerem um aluno, ocorreu uma dessas duas alternativas: ou os professores são tão ruins, que é bom que se eleja um aluno, ou esse aluno é tão bom que merece, ou os alunos são tão ruins que elegeram um aluno como protesto pelo nível de universidade que têm. Nesse caso, é bom que eles o elejam como denúncia. O ruim é se eleger reitor estudante para toda a universidade brasileira. O papel de denúncia pode até ser positivo, não sou contra. Mas não acredito que em nenhuma universidade brasileira haja aluno que se eleja, mas, se se eleger, é porque a universidade está tão ruim que é bom que aconteça isso como forma de denúncia. Se ele for tão genial, é bom que a universidade tenha um aluno reitor.

A paridade é universal e não entro nesse detalhe. Para mim, é tão conjuntural esse processo que tanto faz o aluno votar universalmente como em paridade. No Conselho sou contra a paridade. Nos conselhos, a paridade é a destruição da universidade. No dia em que houver trinta conselheiros — dez representam o aluno, dez, o professor e outros dez o funcionário — verificaremos a desnecessidade de tão elevado número, pois eles vão fazer suas assembléias antes e cada um, por telefone, vai dizer o que foi acordado. Bastam três conselheiros representando cada categoria. Não deve haver paridade nos conselhos. No processo eleitoral, deve haver participação. Se é com paridade, se é 20%, 10% ou universal, é um detalhe, mas não deve se bastar — volto a insistir — a eleição internamente. O reitor tem que ser nomeado externamente, pelo presidente da República, através de lista tríplice, no momento em que as coisas estão bem. Hoje, acho que não seria bem. Na atual circunstância, para casar legitimidade, com legalidade, vi tem que ser eleito só um, que irá para cá e será sabatinado, como se faz com membros do Banco Central e de outros órgãos. Não daria tanto trabalho. Juntar-se-ia quatro reitores de uma só vez e se faria a sabatina deles. De quatro em quatro anos se renovam 34 reitores. Então, se se dividir 34 por quatro anos, dá 7, 8, 10 por ano. Não é tanta coisa. E se criaria uma regulamentação.

Essa proposta não é aceita internamente pela comunidade acadêmica, mas eu a apresento aqui e a assino como minha.

Deputado, fico muito contente em tê-lo presente. Esqueceram de referir que somos amigos.

Temos que discutir, mais uma vez, o tipo de universidade que queremos. Se queremos uma universidade que seja escada social, ela tem que ser paga. Se queremos uma universidade prestadora de serviços através do conhecimento, ela tem que ser grátis, como o é, por exemplo, o exército. Alguém cobra do pai do soldado, que é filho de rico, que pague a merenda do filho na hora de ir para a guerra? Não. Ele está prestando serviço ao País.

Mas qual é a diferença entre o exército e a universidade? É que o exército consegue dar a impressão de que serve ao País, e a universidade não. Então, o que fazemos? Cobramos, já que ela não dá essa impressão, ou mudamos para que ela a dê. Aposto nessa segunda colocação. Vamos exigir uma universidade que demonstre legitimidade para a opinião pública para se sentir no direito de ser grátis. Este Congresso deveria optar por esse lado, em vez de pela cobrança, porque, se se cobrar, a universidade vai ser particular e aí ela não vai ter necessariamente um compromisso social. E ela deve ter. E o compromisso social não é com os pobres, é com o saber universal em certas áreas e com os problemas do País em outra. A minha proposta é de que devemos fazer isso.

Ainda sobre a autonomia, quero colocar uma outra proposta. Para que haja dinheiro e autonomia, tenho defendido — e volto a insistir, é outra coisa polêmica — que as universidades saiam da área do Executivo que cuida da educação básica. Defendo que a universidade deve se situar no Ministério ou Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e, talvez, até da Cultura. Por quê? Porque é indecente brigarmos por recursos para a universidade contra quem briga para a alfabetização; para a universidade contra quem briga por recursos para o ensino básico. Só há uma maneira de se resolver esse problema: o Congresso decide que tanto vai para o presente, que é ensino básico, e tanto vai para o futuro, que é a universidade. A universidade não responde ao presente, mas ao futuro, fazendo médicos. A educação de base responde ao presente, como existir o médico, com a saúde. E a universidade vai brigar com o INPE, SIMPA, o CNPq, com órgãos que trabalham com a infra-estrutura do conhecimento. E o ensino básico vai disputar alfabetização, ensino básico etc. E eu colocaria o ensino técnico também desse outro lado, numa Secretaria. Esse seria um caminho. O outro é discutir-se quanto por cento se recebe em termos, por exemplo, dos impostos. Alguns dizem: E quando os impostos caem? Bem, quando os impostos caem, o Brasil inteiro tem que sofrer. Esse foi um problema que aconteceu com a USP e a UNICAMP quando caíram os impostos. Se os impostos caírem, alguém tem que perder, e a universidade pode ser uma das que perdem. Ela tem que pagar um preço também, e se ajustar aos momentos de crise, ainda que brigue para que a crise acabe.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Professor Diógenes da Cunha Lima.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Agradeço ao meu querido Deputado a oportunidade de voltar a este assunto. E quero começar dizendo que entendo da mesma forma a situação. Já tenho manifestado outras vezes sobre o fato de que um dos erros básicos do País é a universidade vinculada ao Ministério da Educação e, assim, ao ensino de 1º e 2º graus. E a razão principal é que considero que a universidade tem a missão de formar professores para o ensino de primeiro e segundo graus. Se ela concorre com o primeiro e segundo graus em verbas, em recursos, em orientação, ela não pode formar professores.

Uma das falhas básicas do sistema é o terceiro grau, é a visão do ensino superior concorrendo com o pessoal que ele deveria formar. Então, para mim, realmente deveria haver um órgão abrangente, como propõe o Cristóvam, que seria o mais simples possível, com tudo o que se referisse à ciência, à arte, à tecnologia, à cultura e à universidade, porque esta é a função precípua, essa é a destinação precípua. Está errada a mistura, até porque se presta a que qualquer Ministro que assuma, para explicar as suas dificuldades, ou a sua incapacidade de reconquistar mais recursos para o Ministério, declare que a universidade consome x% da verba do Ministério etc.

Isso é um desastre para a vida universitária.

No tocante ao ensino pago, esse é um velho tema em que só vejo uma vantagem. A de que a universidade precisa merecer ser gratuita; ela precisa funcionar para ser gratuita. E há muitas formas de pagar, como as bolsas de estudo, o valor de qualificação daquele que tira acima da média da turma no seu conceito — esse mereceria, pois é uma forma de pagar à comunidade o que ele está recebendo —, as bolsas

de trabalho interno dentro da universidade, e outras. Acho que esse debate, como forma de destruir a universidade, não funciona: a privatização, não funciona.

Quanto à desconfiança, que é um tema que tem me preocupado há muito tempo, e é recíproca; ela, em parte, surge do fato de que a universidade não quer se meter no que chama de política; acha que o poder público só se refere à política. Esse é o pensamento da universidade. Do lado do poder público, é uma coisa incômoda aquele que pensa; é muito incômodo quem pensa; começou a pensar, passa a incomodar. A tentativa é a de afastar aquele órgão que está pensando, está refletindo, está discutindo.

Que forma eu vejo de diminuir essa desconfiança? Criação de um fórum do debates no poder público, em todos os níveis, para trocar idéias com a universidade, uma forma interna de conscientização do espírito universitário. Parece-me, Deputado Henrique Alves, que não há outra forma, senão o debate. Reuniões como esta, que, para mim, mais que uma Comissão de Inquérito, deveria ser uma comissão que examinasse permanentemente o problema do nível superior, porque os ensinos médio e básico dependem exaustivamente da universidade. Essa coisa só vai endireitar se houver um caminho para a universidade.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — O último interpelante é o Deputado Iberê Ferreira de Sousa, a quem passo a palavra.

O SR. IBERÊ FERREIRA DE SOUSA — Sr. Presidente, quero inicialmente fazer minhas as palavras do próprio Presidente João Faustino, do Deputado Henrique Alves, quando disseram da importância desta reunião com a presença de depoentes do nível do professor Cristóvam Buarque e do professor Diógenes da Cunha Lima. Evidentemente, não poderia deixar de transmitir, ou de registrar a minha alegria em ter aqui o professor Diógenes, um co-estadano que honra o nosso Estado pela sua cultura, e dizer que a nossa alegria maior é exatamente por vê-lo no mesmo patamar de figuras como o professor Buarque.

A minha intervenção, em decorrência do adiantado da hora, é muito objetiva. Pergunto V. S^a a opinião sobre o seguinte: há um consenso de que a universidade deve ser permanentemente avaliada. Dentro desse sistema de avaliação, não seria válida a avaliação dos cursos que eu chamaria de “ociosos”? Considero cursos ociosos aqueles com duas ou três pessoas matriculadas apenas. Posso citar como exemplo, se não me falha a memória, a nossa universidade do Rio Grande do Norte. Ela tem cerca de 52 cursos de graduação. Na minha cidade, Santa Cruz, há um curso com apenas dois alunos matriculados. E sendo feita essa avaliação, esses cursos ociosos, em vez de continuarem a existir, seriam substituídos por cursos de especialização em assuntos de interesse regional, como forma de integrar um pouco mais a universidade aos problemas regionais. Creio, inclusive, que os cursos de especialização teriam uma vantagem. Quanto aos cursos de graduação, por menor que seja a demanda, quando a universidade fala em acabar com eles, há sempre reação da comunidade. A sociedade não aceita a extinção de qualquer curso. Os cursos de especialização teriam um tempo determinado de existência, de acordo com o assunto que estivesse carecendo, necessitando de um estudo mais efetivo, mais profundo. Era essa a intervenção que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Passo a palavra ao professor Cristóvam Buarque.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — Antes gostaria de fazer uma colocação para o Deputado Henrique Alves. Esqueci-me de falar sobre isso. Nós, da UnB, fizemos um acordo com o Senado — e que terminou não sendo executado —, que poderia, de uma maneira bem concreta, estimular o relacionamento entre o Congresso e a UnB. E volto a insistir nisso aqui: era a idéia da UnB, mas poderia ser qualquer outra universidade, tornar-se o centro de um grande arquivo da qualificação das universidades brasileiras para responder às perguntas que os Senadores têm. Na hora que se quisesse discutir a bomba atômica, se telefonaria e teríamos, no micro-computador, os dados e daríamos uma lista de pessoas aptas a fazê-lo. A minha idéia incluía até partidos para ao caso do Senador ou Deputado querem alguém com afinidade partidária. Isso é uma coisa concreta. Mas é mais do que isso. Tem que ser na escolha do Reitor, tem que ser na definição das prioridades na universidade, tem que ser na definição da estrutura e naquilo que propus no começo, que eu não gostaria de esquecer: a elaboração de uma reforma da universidade brasileira a partir daquilo.

Quanto à colocação de V. Ex^a, Deputado, eu gostaria de dizer o seguinte:

Primeiro, há custos ociosos e temos que cuidar deles. Mas tudo, veja V. Ex^a, depende da óptica. Em algumas cidades, a existência da universidade é uma razão em si. Nessas cidades devemos manter a universidade até com dois ou três alunos. Mas são universidades cujo objetivo não é tanto gerar o saber, é o existir, porque a existência de uma universidade muda uma cidade.

O novo Estatuto que está se discutindo na UnB diz que não se cria nada que não tenha recursos preexistentes. Na discussão eu disse: Então fechem a UnB, porque, quando ela começou, não existiam recursos”.

A Universidade de Cambridge foi criada por três alunos que fugiam para não ser presos em Oxford.

E está funcionando bem há 700 anos. Nada começa com todos os recursos.

Tem que estar claro que é uma universidade que existe para mudar a região. Nós, como nordestinos, sabemos como isso é importante.

Mas, em outras regiões não. É inadmissível que na UnB tenhamos seis cursos com menos de dez alunos. E qual a nossa proposta feita na época? Passar para o horário noturno, que já garante o preenchimento. Não porque baixaria a qualidade, mas porque aumentaria o número de possíveis candidatos, ou fechar. E daríamos bolsa de estudo a esses alunos, que ficariam sem curso aqui, transferindo-os para outro lugar, o que sairia muito mais barato. Quanto a isso sou favorável.

Então, vamos colocar dessa maneira: não se deve manter cursos ociosos em alguns lugares, onde o papel da universidade é mais do que existir. É produzir o saber, a preço razoável e de qualidade.

Mas, naquelas pequenas cidades do interior, em que a criação de universidades é um gesto de ruptura com o passado, para manter lá os jovens, ao invés de eles irem estudar e ficarem de vez fora, vale a pena o sacrifício de manter a universidade, nos primeiros anos, com poucos alunos, até que haja um número suficiente de alunos.

E apenas mais um detalhe, quanto à universidade voltar-se para a região. A universidade deve se voltar para a região, para o País, para a cidade, nas áreas técnicas. Nas áreas de humanidades, devem pensar grande, devem pensar no mundo

inteiro, mas querendo dar uma contribuição. E elas dão uma contribuição ao mundo inteiro, se ela pensar em local.

Devemos estudar, não porque é o Nordeste, mas porque é parte da humanidade. E temos mais condições de dar uma contribuição estudando o Nordeste do que estudando outra coisa. Gilberto Freire é um exemplo Câmara Cascudo é outro. Se eles tivessem estudado o mundo, talvez não tivessem dado nenhuma contribuição. Mas eles não deram contribuição ao Nordeste, eles deram contribuição ao mundo inteiro, a partir do estudo do Nordeste. Isso é algo que muitas vezes nos falta, e caímos no provincianismo.

Uma das coisas que as universidades do Nordeste deveriam estudar é o Brasil. Porque se for esperar de outras regiões, as propostas não serão as melhores para o Brasil, como um todo. Porque o Nordeste representa um melhor retrato do Brasil, mais do que São Paulo. Da mesma maneira, e isso tenho debatido muito, inclusive no exterior, o Brasil hoje é um dos poucos países do mundo que parece um retrato do Planeta. A Suíça não parece com o Planeta. A França não parece com o Planeta. E também Uganda não parece com o Planeta. O Brasil carrega as contradições de um Planeta em crise. E, portanto, do Brasil podem sair propostas universais. Assim como do Nordeste podem sair propostas nacionais. e, portanto, inferindo também para o mundo.

Mas, desculpem V. Ex^a, porque sabem que em Recife a rádio fala para o mundo, então, pode ser uma deformação de pernambucano. Mas tenho a impressão de que precisamos olhar grande o papel da universidade. sem perder o contato com o local, para o caminho para o grande.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Com a palavra o Professor Diógenes.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Para encerrar, porque tenho mania, permito-me lembrar que o Tejo não é mais belo do que o rio que corre pela minha aldeia porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia, ou seja a definição poética continua a dizer que é a partir do local é que se é universal.

Em todos os níveis a universidade deve se voltar, e creio que os dois alunos do curso que abri em Santa Cruz, devam

continuar lá, lutando pela presença daquele núcleo, pela presença da universidade no município, até ampliando outros que não atingiu no Rio Grande do Norte.

Com relação aos cursos de especialização, creio em aperfeiçoamento. Não posso eleger como um critério exclusivo de competência apenas o doutorado e mestrado. Mas e até muitas vezes, é mais útil à universidade esses cursos, e ao professor que vai transmitir o conhecimento, a forma horizontal, dado que há verticalização de um estudo de doutorado ou de mestrado.

Creio que há que aperfeiçoar a universidade. As falhas, os defeitos, de formação, são correção de rota do que temos da universidade brasileira. A universidade, a meu ver, está na relação custo-benefício, o benefício que ela trouxe ao País e que tem trazido ao País é muito maior. Mais ainda: no futuro, no próximo milênio, este País terá de ouvir a sua universidade, terá de estar indissolivelmente ligado à universidade brasileira na busca do caminho da ética brasileira nesse mosaico de povos que é o Brasil, na civilização nordestina que representa o País, na multiplicidade deste continente chamado Brasil, do qual a universidade é o topo intelectual que deve orientar a cultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Resta-nos encerrar esta reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a crise da universidade brasileira. Antes de fazê-lo, desejo agradecer as presenças ilustres dos Professores Cristóvam Buarque e Diógenes da Cunha Lima. Tenho a convicção de que os depoimentos aqui proferidos engrandeceram o Congresso Nacional e enriqueceram profundamente esta comissão; a convicção de que, com os debates que aqui presenciamos, com as propostas aqui formuladas, a universidade brasileira cresceu um pouco, reduziu, com certeza, os obstáculos ao seu crescimento e a sua modernidade.

Desta CPI sairá um documento. Nele serão apontadas as alternativas de se construir uma universidade nova e sintonizada com a realidade brasileira.

Quero, portanto, agradecer a presença dos Srs. Parlamentares e, especialmente, o depoimento dos ilustres professores. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS